



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 134 - SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 146ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicação da Presidência	
Referente ao Período do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear o Dia do Comerciante, nos termos dos Requerimentos nºs 825 e 901, de 2007.....	29698
1.2.2 – Oradores	
Senador Aldemir Santana	29698
Senador Mão Santa	29701
O Sr. Presidente (Senador Renan Calheiros)	29703
Senador Jayme Campos (art. 203 do Regimento Interno)	29705
1.2.3 – Suspensa a sessão às 15 horas e 2 minutos é reaberta às 15 horas e 9 minutos.	
1.2.4 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Euclydes Affonso de Mello Neto, primeiro suplente da representação do Estado de Alagoas, convocado em virtude de licença do titular.	
1.2.5 – Comunicação	
Do Senador Euclydes Mello, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar.	29707
1.2.6 – Discurso do Expediente	
SENADOR EUCLYDES MELLO – Histórico da vida parlamentar de S. Ex ^a . Considerações sobre as ações do Governo Collor.	29707
1.2.7 – Leitura de requerimento	
Nº 997, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. Usa da palavra o autor.	29711
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Destaque para pesquisa mostrando que o índice de extrema pobreza caiu pela metade no Brasil, dez anos antes da meta da ONU.	29713
SENADOR GILVAM BORGES – Anúncio da visita do Presidente Lula ao Amapá, para confirmar a transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá. Considerações sobre o processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética do Senado.....	29715
SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre o estudo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a respeito da queda de renda e o endividamento rural.....	29717
SENADOR MÁRIO COUTO – Considerações sobre o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e à matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 27 do corrente.	29720
SENADOR JOÃO TENÓRIO – Satisfação pela posse do Senador Euclydes Mello. Constatção de equívoco, em matéria publicada no Jornal do Senado , edição de hoje, sobre audiência pública da Subcomissão de Biocombustíveis.	29723
SENADOR MARCONI PERILLO – Considerações sobre alternativas de gestão pública, oferecendo como exemplo a experiência recente no Governo do Estado de Goiás, que registra recorde na geração de empregos e em desenvolvimento..	29724
SENADOR MÃO SANTA – Críticas aos gastos do Governo Federal. Manifestação de posição contrária à prorrogação da CPMF.....	29726
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Protesto contra possível operação da Funai, utilizando a Polícia Federal, na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.	29729
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Importância de projeto de autoria de S. Ex ^a , que trata do aproveitamento de áreas já alteradas em nível nacional, para uso econômico. Saudação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007, que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Cobrança de solução para o transporte escolar. Registro da aprovação, nesta semana, na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, de projeto de autoria de S. Ex ^a , que prorroga o prazo de apresentação do Plano Diretor Urbano dos Municípios. Apelo à Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, para dar entrada, no âmbito do Governo Federal,	

de documentação para a instalação da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena/PA. Instalação, na próxima terça-feira, da Comissão Temporária Externa que vai averiguar as condições de rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho na Empresa Pagrisa, no Estado do Pará.....

SENADOR PAULO DUQUE – Saudação aos Estados do Pará, do Piauí e do Rio de Janeiro....

1.2.9 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.411/2007, de 15 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999 (nº 272/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro, aprovada, em segundo turno, naquela Casa.....

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007 (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.....

Transformação da homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pelos 35 anos de atuação na região amazônica, prevista para o Período do Expediente da sessão do dia 4 de setembro próximo, em sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se às dez horas do mesmo dia 4 de setembro, no Plenário do Senado Federal.....

Recebimento do Ofício nº S/46, de 2007 (nº 1.032/2007, na origem), do Banco do Brasil, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.....

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 998, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, às 14 horas, do dia 11 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário....

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

29733

29737

29740

29741

29741

29741

29741

(Incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Votação transferida para a próxima terça-feira, dia 4.**

29741

São os seguintes os demais itens transferidos:

Item 2 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.....

29742

Item 3 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.....

29742

Item 4 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

29742

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até

cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).	29742
Item 6 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)	
Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.....	29742
Item 7 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)	
Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.....	29743
Item 8	
Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.....	29743
Item 9	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	29743
Item 10	
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	29743
Item 11	
Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.	29743

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

29743

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.....

29744

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.....

29744

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.....

29744

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.....

29744

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso.

29744

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.....

29744

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.....

29744

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados),

que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.....	29745	aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.....	29746
Item 21		Item 28	
Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.....	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.....	29746
Item 22		Item 29	
Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.....	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.....	29746
Item 23		Item 30	
Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994...	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.....	29746
Item 24		Item 31	
Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.....	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.....	29746
Item 25		Item 32	
Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.....	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.....	29747
Item 26		Item 33	
Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.....	29745	Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.....	29747
Item 27		Item 34	
Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que	29746	Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.....	29747

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 982, 984, 987 e 988, de 2007, lidos em sessão anterior. **Aprovados** 29747

Requerimentos nºs 989, de 2007, lido em sessão anterior, e 998, de 2007, lido na presente sessão. **Aprovados** 29747

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro da realização do encontro “A TEIA 2007 – Tudo de Todos”, no período de 7 a 11 de novembro próximo, em Belo Horizonte 29748

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro da matéria intitulada “Mundo Verde”, de autoria da repórter Karla Monteiro, publicada na Revista **O Globo**, edição de 26 do corrente 29749

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios aos avanços assegurados pelo Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), implantado pelo Governo Federal em 1997, com apoio do BID 29754

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nºs 1 a 7, apresentadas à Medida Provisória nº 385, de 2007 29756

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.558 a 4.563, de 2007 29768

4 – PARECERES

Nº 29, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente 29773

Nº 30, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 15, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 12.589.634,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente 29774

Nº 31, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.058.358,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente 29778

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 146ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias,
Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Mário Couto e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2007 07:35:52 até 30/8/2007 20:40:16

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTEDES TORRES	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PTB	AL	EUCLYDES MELLO	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JUNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÂO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DÉM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador Delcídio solicitou a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Também estou solicitando pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Também pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Todos estamos pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Todos pela ordem.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer um registro. Eu me inscrevi para falar ontem, mas não o pude fazer porque praticamente todos os dias temos feito sessões homenageando figuras importantes do nosso País, inegavelmente, mas essas homenagens estão-se tornando rotina, Sr. Presidente, e não conseguimos debater absolutamente nada aqui, no Senado. Depois, abri mão da minha fala, para não prejudicar a Ordem do Dia. Em função de um acordo que houve entre Lideranças, mudaram a pauta de votação, e todos oradores inscritos ficaram prejudicados também. Não conseguimos falar. Viemos aqui, ansiosamente, para fazer o debate político, para discutir coisas importantes para o País, para o futuro do Brasil e temos a informação de que não poderia haver sessão porque o Conselho de Ética está funcionando agora. Neste momento, tomamos conhecimento também de uma sessão de homenagem. Não sou contra homenagens, mas penso que essa agenda tem de ser mais bem calibrada, Sr. Presidente, porque não podemos ficar prejudicados. Não conseguimos fazer um debate mais no Senado, não conseguimos fazer um debate de idéias, de projetos que são importantes para o País. Há uma agenda propositiva para o Senado Federal e para o Congresso. Estamos vindo todas as semanas e não conseguimos discutir nada. Há uma dificuldade enorme para se votar projetos importantes.

Sr. Presidente, deixo aqui, com todo o respeito que tenho pelos homenageados, claramente a minha insatisfação com essa agenda organizada pelo Senado Federal. Não podemos continuar dessa maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a tem razão. Nós comungamos do mesmo desejo de ver os trabalhos do Senado Federal produzindo. É claro que é o desejo de todos os Srs. Senadores. E nós vamos comunicar à direção, na próxima reunião da Mesa, esse seu pleito, esse seu questionamento e, certamente, discutiremos uma agenda que possa ser a mais produtiva possível, para que o Senado ofereça à sociedade respostas às suas expectativas.

Nós agradecemos a intervenção de V. Ex^a, que foi, exatamente, no sentido da construção: uma crítica construtiva, com o objetivo, inclusive, de melhorar a imagem do Senado Federal, tão desgastada nos últimos tempos.

Concedo, pela ordem, a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Delcídio Amaral.

Mas haverá a homenagem, e o autor do requerimento acabou de chegar, o Senador Adelmir Santana.

Quero apenas deixar a minha inscrição feita, como Líder do PT, tão logo nós retomemos a sessão normal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Fica V. Ex^a inscrita em segundo lugar, já que, em primeiro lugar, está inscrito o Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a não vai falar, Senador Delcídio? Então, fica em primeiro lugar V. Ex^a, Senadora Ideli.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Mão Santa, Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero contestar V. Ex^a, que fala tão bem, mas a imagem do Senado não está desgastada; V. Ex^a, na Presidência, resgata qualquer desgaste que tenha havido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a, por sua grandeza própria e pelo Estado que representa, o grandioso Estado do Paraná.

Mas quero pedir a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável no período normal, depois do pedido do Senador Adelmir Santana de homenagear, com muita justiça, o comércio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Mão Santa, V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão, quero requerer a V. Ex^a, após realização desta homenagem, a minha fala como Líder do PSB, como manda o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o Dia do Comerciante, nos termos dos Requerimentos nºs 825 e 901, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, primeiro signatário do requerimento.

Os convidados podem adentrar o recinto do plenário do Senado Federal e tomar assento nas bancadas dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, companheiros do comércio, estamos vivendo momentos difíceis. Está havendo uma reunião do Conselho de Ética, onde chegou a ser anunciado que esta sessão seria postergada, e aqui o Senador Alvaro Dias abriu esta sessão. Eu não poderia, como autor do requerimento, perder a oportunidade de fazer este pronunciamento. Lamentavelmente, alguns companheiros do comércio que aqui estavam, depois da informação inicial, retornaram aos seus escritórios, ao seu trabalho. Mas faremos constar nossa homenagem a essa tão importante categoria, que tem aqui alguns representantes. Não vou nominá-los para não correr o risco de falhar.

É com grande satisfação que ocupo a tribuna para prestar esta homenagem pela passagem do Dia do Comerciante, que se comemora no dia 16 de julho, mas, por causa da agenda, somente hoje chega ao Plenário do Senado Federal esta nossa comemoração.

Longe do constrangimento do auto-elogo, pois, como todos sabem, fiz-me empresário, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal e também, por consequência, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Senador da República, graças a essa laboriosa e diurna atividade. Assim, manifesto

publicamente o meu mais sincero orgulho de pertencer a classe tão distinta de empreendedores.

Não me canso de afirmar: Brasília é uma cidade fruto da coragem e do empreendedorismo do então Presidente Juscelino Kubitschek.

Brasília, assim como o Brasil, é uma aventura de empreendedores. Foi esse sonho que trouxe para cá os pioneiros, os que vieram construir o futuro e fazer a vida pulsar que presenciamos hoje nesta cidade plenamente construída. E entre esses, lá estavam, no batalhão avançado, os comerciantes sempre dispostos a transformar o vazio do Planalto Central em um pequeno restaurante, um mercadinho de secos e molhados, uma loja de produtos que teriam utilidade vital para as outras pessoas que para a nova capital se dirigiam.

O tempo passou. Brasília se transformou em um pólo de desenvolvimento brasileiro como sempre quis o Presidente JK, com sua visão de estadista. Além de receber todos os Poderes, Brasília desenvolveu sua vocação de cidade do comércio e de serviços.

Segundo informações do censo empresarial do IBGE, 31% do PIB do Distrito Federal, depois de excluídos os serviços públicos, é de atividades comerciais e de serviços, enquanto a indústria ocupa apenas 8,7% e a agricultura, pouco menos de 1%.

Por isso, neste momento, convoco os senhores a uma breve reflexão sobre nosso presente político, nosso futuro econômico e nosso compromisso social.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar atenção de todos para os avanços legislativos que conquistamos nos últimos meses. Não restam dúvidas de que a promulgação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em julho último vai contribuir para a formalização de milhares de empreendimentos e de empregos no País. A lei começa a ganhar vida própria com a aprovação do Supersimples nacional. Estamos nos preparando para uma verdadeira revolução na economia nacional.

Aliás, as notícias já são positivas para as mais de 90% das empresas brasileiras que fazem parte deste universo. Nesta semana, por exemplo, o Sebrae divulgou pesquisa mostrando que a taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas do Brasil cresce de 50% em 2002 para 78% em 2005, ou seja, a taxa de mortalidade dessas empresas caiu 22%.

As micro e pequenas empresas brasileiras estão sobrevivendo mais. Esse resultado é considerado extremamente positivo quando comparado com o obtido em pesquisa anterior, em que esse índice foi de 50,6% para as empresas abertas entre 2000 e 2002.

Essas informações fazem parte do estudo “Taxa de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas”, encomendado pelo Sebrae a **Vox Populi**.

O levantamento faz uma análise de vários aspectos em 14.181 empresas brasileiras ativas e extintas em todas as regiões do País nos anos de 2002 a 2005.

Em 2005, 50,5% das empresas ativas e 49,5% das empresas extintas estavam inseridas no setor de comércio e serviços. Na indústria, 12,3% era ativas e 12,6% extintas.

Independentemente desta pesquisa, os números dos negócios realizados na base da informalidade no Brasil ainda são impressionantes e, ao mesmo tempo, muito inquietantes. É necessária a realização de uma ampla campanha com vistas a incentivar a regularização dos pequenos negócios, convertendo-os ao mercado formal.

A principal argumentação do passado era exatamente a forte carga tributária e a burocracia do Estado brasileiro. Com a aprovação da Lei Geral, esses ingredientes foram de certo amenizados, uma vez que se reduz fortemente a burocracia e a carga tributária brasileira.

Nós, comerciantes, não podemos continuar convivendo com o camelô informal nem com o vendedor pirata que monta ilegalmente seu negócio às portas de nossas lojas. A luta contra a pirataria é de fundamental importância para a sobrevivência do comércio.

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, vem comprovar o que já percebemos a olhos nus: em 2005, 50,4% dos postos de trabalho gerados pelo setor produtivo nacional foram provenientes de empreendimentos do setor informal. Revela-se, igualmente, que o setor informal sustenta cerca de 14 milhões de pessoas sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas.

Precisamos reverter esse quadro e quebrar a inércia se quisermos construir um País competitivo e justo, com ambiente saudável para os negócios e geração de empregos para a população.

Do mesmo modo, devemos reduzir as desigualdades ainda existentes em nossa sociedade, proporcionando possibilidade de trabalho formal a milhões de brasileiros.

De certa forma, a Lei Geral e o Supersimples, ao reduzir oito tributos em um só, fazem uma reforma tributária na base, quebrando a carga tributária de forma agressiva.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, caros comerciantes, em tempos de globalização acirrada, a intensificação do dinamismo econômico tem imposto diversos desafios à estrutura produtiva das economias modernas.

No Brasil, a realidade não poderia ser diferente. Em particular, nos últimos 15 anos, o setor terciário vem ganhando crescente representatividade. Se apreciarmos os dados das contas nacionais de 2006, divulgados pelo IBGE, verificaremos que a taxa de expansão do setor terciário, que foi de 3,17%, situa-se em patamar expressivamente acima da taxa média de geração do Produto Interno Bruto, que foi de apenas 2,75%.

E mais: entre as atividades que o compõe, destaca-se o comércio com pouco mais de 8,9% de participação do PIB nacional.

Trata-se de uma espiral inexoravelmente ascendente, de cujo mecanismo mercadológico a ninguém cabe desconfiar.

O setor terciário é o campeão de absorção de mão-de-obra no Brasil. Segundo a última versão da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2005, do total de trabalhadores ocupados naquele ano, mais precisamente 87,1 milhões de pessoas, 17,8% encontravam-se nos setores de comercialização de bens e 46,8%, no de serviço.

Não é segredo para mais ninguém, especialmente para os comerciantes, que as empresas prósperas são capazes de criar experiências únicas que lhes garantam uma vantagem competitiva sustentável. O comerciante moderno, globalizado, plugado no mundo da era cibernética, esforça-se para fazer o cliente sentir, pensar, agir e manter relações duradouras.

Para além das estratégias de **marketing**, esses empresários investem nas operações, desenhandando processos inovadores de atendimento, de prestação dos serviços e de relacionamento, que se aproximam do conceito de excelência.

Em suma, para alcançar resultados melhores em termos de fidelidade do consumidor, aumento de receitas e liderança de mercado, as empresas terão que ter foco estratégico bem definido, processos de execução excelentes e pessoas motivadas, oferecendo serviços de qualidade superior.

Sr. Presidente, dentro desse raciocínio da modernidade social, não podemos nos furtar de reconhecer o papel educacional na formação de mão-de-obra que o sistema "S" presta a toda a população brasileira em todos os setores.

Chamo a atenção, em especial, dos senhores para as instituições Sesc e Senac – Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, respectivamente –, um conjunto de equipamentos e atividades sociais e profissionais e educacionais, profissionais da educação, e

culturais da educação, que estão ligados intrinsecamente ao setor do comércio, ao setor terciário, ligado, portanto, aos comerciantes.

Criado há mais de 60 anos por decretos, o Sesc e o Senac surgiram da necessidade de mudanças dos paradigmas inerentes às relações de trabalho existente até então. Foi naquela época que os empresários do comércio de bens e serviços, ou seja, os comerciantes, se propuseram a prestar serviço aos trabalhadores do comércio de bens e serviços, turismo e seus dependentes, no intuito de promover ações que resultassem na melhoria de suas condições de vida.

O Sesc e o Senac, portanto, talvez sejam a mais nobre das conquistas dos comerciantes brasileiros.

Atualmente, o Sesc e o Senac, representados em todas as regiões do Brasil, garantem para os comerciantes e para aqueles que desejam inserir-se nessa atividade, para sua família e também para a comunidade em geral de uma enorme estrutura de prestações de serviços e benefícios de relevância social, que incluem inúmeras ações na área da saúde, da educação, do esporte, do lazer, da cultura, da alimentação e, naturalmente, da formação de mão-de-obra.

No Distrito Federal, o Sesc e o Senac surgiram em 1966, há mais de 40 anos. Primeiro sob a forma de delegacia, depois de departamento, até chegar a departamento regional.

O sistema foi progressivamente ampliado para atender a maior parte da população residente na região que compreende o Distrito Federal. Atualmente, nós possuímos várias unidades, tanto do Sesc quanto do Senac, e atendemos a mais de 200 mil associados que nos procuram.

Vamos, até o final deste ano, inaugurar, na Ceilândia, maior pólo habitacional desta cidade, uma das maiores unidades da instituição do Sesc em todo o País. Além de um *design* sofisticado, o novo Sesc do P-Norte terá, com certeza, um impacto social, cultural e esportivo muito grande sobre a comunidade ceilandense, cuja população é estimada em torno de 400 mil habitantes.

Construído numa área de 50 mil metros quadrados, com 20 mil metros de área coberta, 8 piscinas aquecidas, 2 campos de futebol, um teatro para 450 lugares, 15 salas de aula, um conjunto de ginástica e outro médico-hospitalar, com consultórios médicos e odontológicos, além de um grande salão de atividades múltiplas, o Sesc/Ceilândia está com sua inauguração prevista ainda para o final deste ano.

A razão da existência da instituição é exatamente o comerciário, seu principal ator e protagonista. Mas,

sem dúvida, o Sesc e o Senac são os grandes orgulhos dos comerciantes, pois é altamente improvável que algum brasileiro resista em reconhecer os préstimos educacionais, sociais e de formação de mão-de-obra a que os órgãos atrelados ao sistema se dedicam, há décadas, em nome do desenvolvimento de nossa gente.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na verdade, a nossa intenção é fazer uma homenagem aos empresários do comércio. Há pouco, contávamos aqui com alguns convidados que, sob a alegação de que a sessão seria postergada, uma vez que está havendo, como eu disse, reunião do Conselho de Ética, não tiveram a paciência de nos esperar.

Registro também a presença de Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que vem a esta solenidade representando a instituição. Há outros companheiros presentes, mas tomo a liberdade de não citá-los, uma vez que não tenho aqui o vocativo de cada um e não quero cometer a injustiça do esquecimento.

Quero dizer que a presença de alguns, certamente, tem significado para nós, comerciantes, porque representa, sobremaneira, uma homenagem que queremos prestar a essa atividade que, como eu disse no início, tem contribuído para o crescimento da nossa cidade e do País.

Quero citar o nome de Taurisano, comerciante que está em Brasília desde antes da sua inauguração, simbolizando o nome de todos os comerciantes de Brasília e do Brasil. Aqui, está Luiz Gil Siuffo Pereira, representando a Confederação Nacional do Comércio, um homem com mais de 50 anos nesse ramo, que será alvo proximamente de uma homenagem que lhe será prestada pela área do petróleo por dignificar as nossas atividades comerciais. Deixo, portanto, Sr. Presidente, de citar nomes de outros comerciantes sem que isso possa representar nenhuma falta de atenção. É apenas para não cometer a injustiça de não citar todos.

Concluo, Sr. Presidente, convocando todos os comerciantes para a construção de um novo e verdadeiro Brasil: do trabalho, da ética, das relações cordiais e ordeiras entre a sua gente, o patrão e o empregado, o lojista e o cliente, o político e o eleitor. Uma missão nos espera. Um novo plano de desenvolvimento do País exigirá muito trabalho, competência e capacidade para renovação.

Por fim, aproveito a nobre ocasião para, igualmente, congratular-me com todos os comerciantes pelo inegável sucesso no atual estágio da economia brasileira e por nosso compromisso social, represen-

tado pelo histórico Sistema S do comércio, nas figuras do Sesc e do Senac, dos quais estão presentes alguns representantes, que, em tão boa hora, vêm também associar-se a esta homenagem. Sesc e Senac representam os braços sociais da atividade dos empresários de comércio e serviços do País.

E o Sistema S, com o seu intransigente compromisso com a educação e bem-estar de nosso povo, esteja certo, terá a contribuição de todos os empresários do comércio.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Aldemir Santana, o Sr. Álvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a.

Tenho a honra de destacar a presença do Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, que, como já afirmou V. Ex^a, é Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio. Destaco também a presença do Dr. João Sampaio, ex-Prefeito de Maceió, em nome de quem eu gostaria de saudar todos os presentes nesta sessão especial do Senado Federal.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, que preside esta solenidade em homenagem ao comércio, Sr^s e Srs. Senadores presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem e que sintonizam o sistema de comunicação do Senado, tenho umas idéias próprias. Entendo que quem fez a democracia, Senador Mário Couto, foi o povo, gritando, nas ruas, por liberdade, igualdade e fraternidade. E um jurista iluminado mudou aquele sistema absoluto dos reis – o absolutismo –, que seriam os deuses na terra, e dividiu esse poder, para não ser único. Mas eu acho que por vaidade nossa, Senador Eurípedes, chamamos Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Deus me permitiu ser prefeitinho, Renan Calheiros. Depois, governei o Piauí. Aí eu entendi que nós não éramos poder, éramos vaidade. É como está na Bíblia: tudo é vaidade. Poder mesmo tem quem nos paga, quem trabalha, quem paga imposto. Eles é que são os patrões. Eu comecei a ver como é que funcionavam as coisas.

Montesquieu não foi prefeitinho, não foi governador. Embevecidos estamos até hoje aí como os poderosos. Poder é o do povo, que trabalha, que paga impostos. Deus.

E vi isso. E se o mundo sempre busca como viver melhor, esse é o objetivo nosso, de animais políticos. Antonio Carlos Valadares, nós, animais políticos, creamos, inventamos. E das invenções da humanidade a mais feliz foi o comércio porque nos aproxima, melhora o mundo e nos paga, Mário Couto. Nós ganhamos bem e o Judiciário ainda mais. O Executivo tem até aquele cartão de crédito livre. Eles têm, mas quem paga é o povo, quem paga tem trabalho. E a feliz idéia do comércio só veio melhorar o mundo e onde é forte tem civilização.

Eu me ufano, Renan: eu sou filho de comerciante. Vim aqui e o Mário Couto disse “Mão Santa, vamos acabar logo com isso para depois a gente “tacar o pau”. Ele é danado, o Mário Couto. Mas eu disse: não vim render uma homenagem a meu pai, que era comerciante.

Renan meu pai era comerciante e minha mãe, filha do comerciante mais rico do Piauí: José Moraes, que você conheceu. Meu avô começou por lá e levou o seu comércio para o Rio de Janeiro. Chegou a ter dois navios. Levava matéria-prima e o sabão que fazia. Moraes, que passou a Dakopa, a gordura Moraes Dunorte e ganhou a gordura Carioca.

Mas minha mãe, representando a mulher, Terceira, ela casou com um homem que foi ser comerciante e ela não queria viver à custa do pai. Então, Mário Couto, eu lembro que eu disputava o colo de minha mãe com o livrão de contabilidade, aquele grandão: “haver”. Ela era contadora da firma de meu pai. Ela não foi viver à custa do pai dela nem de meu pai; ela foi enfrentar... E eu vi quanta dignidade, quanta vergonha, quanta decência. Ó, Ideli, eu disputava o colo da minha mãe com o livro de contabilidade. Não tinha essa eletrônica, não. Ela ajudando o marido, o meu pai, comerciante. Ele teve, depois, uma casa de móvel – eu me lembro – e anunciar: “Vende à vista e à prestação sem a menor complicação”. Meu pai, Renan, foi o primeiro que vendeu à prestação no Piauí. E eu aprendi muito. Olha, essa turma trabalha, Mário Couto!

Eu acho, ó Renan, V. Ex^a, que é poder, que tem acesso a Luiz Inácio, que convive com o PT... A Ideli já saiu. Eu acho que está na hora de nós termos mais austeridade. Esse povo trabalha demais para aguentar a conta do Brasil, que está pesada. São 76 impostos que vocês pagam e que nós – o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário

– gastamos. Renan, estou aqui porque tenho que ensinar. No dia que eu sentir que não tenho...

Vi Evandro Lins e Silva. Uma das últimas viagens que ele fez, ó Mário Couto, foi a minha cidade, à cidade dele. Eu fora convidado para ser paraninfo – ó Mozarildo – e disse: não, meus jovens, vou trazer uma pessoa mais importante. Eles não tinham noção. Era a primeira turma da Faculdade de Direito da nossa cidade, e eu convidei Evandro Lins e Silva, já velhinho. Mário Couto, quanta dificuldades para levá-lo! Mas aí eu consegui dar o cachê que ele queria. Mozarildo, cheguei-me a Evandro Lins e Silva e disse: Evandro Lins e Silva, você se lembra de Rui Barbosa, não é? Ele fez um discurso, ó Eurípedes, Oração aos Moços, o último; não pôde lê-lo – era paraninfo de uma turma –; mandou o seu colega. É um livro que todos devem ler, principalmente os que fazem Direito. E convenci Evandro Lins e Silva de que ele faria o seu último discurso, e faria – e fez – um livro, e garanti publicá-lo. E ele foi.

Renan, V. Ex^a, que é o nosso Líder, é do Poder...

Eu me lembro lá naquela casa nossa da praia, aliás, foi o nosso amigo Zé Morais que transferiu, ele foi fazer um hotel, e eu com Evandro Lins e Silva.

Mário Couto, STF, aprenda! Aí ele olhou e disse: "Governador – lá na minha casa da praia –, eu fui do Supremo Tribunal Federal". E foi ele que libertou todos os presos políticos. Miguel Arraes me contou que já estava pensando – ele até traduziu um livro, *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de Serge Tchakhotine, em francês – até em suicídio, não pensava mais em ser libertado. Aí veio o *habeas corpus* de Evandro Lins e Silva. Mas ele me disse, Mozarildo: "Governador Mão Santa, eu era sozinho numa mesa de madeira e irradiei justiça que nem o sol". Quer dizer, a autoridade é moral, não é dessa ostentação, desses prédios, desses colossos, e quem paga a conta é quem trabalha. E o povo está pagando conta demais.

Presidente Renan, este País tem 76 impostos. Dizem os estudiosos, Mozarildo, que, desses países emergentes – a Rússia, a Índia, a China, o Brasil –, pagamos mais do dobro do que aquele em que se paga mais.

Há um imposto que traduz ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Renan, o som.

(...) que até o ICMS direto sobre circulação de mercadorias e que as cidades mais populosas dependem, sobretudo, dele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Mão Santa, gostaria, se V. Ex^a permitir, um aparte, antes do término do seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a sempre tem prioridade como Senador, como médico e como o maior líder maçom que conheço.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Obrigado Senador. Eu não poderia deixar de fazer esse aparte, porque aqui não me inscrevi normalmente para participar dessa homenagem muito justa. Quero relembrar uma coisa da minha vida: o meu pai, um cearense que foi para o Estado de Roraima quando lá ainda era Território Federal, foi comerciante, inclusive tinha uma loja no comércio chamada "A Cearense". E, portanto, dentro dessa área é importante ressaltar – V. Ex^a disse aí que os comerciantes, os empresários pagam muito imposto – que quem paga é o povo. O povo paga muito imposto. Os comerciantes, os empresários são impedidos de investir mais e desenvolver mais por causa da carga tributária. Isso é verdade! E nós precisamos urgentemente corrigir essa distorção, que infelizmente... Ontem homenageamos Getúlio Vargas, e nós estamos precisando de um novo estadista no Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu acho que tem vários. Lá em Roraima tem um grande estadista Mozarildo Cavalcanti, daí o nome Boa Vista, visão, sua Capital.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu vi... E agora como político? A gente entra nas cidades pequenas e vê aqueles comerciantes... Eu me lembro que um vereador me levou, às 11 horas da noite, à cidadezinha, e o pai dele, o Vice-Governador do Piauí... Wilson Mantins... Ele disputou até chapa, não estava do meu lado. Eu fui visitar o pai dele, na casa a que sempre ia – ele foi líder do meu governo. Adelmir, era domingo e ele estava trabalhando no comércio do lado. Ele tem uns noventa anos, eu acho, assim da idade de Alberto Silva. Então, esse é o exemplo maior que nós temos: esse pessoal, trabalho, amor. E eu nasci desse amor de um casal que teve comércio. "Casas Moraes Souza vende à vista e à prestação sem a menor complicaçāo". Mozarildo, meu pai me testou para que eu fosse comerciante. Ele me colocou lá e eu só ia em junho, comprava fogos para vender. Mas eu tirava todo meu lucro para fazer aquelas fogueiras de Santo Antônio e São João.

Mas eu iria terminar, Sr. Presidente, falando sobre o Piauí. Há até a revista "Piauí. Cinquenta anos em cinco", uma entrevista minha. Eu ia buscar os homens mais capazes e mais competentes para fazer essa homenagem.

Adelmir Santana, que é também Senador, O Piauí é o Estado mais forte. Há três Senadores aqui, eleitos, como nos outros Estados. Aí, nós partimos na dianteira. Emprestamos um para o Acre, o Sibá, que é o que está evoluindo e estudando mais. Vou dar-lhe o livro do Lacerda. E, agora, Adelmir Santana, que é filho de mãe piauiense, grande mãe, recebeu o título de Cidadão Piauiense.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, eu queria apenas aproveitar para lhe fazer um aparte. O senhor faz uma revelação de que sou conhedor. Mão Santa, além de ser um homem extremamente inteligente, sua família, como ele próprio fez referência, é realmente uma família consagrada na área de comércio. Aliás, os filhos dessa família no Piauí são chamados de “Os Príncipes do Piauí”. A família Mendonça Clark e a família Souza Santos foram as bases do comércio atacadista, do comércio de exportação e do comércio varejista do Estado do Piauí. Quero, portanto, associar-me às informações que V. Ex^a traz ao Senado e, ao mesmo tempo, destacar que o Mão Santa é originariamente de uma família de milionários piauienses que, certamente, se enquadravam entre os milionários brasileiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nada disso. Eles eram como esses comerciantes que trabalhavam. E eu fui fazer Medicina, que acho a mais humana das ciências. O médico é um grande benfeitor da humanidade. Dediquei minha vida em uma Santa Casa. Estas mãos, guiadas por Deus, tentavam salvar vidas.

V. Ex^a acertou: eu sou milionário. Primeiro, eu tenho uma rainha em casa: a minha esposa Adalgisa, e príncipes: meus filhos e netos. É uma das famílias mais bem construídas do Brasil. Então, esse título eu aceito.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Antes de V. Ex^a encerrar, Senador Mão Santa, devo dizer que minha mulher cobra muito, toda vez que V. Ex^a cita sua esposa... Quero dizer que eu também tenho, não a Adalgisa, mas minha Geilda, permanentemente. Somos casados há 38 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a está perdendo. Faremos agora 39 anos de casados em São Sebastião. Não é em Santo Antônio. O santo do amor é São Sebastião. V. Ex^a só tem 38 anos de casado. Quantos filhos tem?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Perde! Temos quatro. Quantos netos tem?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quatro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Perde! Temos sete.

Mas convido V. Ex^a e sua esposa a passar uma lua-de-mel no delta do Piauí.

Para terminar, cito o que diz um dos filhos mais competentes do Piauí, o ex-Prefeito Firmino Filho, em uma reportagem sobre o que é o comércio. Teresina, a primeira capital planejada do País, fica no meio do Estado, como o coração é no meio do corpo, é mesopotâmica, inspirou Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas: “Vive o esplendor de uma população bem distribuída, que tem nos seus aspectos econômicos um comércio forte que absorve mais de 50% da mão-de-obra, seguido da indústria de transformação e beneficiamento de matérias-primas, que, justamente com o setor têxtil, vêm ganhando destaque, assim também como a produção de alimentos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em Teresina, a primeira capital planejada, que simboliza todo o Brasil – Brasília é planejada –, mais de 50% de sua riqueza, segundo o ex-Prefeito Firmino Filho, vêm do comércio. Aos comerciantes, nossos aplausos. E a saudade de meus pais comerciantes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Entendo ser V. Ex^a o último orador inscrito desta sessão de homenagem. Portanto, neste momento, gostaria de fazer a saudação final em nome do Senado Federal.

Sr^ss e Srs. Senadores, Sr. Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, em nome de quem gostaria de cumprimentar todos os convidados e as pessoas presentes nesta sessão – digamos assim – histórica. Em primeiro lugar, não há como fazer diferente: eu quero parabenizar o nobre Senador Adelmir Santana pela feliz iniciativa de propor que dedicássemos a Hora do Expediente desta presente sessão legislativa para homenagear os comerciantes brasileiros, celebrados dia 16 de julho. Embora não tenhamos tido oportunidade, lá atrás, de realizar esta homenagem em data mais próxima, como queria o Senador Adelmir, não poderíamos deixar de registrar tanto a importância desta comemoração quanto o papel fundamental exercido pelos comerciantes no desenvolvimento da economia, no desenvolvimento também da sociedade.

Estou certo de que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, ao apresentar, em 1953, o projeto de lei que instituiu o Dia do Comerciante, sabia exatamente da importância desses integrantes do terceiro setor para a sociedade brasileira. É evidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que o Dr. Ulysses Guimarães já antevia a estatura econômica que o comércio e o empreendedorismo teriam no Brasil das décadas seguintes.

Em nosso País, a classe empreendedora é responsável por parcela considerável da riqueza e dos empregos. De fato, o comércio responde por 40% do nosso Produto Interno Bruto e emprega diretamente mais de 25 milhões de trabalhadores. Contamos, no Brasil, com cinco milhões de empreendedores do comércio de bens, serviços e turismo.

Nesse verdadeiro exército de grandes, pequenos, médios e microempresários, destacam-se também a perseverança, a criatividade e a fé na dignidade do trabalho como fonte de crescimento, como fonte de felicidade. Eles merecem, sem dúvida, a nossa admiração, acima de tudo pelo fato de ser empresários no Brasil – como disse há pouco o Senador Mão Santa –, que é um verdadeiro desafio. A nossa carga tributária é uma das maiores do mundo, a pirataria e o comércio clandestino florescem, e fomos eleitos, recentemente, o País mais burocrático do Planeta, segundo o Relatório Internacional de Empresas de conhecida consultoria multinacional.

Para combater obstáculos dessa natureza, a classe produtiva precisa se organizar, tem se organizado e se organiza bem. O principal órgão da categoria, a Confederação Nacional do Comércio, a CNC, é motivo de orgulho para o empresariado nacional. Contamos atualmente com o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos como seu presidente, e o meu querido e ilustre amigo Senador Adelmir Santana como um dos seus vice-presidentes.

A CNC, criada há mais de sessenta anos, congrega 34 federações, 865 sindicatos e 5 milhões de empresas do comércio. A CNC responde, ainda, pela administração das atividades do SESC – Serviço Social do Comércio, e do Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Juntos, os dois serviços beneficiam, todo ano, mais de 20 milhões de brasileiros e constituem um dos mais elogiados e eficientes sistemas de desenvolvimento social do mundo inteiro.

Parabenizamos os comerciantes, portanto, estamos parabenizando também a própria CNC, como eu dizia.

Com enorme competência e profissionalismo, a CNC não apenas zela pelos interesses dos comerciantes, mas também presta um serviço inestimável e mundialmente reconhecido de formação profissional. O Congresso Nacional, o Senado Federal, por sua vez, está atento às demandas desse importante setor.

Apresentamos, discutimos, votamos e aprovamos uma série de projetos que visam, entre outras coisas, a reduzir a carga tributária, a combater a pirataria e a aperfeiçoar os negócios entre os setores públicos e os setores privados.

Ficando apenas nos exemplos mais importantes, nós mencionamos – e há pouco eu falava aqui com o Senador Adelmir Santana – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que incentiva a formalização de negócios informais. E foi exatamente aqui – para que os senhores saibam, Senador Adelmir, vou repetir –, no Senado Federal, que nós fizemos um acordo para a aprovação da Lei e, depois, um acordo com a área econômica no meu gabinete, para que essa Lei pudesse ser posta em prática. Eu tenho absoluta convicção de que, a partir dos resultados que já começamos a colher, o Brasil vai crescer, por conta dessa Lei apenas – precisamos resolver outros obstáculos –, talvez como cresceu no passado, porque o Brasil, durante cinqüenta anos, foi o país que mais cresceu na economia mundial. Quer dizer, o crescimento econômico é uma vocação nossa, e isso precisa voltar a ocorrer. E a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e os comerciantes são fundamentalmente responsáveis por isso que, tenho certeza, ocorrerá.

Além da Lei Geral, o Supersimples reduzirá significativamente a carga tributária para centenas de milhares de micro e pequenas empresas brasileiras. Senhoras e senhores, há também o Pregão Eletrônico, que, desde a sua implantação, vem sendo constantemente discutido, aperfeiçoado, sendo uma grande ferramenta para a redução dos custos da Administração Pública nacional. Enfim, são várias e importantes iniciativas que estão sendo tomadas para tornar o Brasil cada vez mais atraente para o comércio e, principalmente, para os comerciantes. Estimular o comércio, senhoras e senhores, é estimular o próprio crescimento do Brasil, é garantir as condições para esse crescimento, sobretudo por intermédio da aprovação de normas que estimulem o desenvolvimento nacional. E esse, como os senhores sabem, é um dos objetivos do Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade da nossa sessão, tenho a honra de, em nome do Senado Federal, agradecer a presença de todos, e suspendo a sessão por apenas cinco minutos, para que possamos retomar a nossa Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Jayme Campos enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, celebrar o Dia do Comerciante significa comemorar a própria natureza das relações humanas. Antes mesmo de se organizar social ou politicamente, o homem encontrou na atividade mercantil uma maneira de dialogar com seu semelhante. Do escambo, da troca, nasceu o comércio e, com ele, uma noção mais aprimorada de civilização.

Hoje mesmo, no mais longínquo ponto deste planeta, onde não existe a presença de governos, onde não há a menor perspectiva de desenvolvimento, está lá uma casa comercial lembrando que a sociedade nada mais é que a capacidade humana de ampliar conversações e negociar interesses.

Falo assim, com indisfarçável paixão, porque conheço bem o comércio. Posso dizer que a gênese de minha formação profissional, e mesmo ética, se encontra nesta atividade. Aos 14 anos de idade comecei a trabalhar numa empresa atacadista, num armazém ou bolicho, como se diz em minha terra. Ali, entre o balcão e as pilhas de secos e molhados, tomei ciência da grandeza humana.

Aprendi com meu pai, meu querido Júlio Domingos, ou ‘seo’ Fiote para nossos incontáveis fregueses, que a honra e a dignidade residem nas pequenas ações cotidianas. Altivez e decoro são virtudes que se conquistam no dia-a-dia, que se lavam com suor e se edificam com a esperança.

Caro senador (Mão Santa), político que conhece bem a índole honesta e generosa de nossa gente...

Um troco feito de maneira correta é uma lição de moral. A pesagem fiel de um produto é uma atitude ética. O fiado é uma medida de confiança no semelhante. Enfim, o próprio labor desta gente manifesta a crença nas relações entre pessoas e nações. Foi da coragem e do destemor destes desbravadores que a humanidade conheceu o apogeu. Na rota das caravanas do passado brotaram cidades e países inteiros; da ousadia dos

empresários de hoje, que buscam novas tecnologias comerciais, surge um mundo de novas possibilidades econômicas e profissionais.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, poderia aqui declinar números e fazer projeções sobre o setor, mas prefiro falar dos homens que fazem desta atividade uma das mais importantes para o desenvolvimento das relações econômicas entre as nações. O próprio princípio do comércio está baseado no diálogo, na sensatez e na confiança. Está, portanto, alicerçado nas mais nobres virtudes humanas.

Dos encantados mascates que povoaram nossa imaginação e nossa infância de lendas e alegrias; dos bolicheiros do meu Pantanal, que fazem de seu pequeno negócio um ponto de convergência social; dos heróicos comerciantes que desafiam guerras e catástrofes e muitas vezes são os primeiros socorros aos vitimados; aos empresários que fazem deste setor o condutor das vias econômicas internacionais: o mercantilismo é a ação vital para o equilíbrio político entre povos e nações.

Toda esta malha de interesses planetários e de expansão da lógica econômica universal acabam confluindo para o balcão. E aí, neste ponto, dependem do bom senso do homem que está atrás do balcão. Muitas vezes de pouco estudo, mas de uma sabedoria prática irretocável. É a este profissional que dirijo minhas mais sinceras homenagens.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15 horas e 2 minutos a sessão é reaberta às 15 horas e 9 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero comunicar à Casa, antes de conceder a palavra pela ordem, que se encontra no Senado Federal o Sr. Euclides Affonso de Mello Neto, 1º Suplente do Senador Fernando Collor de Mello, da representação do nosso querido Estado de Alagoas. O Senador Euclides Mello foi convocado em razão da licença do titular, Fernando Collor.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do Diploma e demais documentos exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o Diploma:

*JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS*

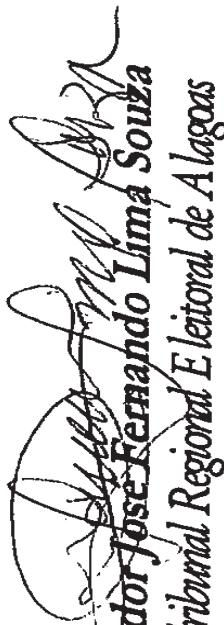
DIPLOMA

O Presidente Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 1º de outubro de 2006, expede o diploma de Suplente de Senador por Alagoas a

EUCLYDES AFFONSO DE MELLO NETO

pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), conforme Ata Geral das Eleições Gerais de 2006.

Maciá, 19 de dezembro de 2006.


Desembargador *José Fernando Lima Souza*
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra e a satisfação de designar os Senadores Antonio Carlos Valadares, Magno Malta e Gilvam Borges para conduzirem ao plenário o Senador Euclides Mello, a fim de prestar o compromisso regimental.

Enquanto isso não acontece, saúdo essa honrosa comitiva de alagoanas e alagoanos que estão presentes no Senado Federal, destacando o querido amigo João Sampaio. (Palmas.)

O Sr. Euclides Mello é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL)

– Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Euclides Affonso de Mello Neto, que, a partir deste momento, passa a integrar todos os trabalhos da nossa Casa.

Parabéns. (Palmas)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Euclides Mello.

Antes, porém, sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Magno Malta, com a aquiescência do Senador Euclides Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL)

– Pois não.

É lida a seguinte:

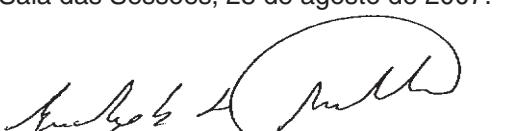
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Alagoas, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Nome Parlamentar: **Euclides Mello**.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Euclides Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Servidores desta Casa, meus familiares e meus amigos das Alagoas e de outros Estados do meu Brasil, minhas Sras. e meus Srs.;

Venho das Alagoas, terra dos marechais, terra do proclamador da República brasileira, terra de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, o consolidador da República. Venho da terra de um povo acolhedor, dedicado ao trabalho, enfrentando a luta pela sobrevivência, nestes dias de dificuldades e de insegurança, mas sem perder a esperança de melhores tempos.

Venho de um Estado de belezas naturais, com direito às águas mansas e mornas de um Atlântico especialmente presenteado aos nordestinos pelo nosso Criador.

Venho da terra que adotou o Senador Fernando Collor, homem público, humano por excelência, que terei a honra de substituir, temporariamente, neste Senado.

Por essa razão, obrigo-me, neste momento, a declarar que estou consciente da responsabilidade que passo a assumir, a partir de agora, quando ocupo a sua cadeira.

Ao mesmo tempo, sinto-me feliz com essa especial oportunidade. Oportunidade de voltar a ter assento no Congresso Nacional e, agora, na condição ímpar de substituto do Senador Fernando Collor de Mello.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, é em nome de Alagoas e dos alagoanos, esse povo forte, perseverante e altaneiro, a quem já tive oportunidade de representar em diversos mandatos legislativos, que aqui estou.

Relembro, agora, o início da minha carreira legislativa, quando, já em 1980, fui eleito vereador da Capital do meu Estado, grande aprendizido do mecanismo parlamentar. Ali, seguramente, recebi os mais valiosos ensinamentos do exercício das atividades legislativas. Aprendi, naquela Casa, igualmente, a aceitar, com dignidade, a vontade soberana da maioria.

Dessa valiosa tarefa na área municipal já não pude mais fugir à luta em favor da minha gente e, em particular, em favor dos humildes.

Fui posteriormente conduzido à Assembléia Legislativa como Deputado Estadual.

Naquele poder, seja como líder partidário, seja como líder de bancada, lutei sempre com denodo em favor das causas justas.

Lá também aprendi a respeitar as regras constitucionais ilegais, oferecendo o meu trabalho e o meu esforço pessoal em favor da melhoria das condições de vida do meu povo.

Mais tarde, tendo que voltar para São Paulo onde havia passado um período da minha juventude, pleiteei e fui honrado com o mandato de Deputado Federal.

Com esse meu ingresso na Câmara Federal, tive a feliz oportunidade de ser partícipe da bancada de apoio ao Governo Collor, fato que me orgulha pelo que foi feito em prol do povo brasileiro naquele período.

Volto hoje ao Parlamento Nacional e volto sentindo na minha lembrança que trago comigo o suporte dos exemplos de ações firmes apoiadas nos propósitos da honestidade, política e pessoal, de muitos companheiros que estavam ao meu lado na Câmara nos anos noventa e que, com satisfação, revejo hoje nesta Casa.

Agora, passadas quase duas décadas, essa é para mim uma oportunidade de dizer ao meu País que fui testemunha das ações de um governo cujo pensamento e determinação eram votados exclusivamente para o bem-estar do seu povo e o engrandecimento desta Nação.

Senhores, os atos de Collor na vida pública, seja na Presidência da República e em todos os cargos que exerceu em nome do povo, resultaram na concretização de um governo desenvolvimentista e de grandes transformações sociais.

Benefícios, como a abertura da economia e da modernização do parque industrial brasileiro, cujos frutos hoje colhemos.

Benefícios, como podemos ver, nos exemplos concretos de projetos visionários implantados para o avanço da indústria automobilística que passou a produzir veículos do mais alto padrão mundial, especialmente em termos de segurança, conforto e tecnologia.

A abertura para a instalação da indústria de computadores de última geração, trazendo a tecnologia atualizada e equiparando o Brasil aos povos mais desenvolvidos.

A oferta das condições técnicas e científicas às universidades, possibilitando a atualização dos mestres a fim de melhor transmitir as diversas ciências às gerações de hoje que já constroem o futuro.

A implantação da telefonia celular em nosso País viabilizando, nos dias atuais, a velocidade da comunicação fácil entre os nossos irmãos.

A preocupação que ele teve com os pobres e humildes, com os desfavorecidos e com os aposentados do antigo Funrural, aos quais ele determinou fosse pago um salário mínimo integral atendendo à nossa Constituição.

A atenção que o Governo Collor deu à educação e à saúde do povo brasileiro.

A construção e o equipamentos dos hospitais universitários,

O extraordinário projeto dos CIACs, uma obra magnífica, construída no Brasil inteiro, especialmente, nas localidades próximas às populações mais pobres.

Os CIAC, um Projeto de Educação Integral que, se tivesse havido a sua continuidade, estaria, com certeza, sendo o maior suporte para a educação das crianças e dos jovens brasileiros.

A construção de grandes obras estruturantes em todo o Brasil, valendo especial destaque para a hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco, uma realização que garantiu o desenvolvimento do Nordeste nos dias atuais.

Na área da Saúde, bastaria lembrar o grande Projeto do Médico da Família, uma medicina centrada no paciente, na pessoa e não na doença, além do atendimento pioneiro aos soropositivos. É um programa, hoje, comprovadamente vitorioso no País.

É, ainda, de ser lembrada a promulgação da legislação avançada – a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Rouanet, de incentivo à cultura.

Essas e muitas outras mais foram realizações de um Governo voltado, exclusivamente, para o engrandecimento do Brasil.

Hoje, quando se fala de aquecimento global e dos perigos que rondam o nosso Planeta, merece ser destacada a visão do estadista.

O Presidente Lula já orientou seu Governo a trabalhar pela realização, no Brasil, da Rio+20, por requerimento do Senador Collor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Euclydes, quando V. Ex^a julgar oportuno, eu gostaria de fazer-lhe um aparte.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Em seguida, inclua-me, Senador Euclydes.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – AL) – Senador Euclydes, quero, inicialmente, em nome do PTB, dar as boas-vindas a esta Casa a V. Ex^a, que, durante o período de licença do nosso Senador e ex-Presidente Fernando Collor, com certeza, vai honrar, com o mesmo brilhantismo, o mandato que o povo de Alagoas lhe confiou. Pego do seu pronunciamento dois pontos, para destacar realmente a importância do que V. Ex^a diz. Primeiro, como médico, eu não poderia deixar de destacar a questão do Médico da Família. Tive a curiosidade de, antes de ser Senador, ainda Deputado Federal, ir a Cuba conhecer o modelo do Médico da Família naquele país. Aplicar aquele modelo ao Brasil era muito complicado, porque Cuba é uma ilha que tem catorze Estados, a que eles chamam de provín-

cias, e o Brasil é um continente. Então, realmente, o modelo era de difícil aplicação, mas obteve êxito. Precisa, logicamente, ser aperfeiçoado, mas isso já deu à saúde pública no Brasil uma melhora que não se pode dimensionar adequadamente. Com certeza – posso dar o testemunho –, foi um passo gigantesco na questão do tratamento, principalmente, das pessoas excluídas da chance de serem atendidas por planos de saúde. Outra questão: um dia desses, vindo de táxi, o motorista comentou uma frase do Presidente Collor, que, à época, disse que “os carros produzidos no Brasil eram verdadeiras carroças”. E, realmente, se atentarmos, daquele ponto para cá, os nossos carros hoje merecem ser equiparados aos que se produzem na Europa e nos Estados Unidos. Muito obrigado. Boas-vindas e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Senador Mozarildo, por suas palavras, que só aumentam mais a minha responsabilidade diante do que V. Ex^a falou.

Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre companheiro Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Euclides, é com alegria que vejo V. Ex^a assumir a tribuna desta Casa. Em nome do PMDB, quero felicitá-lo e dizer que sou um companheiro de V. Ex^a. Acompanho a sua hercúlea disposição; um gigante na defesa dos interesses de Alagoas. Na época do Governo Collor, V. Ex^a esteve sempre a postos, defendendo os interesses públicos de Alagoas. O seu sorriso, a sua alegria, a sua tenacidade só engrandecem esta augusta Casa. Por isso deixo registrado que estou me deliciando, apreciando o seu discurso, e sei que V. Ex^a em breve já estará aqui circulando com agilidade e com muita eficiência. Seja bem-vindo e parabéns.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Gilvam Borges.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Euclides, eu gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex^a. Primeiro, quero dar um testemunho sobre V. Ex^a. Nós nos conhecemos agora, mas sei que V. Ex^a é um homem de muito valor, enriquece este Senado, e vou dizer por quê. Eu votei no Presidente Collor. Eu era prefeitinho de Parnaíba, e ele teve extraordinária votação lá na minha cidade, porque Paranaíba é uma capital do Delta. Eu estava com o Presidente Collor e ele foi entrevistado. Um jornalista perguntou-lhe: “E amigos?” Ele parou... O Presidente Collor, extraordinário Presidente da República e vou dizer por quê. Ontem, ele se encheu de entusiasmo porque conseguimos dar 1% do ICMS para os prefeitos.

Atentai bem! Mas a Constituição mandava dar 53% para a União, para o Presidente Luiz Inácio; 21% para os Governadores dos Estados; 22,5% para os Prefeitos; e 3% para os fundos constitucionais. Foram garfando, de tal maneira, que Luiz Inácio leva 60% e os Prefeitos, 14%. E o Presidente Collor – por isso é que estou aqui, eu e os Prefeitos, como ontem eu recordava, Heráclito, Arthur Virgílio – transferia os 21,5% aos Prefeitos. Então, ele obedeceu à Constituição. Mas, voltando a V. Ex^a... O jornalista perguntou: “E amigos?”. Eu fiquei ao lado, fiquei atento – aí, o “atenta” foi para mim. Ele parou e disse: “Amigos? Eu tenho um primo, Euclides Mello” – V. Ex^a foi o primeiro, quero dar este testemunho. Aí, falou em Cláudio Vieira, que foi advogado, e parou. Eu disse: “tá morto!” Para você ver que amigo – está aqui, o meu assessor aqui é o Zezinho, vou arrumar um DAS para ele –, como o cantor Milton Nascimento diz, é coisa para a gente guardar no peito esquerdo. Então, ele parou... Depois, citou uns irmãos Calheiros lá, que ele tem. E V. Ex^a foi o primeiro. Ou seja, ele guarda no peito esquerdo dele o seu nome.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. É uma honra muito grande.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer, Senador Mão Santa, que ao cargo que o senhor se candidatar em Alagoas, o senhor será muito bem votado e, possivelmente, eleito, porque tem muitos admiradores em Alagoas, principalmente em Marechal Deodoro.

O Presidente Lula já orientou seu governo a trabalhar pela realização, no Brasil, da Rio+20, por requerimento do Senador Collor.

Já nos idos de 92, quando da realização da Eco-92, mirava o futuro e despertava a atenção das nações.

A Eco-92 ou Rio-92 foi considerada um dos eventos da maior importância para toda a humanidade.

Representantes de quase todos os países do mundo reuniram-se, naquela oportunidade, no Rio de Janeiro, para decidir que medidas deveriam ser adotadas a fim de se conseguir diminuir a degradação ambiental e preservar a existência de futuras gerações.

A intenção daquele encontro foi especialmente aceita como a mola propulsora para implementar a idéia do desenvolvimento sustentável, com um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais responsável.

Hoje, quinze anos depois, o mundo inteiro começa a despertar, efetivamente, para essa realidade que o Governo Collor já mostrava em 1992.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, permitam-me repetir: honra-me sobremaneira ter assento no

plenário desta Casa, verdadeiro suporte da vigilante defesa da Nação, dos seus Estados e do seu povo.

Sinto, por tudo isso, realmente, o peso da minha responsabilidade, que se avoluma, especialmente quando o mundo inteiro atravessa crises econômicas e sociais.

Crises que requerem dos Parlamentos das nações o verdadeiro e maior observatório das condições de vida dos seus povos, que promovam a indicação do rigoroso e correto caminho a ser adotado em cada momento.

E é exatamente nesta hora que Deus me permite estar no valoroso centro do poder político, laboratório democrático capaz de oferecer o equilíbrio às decisões de Estado.

A magnitude dessa responsabilidade, para não falhar com o compromisso assumido com o meu povo, não me assusta porque aqui estou diante e ao lado dos doutos, especialistas em democracia, diante e ao lado dos estudiosos do Estado, dos mestres da comunidade legislativa do Brasil, diante e ao lado dos homens que sabem discernir sobre os melhores caminhos para a Nação trilhar.

Assim, com certeza, também saberei acompanhar as profícias decisões desta Casa e dos meus ilustres pares em favor do nosso povo e do nosso País.

De forma particular, não restam dúvidas, também estarei aqui, permanentemente, a serviço do meu Estado de Alagoas e da sua extraordinária gente.

Estarei, igualmente, no plantão diurno para atender ao meu glorioso e querido Município de Marechal Deodoro, pensando na gente e na proteção das suas exclusivas belezas naturais: as nossas lagoas Mundaú e Manguaba e a nossa famosa e internacionalmente conhecida Praia do Francês.

Estarei, da mesma forma, pensando no rico patrimônio histórico de Marechal Deodoro, um dos mais primorosos do Brasil, que exige um esforço gigantesco de todos nós para a sua total restauração e efetiva manutenção.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de encerrar estas primeiras palavras, quero deixar a certeza de que aqui estarei para somar, para dar as mãos e ajudar o nosso Brasil.

Agradecendo a atenção e a paciência de V. Ex^{as}s e oferecendo a todos os senhores, indistintamente, os meus préstimos pessoais, quero, finalmente, proferir alguns agradecimentos.

Agradeço, mais uma vez, de coração, aos amigos das Alagoas, de São Paulo e de diversas partes do Brasil que para aqui se deslocaram nesta tarde e, igualmente, de coração, vieram assistir a minha estreia nesta tribuna, que já foi usada pelo grande Rui Barbosa.

De forma particular, quero fazer um agradecimento a minha querida mãe, D^a Terezinha, que, orgulhosa por ter seu filho de volta ao Congresso Nacional, agora na condição de Senador da República, não mediou o sacrifício e para aqui se deslocou, prestando-me, assim, a mais significativa das homenagens.

Agradeço a minha esposa e companheira de todos os momentos, a querida Ana Sampaio, pelo apoio grandioso que me dá, aos meus queridos filhos, Manuela, Jorge e Euclides, sempre a razão maior da minha vida, aos meus familiares e a todos que contribuíram para a felicidade deste momento, com destaque especial para Caroline e o Senador Fernando Collor de Mello.

A todos, garanto o meu esforço pessoal e a minha dedicação, prometendo não decepcionar a Pátria, o meu Estado de Alagoas, o meu Município de Marechal Deodoro e os companheiros de todas as horas.

Querido Presidente, Senador Renan Calheiros, agradeço, por fim, a todos pela paciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero, em nome do Senado Federal, especialmente em nome da Bancada de Alagoas, dizer da satisfação com que nós o recebemos aqui no Senado Federal e na nossa Bancada. Por tudo, pela nossa amizade, tenho a plena convicção, a plena certeza de que V. Ex^a será um excepcional Senador.

Meus parabéns! (*Palmas.*)

Quero aproveitar a oportunidade para fazer uma saudação especial à equipe de Divinópolis, Minas Gerais: mulheres empreendedoras, o Dr. Juiz, o representante do Ministério Público, que têm lutado incansavelmente em favor da adoção no Brasil. Contem sempre com o apoio do Senado Federal.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Na abertura da sessão de homenagem, eu já havia feito minha inscrição para falar pela Liderança. Então, eu só queria garantir poder falar no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Está garantido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 997, DE 2007**Requerimento de voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações pela comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.

Justificação

O Estado e o povo de Sergipe celebrou, na última semana, os 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. A festa demonstrou o apreço e o carinho que os sergipanos devotam ao seu líder espiritual, que há 11 anos tem a responsabilidade de dirigir a arquidiocese da capital de Sergipe.

A biografia de Dom José Palmeira Lessa, toda ela marcada pela vocação, tem sido aplaudida pelos vários setores da sociedade, que reconhecem seu engajamento nas causas justas dos grupos sociais, na solidariedade permanente com os necessitados, atuando de forma a levar a igreja a ser guardiã da vida digna.

Tendo como lema de sua administração pastoral “fraco com os fracos”, Dom José Palmeira Lessa faz do seu episcopado um exercício vigoroso, dedicado à valorização da cidadania, dando voz, vez e valor aos segmentos marginalizados. Sua obra de pastor tem sido um exemplo de engajamento, na defesa dos valores que identificam o ser e o corpo social que ele forma.

Nascido no nordeste, em Coruripe (Alagoas), em 18 de janeiro de 1942, carrega no bojo de sua formação, os estigmas que vincam a fisionomia dos nordestinos, notadamente a fome, a falta de trabalho, a pobreza de bens, a violência que avulta a vida e humilha a existência.

Foi no Rio de Janeiro que moldou sua personalidade e foi atraído pela vida religiosa. Estudou no seminário arquidiocesano do Rio de Janeiro desde os 13 anos, cursando o ensino fundamental e básico (1955-1958), o ensino médio (1959-1961). Estudou Filosofia (1962-1964) e Teologia (1965-1968) no mesmo seminário, sendo ordenado padre, pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1968.

Bacharelou-se em teologia, curso de pastoral, em Roma, na Itália, onde também cursou pastoral e espiritualidade, como especializações, que muito servem ao seu trabalho junto à sociedade sergipana.

Entre 1969 e 1982, trabalhou como formador no seminário menor do Rio de Janeiro, Prefeito, Professor, Diretor Espiritual, Pároco, Membro do Conselho Presbiteral, Coordenador de Pastoral em 13 paróquias, Vigário Episcopal, Coordenador do Secretariado de Pastoral da Arquidiocese, antes de ser nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1982, e empossado em 24 de agosto daquele ano.

Foram cinco anos de experiência na arquidiocese do Rio de Janeiro, até ser nomeado Bispo de Propriá, no baixo São Francisco sergipano, em substituição ao Bispo resignatário Dom José Brandão de Castro. Nomeado em 30 de outubro de 1987, Dom José Palmeira Lessa permaneceu naquela diocese até 6 de dezembro de 1995, quando foi nomeado Arcebispo coadjutor de Aracaju, sendo empossado em 25 de março de 1996.

Seu trabalho da diocese de Propriá recolocou a igreja no centro das atenções, pelo enfrentamento com velhas práticas políticas e econômicas, que infelicitavam o povo ribeirinho e sertanejo. Solidário com as lutas dos trabalhadores, defendendo o respeito ao homem, e à sua família, Dom José Palmeira Lessa irmanou-se com os humildes, projetando seu bispado.

Promovido e transferido para a arquidiocese de Aracaju, auxilia a Dom Luciano Duarte, arcebispo emérito, um dos homens mais cultos do clero brasileiro, ampliando as pastorais na capital sergipana. Com a aceitação da renúncia de Dom Luciano Duarte, em 26 de agosto de 1998, coube a Dom José Palmeira Lessa ser oficializado como o novo arcebispo de Aracaju, em missa na praça de São Pedro, no Vaticano, quando Sua Santidade o Papa João Paulo II fez a entrega solene do pálio.

Desde então, Dom José Palmeira Lessa tem feito crescer a admiração dos sergipanos pelo seu trabalho constante, seu relacionamento cada vez mais amplo com setores da sociedade, sua relação com segmentos esclarecidos, sua presença de líder, exercendo funções que marcam a história da igreja católica em Sergipe.

Ao ensejo da efeméride que consagra 25 anos de Dom José Palmeira Lessa como um dos mais eficientes prelados do Brasil, quero manifestar os votos de congratulações ao eminentíssimo arcebispo de Aracaju, aos seus familiares e auxiliares, ao clero sergipano e a todos que compõem o rebanho de Deus, desejando êxito na caminhada que já se alonga, mas que se renova na convicção e na vocação que caracterizam a ação pastoral daquela autoridade.

Que Deus continue iluminando os seus passos,clareando os caminhos do seu ofício,fazendo do pastor de almas um amigo solidário,na defesa e na valorização dos cristãos,dos católicos,de todos os que precisam de sua palavra orientadora e do seu trabalho eficaz.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Tendo em vista o requerimento sobre a Mesa, nos termos do art. 222, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para que S. Ex^a possa fazer esse encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento é de um voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.

O Estado e o povo de Sergipe, Sr. Presidente, celebraram, na última semana, os 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. A festa demonstrou o apreço e o carinho que os sergipanos devotam ao seu líder espiritual, que, há onze anos, tem a responsabilidade de dirigir a Arquidiocese da capital de Sergipe.

A biografia de Dom José Palmeira Lessa, toda ela marcada pela vocação, tem sido aplaudida pelos vários setores da sociedade, que reconhecem seu engajamento nas causas justas dos grupos sociais, na solidariedade permanente com os necessitados, atuando de forma a levar a Igreja a ser guardião de uma vida digna.

Tendo como lema de sua administração pastoral “fraco com os fracos”, Dom José Palmeira Lessa faz do seu episcopado um exercício vigoroso, dedicado à valorização da cidadania, dando voz, vez e valor aos segmentos marginalizados. Sua obra de pastor tem sido um exemplo de engajamento na defesa dos valores que identificam o ser e o corpo social que ele forma.

Nascido no Nordeste, em Coruripe, Estado de Alagoas, em 18 de janeiro de 1942, Dom Lessa carrega no bojo de sua formação os estigmas que vincam a fisionomia dos nordestinos, notadamente a fome, a falta de trabalho, a pobreza de bens, a violência que avulta a vida e humilha a existência.

Foi no Rio de Janeiro que moldou sua personalidade e foi atraído pela vida religiosa. Estudou no seminário arquidiocesano do Rio de Janeiro desde os 13 anos, cursando o ensino fundamental e básico. Estudou Filosofia no mesmo seminário, sendo ordenado padre pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1968.

Bacharelou-se em Teologia, curso de pastoral, em Roma, na Itália, onde também cursou pastoral e espiritualidade, como especializações, que muito servem ao seu trabalho junto à sociedade sergipana.

Em 1969 e em 1982, trabalhou como formador no seminário menor do Rio de Janeiro, prefeito, professor, diretor espiritual, pároco, membro do Conselho Presbiteral, coordenador de pastoral em 13 paróquias, vigário episcopal, coordenador do Secretariado de Pastoral da Arquidiocese, antes de ser nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1982 e empossado em 24 de agosto daquele ano.

Foram cinco anos de experiência na Arquidiocese do Rio de Janeiro, até ser nomeado Bispo de Própria, no Baixo São Francisco sergipano, em substituição ao Bispo resignatário Dom José Brandão de Castro. Nomeado em 30 de outubro de 1987, Dom José Palmeira Lessa permaneceu naquela diocese até 6 de dezembro de 1995, quando foi nomeado Arcebispo Coadjutor de Aracaju, sendo empossado em 1996.

Seu trabalho na Diocese de Propriá recolocou a Igreja no centro das atenções, pelo enfrentamento com velhas práticas políticas e econômicas, que infelicitavam o povo ribeirinho e sertanejo. Solidário com as lutas dos trabalhadores, defendendo o respeito ao homem e a sua família, Dom José Palmeira Lessa irmanou-se com os humildes, projetando seu bispado e granjeando o respeito de todos os sergipanos.

Promovido e transferido para a Arquidiocese de Aracaju, auxilia Dom Luciano Duarte, Arcebispo emérito, um dos homens mais cultos do clero brasileiro, ampliando as pastorais na capital sergipana. Com a aceitação da renúncia de Dom Luciano Duarte, em 26 de agosto de 1998, coube a Dom José Palmeira Lessa ser oficializado como o novo Arcebispo de Aracaju, em missa na praça de São Pedro, no Vaticano, quando Sua Santidade, o Papa João Paulo II, fez a entrega solene do pálio.

Desde então, Dom José Palmeira Lessa tem feito crescer a admiração dos sergipanos pelo seu trabalho constante, seu relacionamento cada vez mais amplo com setores da sociedade, sua relação com segmentos esclarecidos, sua presença de líder, exercendo funções que marcam a história da Igreja Católica no Estado de Sergipe.

Ao ensejo da efeméride que consagra 25 anos de Dom José Palmeira Lessa como um dos mais eficientes prelados do Brasil, quero manifestar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os votos de congratulações ao eminent Arcebispo de Aracaju, aos seus familiares e auxiliares, ao clero sergipano e a todos que compõem

o rebanho de Deus, desejando êxito na caminhada que já se alonga mas que se renova na convicção e na vocação que caracterizam a ação pastoral daquele autoridade.

Que Deus continue iluminando os seus passos,clareando os caminhos de seu ofício, fazendo do pastor de almas um amigo solidário, na defesa e na valorização dos cristãos, dos católicos, de todos os que precisam de sua palavra orientadora e de seu trabalho eficaz.

Desejo, por fim, a D. José Palmeira Lessa saúde e felicidades em sua bela e bem-sucedida jornada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a será o terceiro. Vou colocar V. Ex^a no meu lugar.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – Pela ordem, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia me informar em que posição estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – V. Ex^a é o segundo orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – Concedo a palavra à eminent Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores. Vou pedir, Senador Magno Malta, que eu tenha um pouco mais de tempo porque o assunto que me traz à tribuna é algo que reputo como importantíssimo, porque diz respeito a aproximadamente cinco milhões de pessoas. E mais, diz respeito a se atingir uma meta dez anos antes do prazo previsto, ou seja, conseguiu-se antecipar um compromisso assinado pelo Brasil, que seria cumprido apenas daqui a 10 anos, para executá-lo dez anos antes. Portanto, não se trata de qualquer assunto; é algo extremamente importante.

Trouxe aqui os jornais de hoje, porque um assunto extremamente importante recebeu tratamento absolutamente diferenciado pelos nossos principais jornais.

Por exemplo, o **Valor Econômico** não trata do assunto nem sequer numa pequena nota na capa, apesar de, no interior do jornal, haver matérias relevantes, importantes, informando que o curso superior aumenta a renda familiar e que o índice de extrema pobreza cai pela metade no Brasil. Ou seja, trata do assunto no interior do jornal, mas, na capa, não faz chamada.

O **Correio Braziliense** apresenta uma capa bastante significativa, com a questão do mensalão e do Renan, mas, no final da página, o jornal publica uma nota intitulada “Retrato do Abismo Social”, e fala do estudo do IBGE. No interior do jornal, a reportagem já é mais substancial: “indicadores avançam”. Então, trata de “objetivos do milênio” e de que nós conseguimos, dez anos antes, atingir as metas assinadas pelo Governo brasileiro.

O **Estado de S.Paulo** também trata do assunto com uma nota muito pequena, no rodapé: “Rico gasta 10 vezes mais do que o pobre”. As matérias internas são mais substanciais. Perdi a marcação e não quero perder o tempo com a localização. Mas, no meio, aborda a questão do IBGE com muito mais destaque do que a da ONU.

A **Folha de S.Paulo** já trata o assunto diferentemente, colocando-o na capa, com destaque. Mas afirma que o gasto dos ricos supera dez vezes o dos pobres e não trata da questão da meta do milênio, mas apenas do IBGE. E, na matéria do “Cotidiano”, há várias páginas em que se fala que os ricos gastam mais do que os pobres e que os brasileiros gastam mais com carro do que com educação. Então, no “Cotidiano”, há bastante matéria sobre o estudo do IBGE.

O **Globo** expõe na capa “IBGE: educação eleva rendimentos”, e fala das metas do milênio sem muito destaque na capa, mas nas matérias: “Diploma é passaporte para o social”, “Ricos gastam 10 vezes mais do que os pobres” e “10 anos antes, Brasil reduz pobreza à metade”.

Eu trouxe todos os jornais para mostrar exatamente que um assunto importantíssimo como este, que trata da questão que envolve cinco milhões de pessoas que tiveram condições de sair da extrema pobreza, e o Brasil conseguiu fazer isso dez anos antes do compromisso firmado – que me desculpem, Senador João Tenório –, não era para estar em rodapé ou em matérias apenas no interior dos jornais. E, muito mais ainda, não era para que houvesse a mistura de dois estudos importantíssimos, um feito pelo IBGE, com base na pesquisa de orçamento familiar. Os estudos são de épocas diferentes. O estudo do IBGE é de 2002

e 2003; o levantamento da ONU, de que tivemos capacidade de cumprir 10 anos antes a diminuição, conforme compromisso de reduzir a extrema pobreza à metade é até 2005, mostrando de forma inequívoca que, nos últimos anos – a matéria que está na parte interna do **Correio Braziliense** dá esse destaque, que faço questão de ler, porque essa questão de pegar um estudo do IBGE, de 2002/2003, em que ainda fica muito clara a concentração de renda, a diferença entre pobres e ricos, a influência da educação na melhoria da renda das pessoas e ainda os cortes...

(Interrupção no som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Senador Magno Malta.

E ainda o corte na questão de gênero, na diferença de renda entre homens e mulheres, a questão étnica, brancos, negros, tudo isso aparece de forma muito clara no estudo do IBGE relativo aos dados de 2002 e 2003. Mas é o dado da ONU, que vai até 2005, que demonstra que estão certas as políticas adotadas e a influência que essas políticas tiveram para que pudéssemos conquistar – e deveríamos estar comemorando de forma efetiva – a redução da extrema miséria à metade, um compromisso que era para assumirmos daqui a 10 anos. Esse é um compromisso que nós, com dez anos de antecedência, estamos realizando. Inclusive a confusão das matérias entre os dados do IBGE e os dados do levantamento da ONU dá a impressão de que nada vem sendo feito e que a distância entre pobres e ricos não melhorou e não se efetivou de forma tão concreta.

E a própria matéria, volto a dizer, do **Correio Brasiliense**, que faço questão de ler na íntegra, exatamente registra isso em “Números defasados”.

Feita com base em dados dos anos 2002 e 2003, a pesquisa do IBGE é um retrato de como a desigualdade continua sendo marca do Brasil. Apesar de válidos, os dados não capturaram a profunda mudança no perfil do consumo do País nos últimos anos.

Houve melhoria do padrão de renda dos brasileiros em geral. Analistas marcam o ano de 2004 como um ponto onde começou a mudar o padrão de consumo das famílias – não é à toa o ano recente de mais forte crescimento da economia nacional.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Continuo, Sr. Presidente:

É essa recuperação no consumo das famílias, por sinal, quem vem puxando a economia, graças a uma combinação de fatores como a queda da inflação e dos juros, os benefícios dos programas sociais [Bolsa-Família e tantos outros], a elevação do salário mínimo e melhoria dos indicadores de emprego.

Um estudo recente sugere que apenas no ano passado oito milhões de brasileiros deixaram a baixa renda e ascenderam para níveis da população com maior poder de consumo. Só no primeiro semestre deste ano, o consumo das famílias cresceu 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ainda mais relevante é a informação de que quem puxou essa alta no consumo foi a classe C, ou seja, famílias com renda mensal entre quatro e dez salários mínimos, que aumentou em 35% o volume de compras.

A própria matéria de **O Globo**...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...destaca que, “Dez anos antes, o Brasil reduz pobreza à metade”. Na matéria, ressalta que a melhoria na distribuição de renda, quebrando um padrão brasileiro de décadas, aconteceu exatamente nesses últimos anos, nos anos mais recentes, e nos permitiu alcançar essa vitória, Senador João Pedro. E, ainda, o próprio artigo destaca que “(...) Tão importante quanto a redução da pobreza é a queda da desigualdade, principalmente nos últimos três anos. Esse é um dado novo relevante no relatório da ONU”.

Então, para os que não conseguem perceber, ou não querem perceber que as políticas adotadas de distribuição de renda, de melhoria de emprego, de melhoria das condições de acessos a diversas políticas públicas têm impacto importantíssimo nos compromissos assumidos pelo nosso País e que são exatamente essas políticas adotadas no primeiro mandato do Presidente Lula, e agora aprofundadas ainda mais no segundo, vão permitir que tenhamos realmente, de forma efetiva, a redução da desigualdade social, esta chaga que durante décadas se manteve estagnada e que, agora, nós estamos conseguindo enfrentar com resultados positivos. E digo mais: permitindo que o Governo, que o País, que o Brasil possa estar comemorando dez anos antes o compromisso assumido com quase 190 países junto à ONU de reduzir à metade a extrema pobreza.

Era esse registro que queria fazer, pedindo desculpas por ter me alongado. Mas termino conforme comecei o meu pronunciamento.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ou seja, uma matéria, uma conquista desta importância merece registro com destaque. E até, digamos assim, a apresentação dos dois estudos do IBGE, de 2002 e 2003 e, agora, o da ONU, que vai até 2005, é uma prova inequívoca de que nós aceleramos de forma efetiva a justiça social e a distribuição de renda no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, por tratar de assunto tão importante. Mesmo quem faz Oposição, entende que Oposição se faz criticamente. Dados como esses certamente alegram todos nós, até porque V. Ex^a fala em redução da miséria, e não em redução da pobreza.

Jesus disse que “os pobres, sempre tereis convosco”. Ser pobre não é demérito nenhum, pobre vive com dignidade. Sou filho de pobre e vivi com dignidade a minha vida inteira; sou filho de uma faxineira que ganhava meio salário mínimo por mês, mas nunca fui miserável. Ser miserável é demérito, é triste. Mas, quando se tem redução da miséria, é extremamente importante e valioso para o País. Temos que louvar esse foco do Presidente Lula para exatamente os menos favorecidos no Brasil.

Gostaria, com a vénia do próximo orador, Senador Gilvam Borges, de dizer que o Estado do Espírito Santo, de maneira muito especial o sul do Estado, está realizando a Feira Internacional do Mármore e do Granito, Senador Mário Couto. E o Espírito Santo é uma marca significativa para o Brasil e para o mundo, gerando divisas, gerando rendas decorrentes do mármore e do granito. Essa tecnologia dos teares para serrar a pedra está muito avançada, mas teve princípio em Cachoeiro do Itapemirim, nas primeiras jazidas de mármore – quero aqui referenciar esse povo querido da terra onde obtive o meu primeiro mandato, em que fui recebido, vindo do Nordeste, como filho. Ressalto a importância do nosso complexo portuário e a importância da riqueza do granito e do mármore – meu querido e eterno Governador Marconi Perillo, marca de Goiás – e quero também reverenciar e abraçar o meu povo do Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges pelo tempo que V. Ex^a achar necessário.

Ninguém se torna Senador de qualquer maneira e ninguém pode cercear o que um Senador tem para falar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Amapá está em ansiosa contagem regressiva. Nas próximas duas semanas, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, desembarca no “meio do mundo” para cumprir promessa de campanha e anunciar boas novas a nós, que somos amapaenses, banhados pelo majestoso rio Amazonas.

A transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado

do Amapá, deve ser confirmada. Verbas do PAC, beneficiando o desenvolvimento do meu Estado, também.

Temos cuidado dessa visita em todos os detalhes. Ainda esta semana, estive com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, amazônida como nós, que confirmou a liberação de verbas para o asfaltamento da BR-156. Essa estrada, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores...

Mozarildo, V. Ex^a expressa o desejo de pedir um aparte?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quando V. Ex^a julgar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não serei inconveniente em angustiar V. Ex^a, que tem o desejo já manifestado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Eu quero parabenizar V. Ex^a e o povo do Amapá, porque, dentro de poucos dias, como V. Ex^a anunciou, o Presidente Lula vai lá transferir as terras que estão sob o domínio da União para o Estado, como é de direito, aliás, previsto no artigo da Constituição que transformou Roraima e Amapá em Estados. Nós não tivemos essa sorte ainda, Senador, porque, apesar da promessa do Presidente Lula, o Incra teima em não atender a determinação do Presidente Lula, tanto que o Governo do Estado teve de entrar com uma ação no Supremo para ter esse direito que ele está dando ao Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas V. Ex^a tenha certeza de que o Presidente Lula, na primeira oportunidade, seguirá para Roraima e também fará uma grande festa, transferindo as terras por medida provisória.

Essa estrada é imperiosa para o progresso do meu Estado, porque ela corta o Amapá de norte a sul, do Oiapoque a Laranjal do Jari, pavimentando o caminho do crescimento.

Ontem, Sr. Presidente, foi a vez do Ministro Walfrido Mares Guia, da Secretaria de Relações Institucionais, receber a Bancada federal e o Governador do Amapá, Waldez Góes, além de empresários do meu Estado. Com a sua conhecida sensibilidade, Mares Guia apresentou-nos sua equipe administrativa, que demonstrou sobreja eficiência, refletindo a competência do chefe.

A transferência das terras é vital para os amapaenses. Sem ela, fica inviável a obtenção de linhas de crédito, financiamentos e até mesmo instalação adequada das unidades governamentais mediante convênios.

O Senador José Sarney, do alto de sua experiência política, é um dos nossos maiores e até, sem sombra de dúvida, o maior líder da nossa Bancada, com

expressiva liderança nacional, que só tem contribuído para o desenvolvimento do Estado do Amapá.

Um Estado, Sr. Presidente, não é apenas um território que serve como base física para as relações entre governo e sociedade civil ou entre empresas e indivíduos. Um Estado é, antes de mais nada, um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de seus atributos naturais. Há uma trama, de pontos fechados, permeando raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham papel preponderante no desenvolvimento econômico.

A verdade é que a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, cuja área, por disposição legal, passou a pertencer ao Governo Federal, agravou o problema referente ao ordenamento territorial. Isso porque, quando o Amapá foi desmembrado de uma costela do Pará, não houve um planejamento para o desenvolvimento de ações efetivas dos problemas de terras do novo território.

A Constituição de 1988 içou o território do Amapá à condição de Estado, mas não resolveu a questão da propriedade e do uso das terras. Aliás, essa é a razão pela qual apresentei a esta augusta Casa o PLS 238/2007, que transfere ao domínio do Estado do Amapá as terras pertencentes à União. Em respeito à determinação do artigo 188 da Carta Magna, de importância social indiscutível, meu projeto, o PLS nº 238, de 2007, inclui a destinação às atividades de assentamento e colonização das terras cujo domínio será transferido, permitida a adoção do regime de concessão de uso, conforme o Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Essa medida, além de solucionar definitivamente o problema que tem gerado tantas disputas judiciais, atende também ao compromisso nacional, expresso na Constituição, de redução das desigualdades sociais.

Precisamos terminar a tarefa iniciada, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, entregando de vez, ao Estado do Amapá, a titularidade de suas terras. O Presidente Lula pode resolver a questão por meio de medida provisória. É uma solução rápida e indolor, que pode fazer com que Sua Excelênci cumpra promessa de campanha e seja ovacionado pelos amapaenses.

É lamentável, Sr. Presidente, que alguns técnicos do Incra insistam em desobedecer às ordens do Presidente Lula, que tem como uma de suas prerrogativas de Chefe de Estado, amparado na Constituição Federal, o dever e a obrigação de transferir essas terras para o Estado – sem isso o Estado não existe. E isso impede o desenvolvimento do Amapá. Todos os recursos que são colocados no Basa, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, as instituições finan-

ceiras que abrem linha de crédito para financiamento, simplesmente voltam dos bancos, porque 99,9% das terras do Amapá não têm títulos, e isso trava definitivamente o desenvolvimento.

Sr. Presidente, não vou me alongar porque faço parte do Conselho de Ética do Senado Federal, que está agora, em conclusão, ouvindo os relatórios dos três Relatores, alinhavando e ajustando a tão esperada decisão, que muito tem cansado e deixado exaustos o povo, os Congressistas e os jornalistas. E se segue, Sr. Presidente, o princípio que a própria Oposição determinou, da caça sumária e imediata ao Presidente Renan Calheiros, de forma bruta e violenta. No início da crise, esperávamos que a conclusão do processo não durasse mais de trinta dias. Naquela época, eu disse: "Se não votarmos hoje o relatório de Epitácio Cafeteira, levaremos mais 130 dias". E hoje se está configurando aquela previsão. A própria Oposição disse: "Não. Nós precisamos aprofundar as investigações. Nós precisamos ir adiante". Está certo. E foi adiante.

Com um ordenamento todo providenciado, com grupos poderosos e interesses convergentes de manutenção de poder, o massacre ao Senador Renan Calheiros, o seu sangramento continuou. E aí o Presidente entrou na "Operação Rock IV". A Operação Rock IV é quando Rock duela no ringue contra o russo, e era muito pau, e tome cacete demais, violência, primeiro *round*, segundo, e ninguém imaginava que o Rock ia suportar. E quanto mais batia no Rock, mais o Rock dizia: "Pode bater". E parece que aqueles baques... É como massa de pão, tufando cada vez mais.

E aí se criou, Sr. Presidente, uma energia diferente: a Oposição imediatamente mudou de tática. Disse: "Não, nós vamos ter que votar com urgência". Está aí o relatório. Nós estamos lá. Vamos votar com urgência. Aí eu digo: não. Nós vamos pedir vista para ter mais uma semana, ou duas. Sabem para quê? Porque é necessário, sim, nós aprofundarmos e termos alguns procedimentos para poder resolver, porque a Operação Rock IV está em curso. Ela está em curso. Uma semana a mais, duas semanas a mais não é problema, até porque resolveram rasgar a Constituição, dizendo que não, que o voto vai ter que ser agora aberto, escancarado, enquanto há entendimento – e a própria Constituição estabelece – sobre o rito e os procedimentos em questão de julgamento de autoridades.

Então, todos nós vamos nos manifestar. Eu não vou continuar o meu pronunciamento, mas quero agradecer à Bancada Federal do meu Estado, representado pelo Deputado Evandro Milhomem, comunista de car-

teirinha do PC do B. Ainda ontem estivemos fazendo grandes ações em defesa do Estado do Amapá, juntamente com os colegas Congressistas e o Governador Waldez Góes.

Quero dizer à Nação que não se preocupe com esse negócio de que vai demorar mais uma semana ou duas o calvário do Senador Renan Calheiros. A Operação Rock deve continuar. E sabe qual é a posição mais justa? É acabar com essa fofoca política lá no seio da Comissão, é fazer a consulta ao Supremo, para o Supremo dizer assim: "Está escrito na Constituição, e a Constituição diz isso, isso e isso". Não vamos ficar ao sabor e aos caprichos de alguns algozes que insistem em cassar o Presidente Renan Calheiros.

Certa vez, o Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro foi cassado. Clamor social. A mídia pautou. E foi assim de uma violência que somente os grandes sobrevivem e suportam, mas as marcas são profundas. O Presidente Ibsen foi cassado. E sabe o que aconteceu, Sr. Presidente? Depois de quase doze anos, o Presidente Ibsen volta àquela Casa, eleito, mas já de cabelos grisalhos e com a alma que não deixou de levar as marcas de uma injustiça. E ainda bem que um grande jornalista teve a consciência e o dever moral exposto em uma capa de uma revista de circulação nacional.

Que belo gesto! Que belo gesto! Transformaram R\$1 mil em US\$1 milhão. É o que estão fazendo agora com o Presidente Renan. Eles andam de helicóptero pegando boi, correndo atrás de boi, e não existe nenhuma prova que subsista. Toda prova é falsa, se partir do Presidente Renan.

Agora, dei uma entrevista à CBN. Estava do outro lado o Senador Agripino dando uma entrevista, na CBN, em âmbito nacional. E eu entrei na linha. E o repórter foi, com aquele jeito todo e tal, perguntando-me, e me colocou na parede. Eu disse: "Olha, assim não dá. Assim é o que vocês estão fazendo com o Presidente Renan. Noventa e cinco por cento de todas as denúncias são mentirosas".

E são. Está aí. Vamos lá ver. Se todos os Senadores tivessem a possibilidade de ver tudo, aí diriam: "É verdade". Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque participei de um processo não parecido, mas idêntico. Eu mostrava o processo, e ninguém olhava. Estava decidido e condenado. E, lamentavelmente, no mundo político, quem não tem rabo se coloca. Quando o julgamento é político, não há provas que subsistam.

Portanto, agradeço a V. Ex^a e deixo meus agradecimentos à Bancada federal pelo grande empenho que tem feito em defesa do nosso Estado, nosso querido Amapá.

Agora, vou lá para a Comissão de Ética pedir vista por mais trinta dias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, apenas para alertar o Senador Gilvam Borges que, regimentalmente, só se pode pedir vista por cinco dias.

O SR. GILVAM BORGES(PMDB – AP) – Eu sempre peço trinta, mas, se tiver dez, cinco, fico satisfeito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dez. De qualquer maneira, é um direito de pedir, mas, pelo direito, são cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR/ES) – Senador Alvaro dias, comunico que hoje, pela manhã, tive oportunidade de estar na Associação dos Magistrados do Brasil, com Dr. Colaço, e na Conamp, com o seu Presidente, para tratarmos, Senador Mário Couto, da questão da adoção no Brasil.

Há o engajamento da Associação dos Magistrados e do Ministério Público Federal conosco para libertarmos as crianças dos abrigos e dar-lhes pai, mãe e família. Sem dúvida alguma, acho que é uma das lutas mais bonitas neste País.

Acompanharam-me o Dr. Núbia, do Ministério Público de Minas Gerais, as mulheres empreendedoras de Minas Gerais, de Divinópolis, apresentadas pelo Presidente.

Este Juiz, Dr. Núbia – gostaria de ressaltar – tem feito em Minas Gerais um trabalho a ser copiado por todos os magistrados do Brasil na luta pela libertação das crianças dos abrigos e dos orfanatos e no enfrentamento aos malfeiteiros, que prendem crianças em abrigos para poderem sobreviver das cestas básicas e das esmolas que põem as crianças para pedir. Fica esse exemplo para o País.

Tenho certeza de que este é um assunto sobre o qual esta Casa toda fará coro conosco na hora de aprovar essa medida que muda o Estatuto da Criança e do Adolescente para darmos prioridade aos brasileiros para adotarem as crianças do Brasil.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Alvaro Dias. V. Ex^a tem o tempo de que precisar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Magno Malta, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje falo daquele setor que não tem tido a valorização merecida por parte das autoridades governamentais, contribui de forma extraordinária, especialmente nestes últimos tempos, com a balança comercial. Falo da agricultura. Digo sempre que sou de um Estado eminentemente agrícola, que Governo que não sabe valorizar a agricultura não é digno de ser Governo num País como o

nosso, que depende essencialmente da agricultura, que movimenta o comércio e alavanca a produção industrial.

Num Estado como o Paraná, por exemplo, sem agricultura forte, as cidades desaparecem. Nós podemos vivenciar as alterações de força no comércio de cada cidade do interior do Estado em razão das mudanças que ocorrem na agricultura; quando há uma intempérie, quando a safra se frustra, quando os preços não são suficientes, há crise na cidade. A crise nasce no campo e bate às portas dos supermercados, das farmácias, dos hospitais, das lojas comerciais, na área urbana de cada Município.

É por essa razão é que, mais uma vez, venho a esta tribuna, atendendo a um apelo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que encaminhou um estudo primoroso sobre a queda de renda e o endividamento rural. O mencionado estudo, além de abordar com profundidade inúmeras vertentes do agronegócio, nos oferece dados importantes para o exame dessa questão.

De 2004 a 2006, os produtores de soja, milho e trigo do Paraná sofreram prejuízo da ordem de R\$9,78 bilhões, em consequência de três secas consecutivas e pela vertiginosa valorização do real frente ao dólar. Conforme destaca o estudo da Faep, a valorização do real foi a maior responsável pela queda de renda, em razão de os produtores plantarem com um dólar mais valorizado do que quando comercializaram suas safras.

Nesse contexto, os produtores que plantaram com recursos próprios perderam seus investimentos e muitos deles foram compelidos a vender bens para fazer frente aos prejuízos. Os demais produtores contabilizaram seus prejuízos no endividamento com os bancos e fornecedores. A contabilidade demonstra os prejuízos quando examinamos os quadros dos preços das principais *commodities*.

Embora contribua aproximadamente com 37% dos empregos gerados no País – 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo – e ainda representar 36% das exportações brasileiras, gerando, desde 2000, os *superávits* da balança comercial, representando 28% do Produto Interno Bruto –, o agronegócio brasileiro passa por mais um momento delicado.

Desde 2004, o produtor paranaense, por exemplo, acumula prejuízos das safras anteriores, com perdas de renda e elevado nível de endividamento, impossível de ser pago num horizonte temporal de curto prazo.

Em que pesem as notícias e as manchetes que anunciam a safra recorde de grãos – as estimativas apontam que a produção paranaense de soja deve alcançar mais de 11 milhões de toneladas e a de milho,

14 milhões de toneladas, as perdas do milho safrinha, após três geadas ocorridas de maio a junho, podem superar o patamar de 15%.

Vale ressaltar que os prejuízos dos produtores do Paraná nas últimas cinco safras (três safras de verão e duas de inverno) representam a somatória de problemas climáticos e a redução de preços resultantes da atual política econômica: juros exorbitantes, câmbio e crédito limitado. O prejuízo é da ordem de R\$9,78 bilhões, computando apenas as três principais culturas do Estado – soja, milho e trigo – valor equivalente ao Valor Bruto da Produção previsto para as referidas culturas no ano de 2007.

Sr. Presidente, o Estado do Paraná é a unidade federativa que tem apresentado regularmente o menor índice de inadimplência nos bancos. Louvo os produtores paranaenses por esse esforço. Menor índice de inadimplência nos bancos em todo o País.

Portanto, Sr's e Srs. Senadores, conforme nos elucida o estudo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a realidade é diversa.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Os números comprovam que as manchetes nem sempre refletem a realidade. Os anúncios apoteóticos de safras recordes são baseados apenas na produção e na produtividade média na colheita de 2007. A perda de faturamento no período 2004-2006 foi de 42%, caindo de R\$11,03 bilhões para R\$6,38 bilhões, ou seja, menos R\$4,65 bilhões que deixaram de circular na economia regional e estadual. É bom destacar que o prejuízo do produtor paranaense no período representou mais de R\$6 bilhões em valores nominais de renda agrícola brasileira de R\$18 bilhões, ou seja, 33% das perdas de faturamento dos produtores brasileiros. Da perda total do Brasil, 33% ocorreram no Paraná.

O estudo da Faep é denso e exaustivo. O tempo é exíguo e não nos permite trazer à tribuna tantos outros aspectos relevantes da análise desse estudo que recebi, aliás, na cidade de Pato Branco, das mãos de um agricultor que compareceu à Prefeitura e procurou lideranças políticas para demonstrar a sua angústia. Ele apresentou esse relatório que trago resumidamente à tribuna do Senado Federal, na expectativa de, mais uma vez, estimular o Governo a tomar providências, especialmente agora com o Ministro Reinhold Stephanes, que é do Paraná e conhece, portanto, os problemas da agricultura paranaense.

Quero citar apenas algumas sugestões que poderiam ser acolhidas pelo Governo. O refinanciamento das dívidas agrícolas é sempre um item colocado na

pauta de reivindicações, além da revisão das taxas de juros do crédito rural de investimento, custeio e comercialização a cada plano de safra.

Por fim, destaco a necessidade de editar resolução prorrogando para o final do contrato as parcelas de investimento vencidas e vincendas em 2007.

Sr. Presidente, como eu disse, o relatório da Faep é amplo, mas eu creio que a lembrança é necessária para que o Governo não se esqueça desse setor – e o Presidente Lula tem apoiado a agricultura familiar, temos que fazer justiça.

O Pronaf foi idealizado pelo Presidente anterior, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, no Governo de Fernando Henrique Cardoso surgiu o Pronaf e, hoje, depois desse tempo todo, este é um Programa que alcança de forma ampla a agricultura familiar brasileira, com benefícios, sem dúvida nenhuma, importíssimos, os quais reconhecemos. Mas é preciso olhar a agricultura como um todo. É preciso olhar os problemas vividos. A agricultura brasileira, gosto sempre de frisar isso, é competente na produção, mas, no momento de comercializar o produto no plano internacional, nós nos defrontamos com uma desigualdade que nos faz sucumbir diante dos nossos concorrentes. É a política protecionista das barreiras alfandegárias e não alfandegárias. O Governo brasileiro não tem demonstrado liderança internacional suficiente para romper essas barreiras e, com isso, o nosso produtor vai vivendo esse calvário de forma interminável.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu já estava concluindo, mas concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, V. Ex^a já terá a palavra. Comunicação inadiável não comporta aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sei que regimentalmente não cabe aparte, mas V. Ex^a é um homem de Deus, da Dona Dada e tem a sensibilidade política, tem o espírito da lei. Tem *L'Esprit des Lois*, de Montesquieu. Eu estava apelando para isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito e já vai subir à tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas eu queria falar neste debate, que é importante, principalmente para V. Ex^a, que está ligado ao Governo. Nós tivemos a felicidade, e o Brasil também, de ouvir um homem arejado, que acabou de vir dos Estados Unidos, onde estava fazendo aqueles cursos que só o Fernando Henrique fez, e falando sobre a economia da agropecuária. Eu queria entrar neste debate qualificado, se V. Ex^a permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a já entrou. Continue.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aproveitando a sua viagem aos Estados Unidos, onde fez aquele curso do Fernando Henrique Cardoso, onde passou 4 meses, é muito grave o que V. Ex^a está falando. Mas a recessão de Franklin Delano Roosevelt, depois da guerra...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, é só para retificar. O Senador Alvaro Dias fez uma cirurgia no joelho, exatamente com o médico que eu vou fazer na quarta-feira. Então, ele estava era em cima da cama mesmo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas ele não perdeu tempo, não. Isso é de gente importante, esse negócio de cirurgia no joelho. E ele veio com a cabeça mais arejada, devido aos conhecimentos que ganhou em Harvard. Mas é o seguinte: fico muito preocupado, porque em recessões como essa em que estamos agora, Franklin Delano Roosevelt fez o programa New Deal, e voltou-se para o campo. Por isso, os Estados Unidos são poderosos. Fizeram uma análise do PIB no mundo e hoje os Estados Unidos ainda têm 25% de todas as riquezas do mundo. Mas por quê? Porque Franklin Delano Roosevelt tinha um pensamento: as cidades poderão acabar, mas ressurgirão do campo. Se o campo não for apoiado, se não for estimulado, as cidades morrerão de fome. E aí ele disse: bote um bico de luz em uma fazenda, cada panela terá uma galinha e vamos aumentar a produção rural. E está aí: são 600 milhões de toneladas, e os Estados Unidos são fortes por isso. E V. Ex^a, que é do Paraná, está dizendo que lá estão no negativo. Avalie o Piauí e Alagoas! Imagine como é que está lá a pecuária e a agricultura! V. Ex^a atentai bem para a gravidade.

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ô Magno Malta, V. Ex^a, que é do Partido do Vice-Presidente da República, é um homem arejado, um homem que sabe riquezas, esta denúncia é desse homem que representa o Estado do Paraná, que, na História do Brasil, sempre foi poderoso e preclaro. E ele está dizendo que lá os fazendeiros estão deficitários, estão no negativo; imagine o nosso Norte-Nordeste. Essas são as nossas preocupações para o Presidente Luiz Inácio ver que esse negócio de mentira, mentira... Mas V. Ex^a trouxe a realidade, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a que, com a contundência de sempre e buscando a inspiração americana, vale mais do que meu discurso. Quero dizer a V. Ex^a que essa é a realidade. Esse estudo

é apresentado por especialistas que representam a Federação da Agricultura do Paraná, homens que militam na área. E esse é o prejuízo real da agricultura do Estado nesse período referido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me por me prolongar na tribuna, excedendo o tempo a que tenho direito regimentalmente, mas a gentileza de V. Ex^a contribuiu para que eu pudesse trazer este grito do campo do Paraná para todo o Brasil e, quem sabe, especialmente para o Palácio do Planalto, onde está o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a o pronunciamento que é da mais alta importância.

Trata-se de um tema que V. Ex^a conhece, já que governou o Paraná e é um homem que não apenas discute e participa do tema, mas foi ordenador de despesas desse Estado tão rico.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

Quero abraçar o meu amigo Marcos Coelho, Presidente da Câmara de Cachoeiro do Itapemirim, figura tão importante na Câmara onde comecei minha vida parlamentar. Nossa amigo Marcos é do querido Distrito de Conduru. Quero abraçar o meu amigo Amaral e o querido Wilson Dillen, que assistem à TV Senado lá no meu querido Cachoeiro do Itapemirim.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que hoje terei um pouco mais de tempo. Além da paciência de V. Ex^a, obviamente hoje está um dia calmo. A maioria dos Senadores está na Comissão de Ética, na importante decisão para este Senado. Hoje é um dia de expectativas na Casa e a maioria dos Senadores encontra-se lá. Espero que não tenhamos a rigidez do Regimento Interno em um dia como o de hoje, principalmente com V. Ex^a na Presidência, que sempre foi benevolente com todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Estando na Presidência, posso dizer-lhe que o Regimento Interno não deveria tratar de tempo quando um orador vem à tribuna. Até porque são apenas três Senadores para cada Estado – para que a Nação saiba disso – e o assunto trazido à tribuna por qualquer Senador tem tanto significado que é preciso deixá-lo concluir conforme o que preconizou no seu coração e na sua mente para oferecer à Nação e ao Estado.

Portanto, fique à vontade. Não será a Mesa que vai interrompê-lo. Sei que V. Ex^a será interrompido pelo Senador Mão Santa, em algum momento do seu discurso, que deverá apartá-lo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Somos parceiros nas nossas ideologias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PR – ES) – Em seguida, o Senador Mão Santa virá à tribuna, porque está inscrito e, posteriormente, o nosso querido Senador João Tenório.

Senador Mário Couto, V. Ex^a dispõe de todo tempo para proferir seu discurso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srs. Senadores, ontem, este Senado deu uma demonstração de que tem a maior preocupação com os Prefeitos deste País – são 5.602.

Depois de muita pressão, pressão em cima de pressão, o Presidente da República cedeu. Aliás, Senador Mão Santa, esse costume de pressão não é de hoje. Este País já se acostumou a dizer que o Presidente só resolve se houver pressão.

Infelizmente, neste País, hoje, é assim. Aliás, não é de hoje, mas de algum tempo. Houve pressão desta Casa por várias vezes de vários Senadores. Fiz pelo menos uns três pronunciamentos em relação à gravidade dos fatos. O povo que mais sofre neste País é o interiorano, que vive lá no interior do interior.

E o Governo diz que eles têm energia elétrica, água potável e transporte, mas eles não têm! Essa é a grande realidade.

Até que enfim, deram um aumento bem pequeninho aos Prefeitos. Eu estava até calculando errado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu pensei inicialmente – depois que vi, refleti o certo – que o Presidente Lula teria dado um grande aumento no FPM às Prefeituras municipais. Eu pensei; “Agora, os Prefeitos vão ter condição de pagar o funcionalismo. Pelo menos isto: pagar o funcionalismo!” Porém, depois, eu fui ver que não era assim: um não conta com um, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Santa Cruz do Arari, no Marajó, tem 1% de FPM e, agora, soma mais 1%? Não, não é assim! São 5.602, Senador Mão Santa, divididos por 1% do bolo. Sobra quase nada! Sobra quase nada! Mesmo assim, para quem não tem nada, 0,00001 já satisfaz.

Os Prefeitos estão agradecidos, principalmente a este Senado Federal, que fez pressão em cima de pressão, até o último instante. Agradeço aqui o entendimento que tivemos com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, – a quem não me canso de elogiar e que atendeu à nossa ponderação, principalmente do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Mário Couto, para que tivéssemos condições de votar esse aumento de imposto ontem. E votássemos em primeiro e segundo turno, redação final, apenas para que o Presidente pudesse sancionar e os Prefeitos terem um aumento na sua participação, o mais rápido possível.

Mas este não é o assunto principal do meu pronunciamento hoje, Senador Tenório. O assunto principal é uma manchete de primeira página da **Folha de S.Paulo**, de segunda-feira passada. Gostaria de mostrar àquelas pessoas que me assistem pela TV Senado, para que eu pudesse, então, começar a linha do meu pronunciamento, do meu raciocínio, na tarde de hoje.

Diz a **Folha de S.Paulo**: "Governo [logicamente o Federal] multiplica por oito a criação de cargos."

Olhe, Senador, como isso é grave. Muito grave! Vi, ainda há pouco, dizerem que a miséria neste País estava sendo superada. Aplausos! Muito bem, Senadores! Quem é que não quer que a miséria neste País seja superada? Quem é? Só um louco não deseja isso. Quem é que pode vir a esta tribuna criticar o Bolsa-Família? Podem vir até criticar pelo valor que se dá, que é pouco; mas é um bom programa. Sim, copiado do Governo Fernando Henrique Cardoso, copiado do Chile, do México, mas é um bom programa.

Quem é que tem a coragem – isso é que eu quero saber, Mão Santa – de me questionar com esse tema que vou colocar hoje aqui? Quem?

O Governo Federal, o Luiz Inácio Lula da Silva, contratou no seu Governo 22.345 mil cargos comissionados. Sabe o que é isso, população brasileira deste querido País? São pessoas que entram pela janela, sem concurso público, Senador Tenório. Sabe quanto é o rendimento disso, no Governo petista? Acabaram com o mensalão. Isso é pior. O Ministério Público tem de tomar conhecimento deste assunto imediatamente, Senadores. Esta Casa tem a obrigação, Sr. Presidente, de comunicar ao Ministério Público essa questão imediatamente: O servidor entra pela janela, recebe até R\$ 10 mil, dito aqui pelo Senador Mão Santa, há alguns meses atrás. Fui fundo nesse questionamento, após a fala de S. Ex^a e fui ver que ele tinha plena razão. O servidor entra pela janela do Governo petista e, depois, é obrigado a pagar um dízimo. É pura verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou lhe conceder.

É a pura verdade, ele paga um dízimo.

Sabe qual foi a evolução dessa entrada, pelas janelas, de servidores comissionados? No primeiro ano do Governo, 23%; agora, em 2007 – olhem como é grave –, aumentou 179%. Só em 2007, de janeiro a julho.

Calcule se essa evolução permanecer assim, nesse nível de crescimento, meu nobre Senador, que me escuta com muita atenção. Calcule! Sabe quanto já existe no cofre do PT? Não sou eu que estou dizendo, é a **Folha de S.Paulo**. Sabe quanto tem já, Mão Santa?

Pasmem, Sr^{as}s e Srs. Senadores: R\$228 milhões, oriundos dessa fonte de arrecadação, dessa excrescência, dessa vergonha!

Ninguém quer miséria neste País, não. Não desejamos a miséria, neste País, até por questões partidárias. Louco é aquele que a deseja, mas queremos saúde. Não queremos violência, mais, neste País. Queremos estradas, queremos infra-estrutura neste País! E isto aqui não deixa, isto aqui não deixa. É uma vergonha.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, vou contestá-lo. V. Ex^a cometeu um equívoco: disse que eles entraram pela janela. Que o quê! Ô, Mozarildo, para entrar pela janela é preciso fazer esforço, é alta. Eles entraram, como diz a Bíblia, pela porta larga da vadiagem, da corrupção, da malandragem, da indignidade e não pela porta estreita da moral, da vergonha, do concurso público. Janela o quê! Esses aloprados não fazem esforço. Roubar não dá trabalho, qualquer um sabe. Aliás, eles sabem mais do que nós. São 40 aloprados, além do Ali Babá. Nós, médicos, Mozarildo, vamos buscar a etiologia, a causa. Onde está a etiologia, a causa dos 40 aloprados que estão no STF? Eu já denunciei isso. São aproximadamente 24 mil. V. Ex^a sabe quanto ganham os mais aloprados, os que estão mais próximos de Luiz Inácio? Ganham R\$10.448,00. Atentai bem! Um quadro vale por dez mil palavras. Ô, Mozarildo, V. Ex^a que é médico, sou médico há mais de 40 anos, vou completar 41, aposentado, concursado, médico-cirurgião de Santa Casa: bala, facada, cesariana. Quarenta anos! Aqui, estamos no bem-bom. Deus e o povo foram bons. Isto aqui é uma maravilha, digo que é até o céu. Mas, se eu não fosse Senador? Sabe de quanto é a minha aposentadoria, Luiz Inácio? Eu nem olho, Mozarildo. Quem recebe é a Adalgisinha, sabe por quê? Porque me dará úlcera se eu for receber o contracheque, que é de R\$2 mil e pouco. Aí, entram esses aloprados vigaristas! São 24 mil, para dar dinheiro, ainda, para o PT! Os maiores deles ganham R\$10.448,00. Meus generais, meus brigadeiros, meus almirantes! Mercadante, olha o contracheque do seu pai. V. Ex^a é gente boa, porque foi educado por seu pai, que é um grande general. Nem um deles ganha isso, Tenório! Fizeram um bacanal, ontem, em que um palhaço ameaçou os nossos marechais, generais e almirantes. Foi uma humilhação o que fizeram, ontem, no Palácio. Ainda estão humilhando os que carregaram a Bandeira – Ordem e Progresso, essa civilização –, que fizeram a Marinha de Almirante Barroso, o qual disse que o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever, de Eduardo Gomes, que disse

que a democracia necessita de eterna vigilância – e é por isso que estamos aqui –, que fizeram a Embraer e o ITA. Esses oficiais da Aeronáutica estudaram Engenharia e o Exército teve os Batalhões de Engenharia. No Piauí, havia dois, mas está tudo sucateado. Eles construíram as melhores pontes e estradas desse Brasil, mas nenhum deles ganha isso e, ainda, vão humilhar as Forças Armadas, falando não sei o quê de uma guerra que houve no passado.

Mas vergonha é esta: R\$10.448,00. V. Ex^a falou do bolsa-família. Qual é o seu valor, agora que aumentou?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É de R\$95,00.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É, mas esses aí é que são os aloprados privilegiados. O contracheque é de R\$10.448,00. E não foi pela janela, não. Esses aloprados entraram pela porta do pecado, da indignidade, da corrupção, nesse inferno do Brasil, que é o PT.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Mário Couto, não tenho a veemência, infelizmente, de oradores como V. Ex^a e o Senador Mão Santa, mas eu gostaria de registrar, à minha maneira, a competência e a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Se observarmos o que acontece no Brasil, hoje, veremos que é uma coisa absolutamente paradoxal. Ao mesmo em que o Governo acredita que tem condições financeiras e econômicas...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Exatamente isso.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – ... para proporcionar o crescimento de uma despesa como essa, em particular, que V. Ex^a aqui denuncia, ele chega junto ao Senado, ao Congresso Nacional, à imprensa e à opinião pública e diz que precisa desesperadamente manter a CPMF, para não descobrir as suas contas públicas.

Então, parece-me que essa incoerência do Governo atual cria exatamente isso que V. Ex^a está dizendo, ou seja, a impossibilidade de se gastar o dinheiro público da maneira como deveria ser gasto, em investimento e recuperação da infra-estrutura brasileira, que está absolutamente destruída. Tivemos a oportunidade de identificar e observar a ponta do *iceberg*, que foi essa crise do chamado apagão aéreo, mas isso está absolutamente espalhado por todas as atividades de infra-estrutura brasileira. Não temos mais estradas, os

portos brasileiros estão absolutamente congestionados, enfim, gasta-se dinheiro da maneira como aconteceu durante esse tempo que V. Ex^a denuncia e não se tem dinheiro para investimentos de que o País tanto necessita, a fim de se manter o mínimo crescimento econômico. Ao mesmo tempo, nesta Casa, ouvimos muitos pronunciamentos daqueles que defendem as atitudes incoerentes do Governo Federal, como a manutenção e a criação de novos impostos, como tem sido o procedimento do Governo nesses últimos tempos. Então, sem a veemência que V. Ex^a tanto bem administra ao falar – o Senador Mão Santa tem essa capacidade incrível de dizer as coisas de uma maneira que todos entendem muito bem –, eu gostaria de registrar, ao meu modo, a incompreensão dessa atitude que V. Ex^a tão bem denuncia aqui.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Foi brilhante o aparte de V. Ex^a. Quero dizer a V. Ex^a o quanto o admiro por sua capacidade e por sua inteligência singular e que é uma honra poder inserir em meu pronunciamento as suas considerações.

Sr^ss e Srs. Senadores, V. Ex^as sabem quem paga essa gastança toda?

Sr. Presidente, não vou abusar da sua tolerância, vou terminar.

Sabem V. Ex^as quem paga isso aqui? Quem paga essa gastança toda, essa excrescência, essa vergonha? Sabem quanto aumentou, no segundo mandato do Governo Lula, essa vergonha? Aumentou 545%.

Senador Mão Santa, vou corrigi-lo. Não estão entrando pessoas só pela janela, não. É verdade, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão. Estão entrando pelas janelas, pelas portas das cozinhas, pelas portas da frente... São 22 mil comissionados, que eles chamam de DAS. E olhem quanto criticaram os servidores temporários! O Ministério Público em cima, por que não fizeram concurso – entraram há 10 ou 15 anos –, ou eles saem ou então teriam de elaborar uma lei para regularizá-los.

E esses aqui, os afilhados do Lula, ficam?

Que me responda o Ministério Público Federal, Sr. Presidente!

Temos de acionar o Ministério Público Federal, Sr. Presidente!

A população brasileira fica envergonhada com isso, Sr. Presidente!

E lá no meu Pará – paraenses, queridos paraenses! –, a Governadora Ana Júlia segue o mesmo ritmo do patrão. O patrão faz aqui, ela faz lá. São quatro servidores comissionados por dia que entram no Governo do Pará! Em cinco meses, sabem quantos já entraram? Setecentos servidores comissionados. E onde está o Ministério Público Federal?

Não pode mais acontecer isso neste País! Não pode.

Aí é fácil ganhar eleição! Aí não se perde nunca!

Estão condenando os mensaleiros. Aplausos ao Supremo, principalmente. Mas quero aplaudir o Ministério Público; que possa, realmente, acabar com essa vergonha de cargos comissionados dentro do Governo, para ajudar o Partido dos Trabalhadores nas eleições que se aproximam.

Acabou o Valdomiro! Não tem mais essa fonte. O chefe da quadrilha está ameaçado: o José Dirceu. Agora o Governo empurra pelas portas e pelas janelas, como disse V. Ex^a, Senador Mão Santa. É um outro método. Ô Governo sabido! Ô Governozinho sabido?

A classe média, como está a classe média deste País? Recebi um e-mail de uma senhora, anteontem, dizendo como vive a classe média e quantos impostos paga. A CPMF, quem a paga? A classe média é que financia esse absurdo! É a classe média que está pagando esses servidores que o Governo admite para dar dízimo ao PT. É a classe média que os estão pagando! Ninguém pode aceitar isso! Temos de tomar providências, Sr. Presidente! Deixo registrada a minha indignação nesta tarde.

Prometo-lhe, Sr. Presidente, que não vou parar por aqui! Vou ao Ministério Público Federal questionar esse assunto. Espero que o Senado possa me ajudar nisso.

Não vou mais abusar da sua paciência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório, por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, combinado com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, intercalando com os oradores normalmente inscritos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a compreensão dos Senadores Marconi Perillo e Mão Santa pela permuta. Serei rápido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar – estava ausente no momento do ocorrido – minha satisfação, como alagoano, como Senador pelo Estado de Alagoas, em ter como companheiro o Senador Euclides Mello como um dos nossos Pares. Tenho a absoluta certeza

de que contaremos com o apoio importante de S. Ex^a na defesa das coisas da nossa Alagoas, que tanto tem precisado e precisa do apoio desta Casa e dos Governos, no sentido de se recuperar da crise monumental enfrentada pelo Governador Teotônio Vilela, que tenta administrá-la da melhor maneira possível.

O Senador Euclides Mello terá, nesta Casa, a missão importante e ao mesmo tempo difícil, ao substituir o Senador Fernando Collor, que é um homem de grande experiência e vivência pública, que tem grande e intensa história neste País. Portanto, mesmo sendo uma missão difícil para o nosso Euclides Mello, tenho a certeza de que, pela sua competência, pela sua inteligência, pelo seu bom senso, S. Ex^a se sairá com muita propriedade.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que eu gostaria de, aqui, fazer um registro sobre um equívoco cometido pelo **Jornal do Senado** na edição de hoje.

Ontem, em reunião da Subcomissão de Biocombustível, na qual analisamos a tentativa de o Governo Federal retomar, de maneira intensa e inexplicável, o controle excessivo e exagerado do setor de produção de etanol no Brasil. Dissemos, naquele momento, não só eu, que a presido, como também todos os Senadores presentes, inclusive todos os técnicos que ali se encontravam, a mais absoluta discordância de que isso pudesse acontecer. Afinal de contas, isso significava, mais ou menos, o retorno à época em que era modelo o Instituto do Açúcar e do Álcool, órgão que foi extinto, com propriedade, pelo Presidente Collor, em 1990.

Para que V. Ex^as tenham uma idéia da melhora e da eficiência por que o setor passou depois da eliminação da presença excessiva e maciça do Governo, em 1990, o Brasil exportava algo entre 0 e 1 milhão de toneladas de açúcar, e agora, nesta safra, nossa exportação chegou a casa das 16 milhões de toneladas de açúcar. Naquele momento, tínhamos uma produção de álcool apenas incipiente. Hoje, o Brasil produz cerca de 20 bilhões de litros de álcool. Somente isto mostra, claramente, a vantagem da não-presença excessiva do Governo nas atividades econômicas, de modo geral, de modo mais amplo e, muito em particular, nessa atividade do agronegócio do açúcar e do álcool no Brasil.

Houve, então, esse equívoco, cometido não apenas por mim, mas por todos os Senadores e técnicos que ali se pronunciaram e estavam presentes. Portanto, houve uma pequena confusão. Ao mesmo tempo em que reconhecímos a conveniência e a necessidade de o Estado estar presente na regulamentação dos interesses do setor, tendo em vista o crescimento do setor, que se tornou extremamente importante, porque, até então, apenas produzia alimentos, mas agora, é um significativo produtor de energia para o País e o mundo.

Por tudo isso, a presença do Estado é importantíssima como agente regulamentador, agente que estabeleça os parâmetros de funcionamento, comercialização e ação do setor no Brasil, como o zoneamento de produção, sem dizer que a cana-de-açúcar atinge regiões que têm um foco ecológico importante, como é o caso da profunda amazônia, do bioma amazônico, além de outras regiões que merecem ser preservadas. Isto é ação do Estado. Sem sombra de dúvida que é ação do Estado.

Com relação à questão do zoneamento, à questão da distribuição de oportunidade de produção de açúcar como um todo, e não apenas numa concentração, como está acontecendo hoje, praticamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, no centro-sul e meio-oeste brasileiro, seria interessante que fosse distribuída de maneira mais econômica e socialmente salutar, envolvendo outras regiões do Brasil, como é o caso do Nordeste. O crescimento têm-se concentrando totalmente na região centro-sul.

Para tanto, torna-se claramente necessário a presença do Governo, como agente que modere essa atuação do setor, dentro dessa atividade no Brasil.

Houve esse equívoco, repito. Portanto, tanto eu como os Senadores ali presentes...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ...a audiência pública que se realizava naquele momento. Todos eles, por unanimidade, chegaram à conclusão de que a presença excessiva do Governo na atividade é algo que não deve retornar, à semelhança do que aconteceu na época do Instituto do Açúcar e do Álcool. Houve esse equívoco, o **Jornal do Senado** publicou matéria absolutamente inversa a essa. Tivemos a oportunidade de, junto aos membros que compõem a mídia escrita do Senado, corrigir essa distorção, mas gostaria de trazer ao plenário esta posição nossa, que é bem diversa daquela que foi colocada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo. Posteriormente, ao Senador Mão Santa.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Mário Couto, Srs e Srs. Senadores, Norberto Bobbio, em seu maravilhoso *Dicionário de Política*, salienta que à Oposição é

constitucionalmente reconhecida a função da limitação e do controle crítico do poder da maioria, controle e limitação que se exercem, no plano formal, mediante o exame da legitimidade da atividade legislativa desenvolvida pela maioria, e, no plano essencial, mediante a defesa dos direitos das minorias dissidentes e da alternativa política do poder.

Hoje, ao ocuparmos esta tribuna, queremos exercer essa prerrogativa constitucional, queremos falar de alternativas de gestão pública e oferecer como exemplo a experiência recente no Governo de Goiás, esse Estado com um povo disposto e empreendedor, que registra recorde na geração de empregos e em desenvolvimento. Nossa Estado é símbolo de como políticas públicas podem dar certo quando planejadas a partir de objetivos definidos e voltadas para as prioridades da população e do setor empresarial, dos trabalhadores, por meio do cumprimento de metas estratégicas, que são rigorosamente cumpridas.

Em Goiás, experimentamos dois planos plurianuais e já estamos indo para o terceiro,. E, a partir da adoção do primeiro plano plurianual, começamos a trabalhar o Orçamento anualmente, como desdobramento do plano plurianual, o chamado Orçamento Democrático. À medida que definimos metas específicas, objetivos claros e, sobretudo, buscamos resultados concretos em relação às nossas ações a partir de um rigoroso planejamento estratégico, não tivemos dúvida de que colheríamos, no médio e no longo prazo, os melhores frutos em função dessa visão ousada, mas planejada, de gestão pública.

Goiás, Sr. Presidente, expande-se em múltiplas regiões: em Goiânia, capital, em Anápolis, em Aparecida, no interior como um todo. Goiás diversifica-se em múltiplas áreas: no agronegócio, na agroindústria, no setor mineroquímico, no setor farmaquímico, na indústria automobilística, na indústria têxtil, dentre tantas outras.

A conquista que comemoramos hoje e queremos compartilhar com o Brasil é o extraordinário desempenho da economia goiana, pois, ao longo dos últimos anos, temos apresentado taxa de crescimento do PIB pelo menos duas vezes maior do que a do PIB nacional.

A conquista que comemoramos hoje é a geração recorde de empregos no primeiro semestre deste ano em Goiás. Somente o crescimento do número de novos empreendimentos habitacionais representou mais de 30% das vagas geradas nos seis primeiros meses do ano, para falar apenas da capital do Estado. O setor de serviços, por sua vez, gerou 28% das vagas no primeiro semestre.

Depois de Goiânia, aparecem, nas primeiras posições, as cidades de Anicuns, Goianésia, Itapaci e Maurilândia, principalmente por causa do incremento das contratações nas usinas de álcool e açúcar localizadas nesses municípios, mas também em muitos outros municípios.

A criação de empregos formais no primeiro semestre do ano em Goiás foi a maior da história, com saldo positivo de 48.586 novos postos de trabalho aberto, segundo o Cagede, o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Tivemos, portanto, um incremento de 74% em relação ao mesmo período do ano passado. É isto mesmo: crescemos 74% na geração de empregos e, ao que tudo indica, seguiremos nessa empreitada vanguardista, símbolo de planejamento e estratégias de Governo, que iniciamos em 1999 e que tem seqüência hoje no Governo Alcides Rodrigues, meu Vice-Governador durante os dois mandatos.

O mais interessante nessa marcha de progresso contínuo é a diversidade, porque cresceram não só os grandes empreendimentos, mas também os pequenos e médios empreendedores. Cresceram as oportunidades, Sr. Presidente, tanto para as construtoras do porte da Borges Landeiro, com nada menos que 648 unidades lançadas em 2007, quanto para os profissionais responsáveis por reformas e pequenas obras.

Da mesma forma, vimos municípios do interior darem um salto de extremo significado para o aprimoramento local das condições de vida e oportunidades, em razão da instalação de diversas indústrias nos vários ramos, nos últimos anos.

Para se ter uma idéia, durante o período em que estivemos à frente do Governo, conseguimos viabilizar aproximadamente 1.100 novos empreendimentos industriais de médio e grande porte. O mais importante é que esses empreendimentos se diluíram, se capitalizaram pelas mais diversas regiões do Estado.

Conseguimos levar empreendimentos industriais para quase 150 municípios goianos, de um total de 246. Onde havia disparidades regionais, do ponto de vista do crescimento, adotamos algumas políticas setoriais compensatórias, sobretudo tributárias, como é o caso da região do Entorno de Brasília, nordeste e norte do Estado. Apresentamos iniciativas ao Poder Legislativo, devidamente aprovadas, reduzindo as alíquotas do ICMS para aproximadamente zero às empresas que quisessem levar para essas regiões indústrias de álcool, açúcar, frigoríficas, de processamento de leite, dentre outras. Portanto, com essa visão da utilização do

ICMS e da desoneração tributária como base fomentadora para a competitividade das pequenas, médias e grandes empresas, conseguimos fazer com que em Goiás, com a estatística de agora, fossem gerados aproximadamente 460 mil empregos líquidos. Quando assumimos o Governo, há nove anos, tínhamos aproximadamente 500 mil empregos líquidos e, hoje, esse volume já chega a aproximadamente um milhão de empregados com carteira assinada.

Coroamos a eclosão de um círculo virtuoso, porque as usinas de cana-de-açúcar fazem movimentar uma cadeia de outros setores, que lhes fornecem equipamentos e insumos em geral.

Ao apoiarmos, Sr. Presidente, o setor sucroalcooleiro, há oito anos, havia 11 indústrias sucroalcooleiras implantadas, vamos chegar agora a 19, e até o ano de 2010, haverá mais de 40 indústrias implantadas. Em que pese todo esse foco nesse setor, estamos muito preocupados com o chamado zoneamento ecológico agrícola – conforme acabou de dizer o Senador João Tenório –, para que as outras culturas possam ter espaço, sobretudo para que os pequenos possam ter condições de produzir outras culturas, gerando, assim, também emprego e renda.

Mas nosso crescimento expande-se em múltiplas direções, porque, se, de um lado, fomos impulsionados pela agroindústria, de outro, fomos alavancados pela mineração, pelo setor têxtil, pelo setor mineroquímico, pelo setor automobilístico, pelo setor farmacêutico, dentre outros; se, de um lado, fomos empurrados, em termos de crescimento, pelo agronegócio, de outro, fomos impulsionados pelos outros setores industriais.

Um exemplo disso é que, na composição do nosso PIB, há nove anos, a indústria participava com apenas cerca de 15%. Agora, a indústria já participa com quase 40%, cabendo à agricultura, ao setor primário e aos serviços o restante da composição do nosso PIB.

Importante registrar ainda, Sr. Presidente, que, há oito ou nove anos, tínhamos um PIB de R\$17,5 bilhões – essa era a composição do PIB – para um PIB *per capita* de cerca de R\$3,5 mil. Deveremos chegar, ao final deste ano de 2007, com um PIB de aproximadamente R\$55 bilhões e com um PIB *per capita* de mais de R\$9 mil. Portanto, uma explosão de crescimento em função de políticas públicas planejadas ao longo desse período.

Mais importante ainda é o valor da transformação industrial, que era de cerca de R\$2 bilhões e que já está ultrapassando o valor de R\$10 bilhões em função de todo esse trabalho de captação industrial verificado nos últimos anos.

Enfim, Sr. Presidente, nosso querido Estado de Goiás cresce firme, forte e altaneiro, para o benefício de toda a sociedade, que está ávida por oportunidades de emprego, pela geração de empregos, por qualidade de vida, por qualificação profissional e, sobretudo, por felicidade. É o que procuramos, a partir do desenvolvimento de um trabalho sério, voltado para o atendimento das necessidades da população.

Colhemos os frutos do que plantamos há anos. Colhemos os frutos de três ações norteadoras da gestão pública: primeiro, a nova mentalidade de governo, voltada para o setor produtivo e simbolizada pela parceria do Governo com o fórum das entidades empresariais e com o fórum das entidades representativas dos trabalhadores; segundo, a criação do sistema de microcrédito, por intermédio do Banco do Povo, também algo a ser ressaltado.

Criamos o Banco do Povo, Sr. Presidente, por intermédio do qual já foram viabilizados quase 70 mil empreendimentos, com recursos do Governo do Estado. Mais de 100 mil empregos foram gerados a partir dessa iniciativa de fomento do Governo Estadual, atingindo-se praticamente os 246 municípios.

A terceira ação diz respeito a uma série de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional, para o estímulo e a qualificação do serviço público, para a valorização salarial, para a criação de programas como o Bolsa-Universitária, pioneiro no Brasil, ou seja, programas de distribuição de renda, de desenvolvimento econômico, que acabaram por dar suporte a esse crescimento vertiginoso, verificado nos últimos anos.

Em suma, arregaçamos as mangas, entrelaçamos as mãos com a sociedade, com o empresariado e com os trabalhadores, para plantarmos as sementes do empreendimento e da geração de emprego, bases do desenvolvimento e do progresso.

É essa experiência vigorosa, compartilhada com o Governador Alcides Rodrigues, que oferecemos como exemplo e alternativa de gestão pública para o Brasil, no nobre exercício do papel, aqui em Brasília, de Oposição, no meu caso.

Queremos, com humildade e perseverança, mostrar como poderíamos fazer o País crescer a ritmo bem mais elevado do que o do atual patamar, se oferecêssemos à Nação um verdadeiro choque de gestão pública.

Queremos, com a experiência vivida em Goiás, trazer contribuições e alternativas, para conduzirmos o Brasil a um tempo novo, a uma nova era de competitividade, produtividade e desenvolvimento para o progresso.

Isso pode e deve ser feito, Sr. Presidente, com uma política de crescimento planejada e eficiente e com uma gestão pública articulada nas várias instâncias do Governo e pautada por ações, para atrair e promover investimentos.

Isso pode e deve ser feito, com uma política industrial inteligente, desenvolvida de forma agressiva e profissional, com planejamento, metas e resultados absolutamente mensuráveis.

Essa é uma parte do exemplo de Goiás que gostaria de oferecer, neste plenário, aos nossos colegas e à Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Senador Marconi Perillo, parabenizo V. Ex^a pelo discurso! Tenha a certeza de que todo o País sabe da brilhante administração que V. Ex^a fez à frente do Governo de Goiás. Parabéns, Senador!

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. Sabemos que o tempo disponível seria de cinco minutos, mas, como o Plenário está muito tranquilo hoje, V. Ex^a poderá ultrapassar esse tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mário Couto, do Estado do Pará, que não vai permitir que esta sessão se encerre, cumprimento V. Ex^a, as Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores presentes na Casa, as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já governou seu Estado. Vimos aqui a experiência e o crescimento de Goiás, apresentado pelo Senador que nos antecedeu.

Senador Mário Couto, nós aprendemos. Sei que Luiz Inácio disse que não gosta de ler, nem de estudar. Disse que ler uma página de um livro dá canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira. Mas podemos aprender com os exemplos daqui mesmo, do Brasil. Ontem, esta Casa viveu e reviveu a experiência administrativa de Getúlio Vargas. Seria oportuno que Vossa Excelência, ó Presidente Luiz Inácio, lesse a reprodução do pronunciamento, por exemplo, de Pedro Simon, que analisou o exemplo de trabalho e de honestidade de Getúlio Vargas.

Mas aprendemos assim. Deus me deu um privilégio, Mário Couto: quando Deputado Estadual, em 1978, assumia o Governo do Estado do Piauí Lucídio Portella, irmão mais velho de Petrônio Portella. Petrônio Portella foi o melhor Presidente desta Casa e só não foi

Presidente da República por que Deus não quis. Tancredo Neves já tinha aceitado ser o Vice-Presidente. Ele seria, no colégio eleitoral, o primeiro Presidente civil, pelo PDS, e, apoiado pelo PP, de Tancredo Neves, ganharia o colégio eleitoral do MDB. Lucídio era o irmão mais velho de Petrônio. Quando eu era Deputado, muito novo, em 1978 e 1979, Senador Mozarildo, vi o discurso de Lucídio Portella, que foi Senador. Eu era médico-cirurgião e, de repente, estava envolvido na política. Senador Mozarildo, foi à primeira vez em que vi, num discurso de posse, uma palavra que quero levar ao Presidente Luiz Inácio, como contribuição. Ele costumava usar a palavra, ele a repetia: "austeridade". Aquela palavra não era do meu vocabulário de médico-cirurgião. Aqui, o nosso Senador, ex-Governador de Goiás, falou do crescimento, mas, se não houver austeridade, não adianta nada. Então, aquelas palavras de Lucídio Portella me inspiraram. Depois, fui Prefeito, fui Governador do Estado, e elas me guiaram. Luiz Inácio, sei que Vossa Excelência não gosta muito de abrir livro, nem o dicionário, mas austeridade é correção nos gastos, é seriedade, é honestidade, que é o que está faltando em nosso Brasil.

Aqui, ouvimos Mário Couto. Dinheiro, nunca houve tanto! O Senador Mário Couto trouxe aqui a *Folha de S.Paulo*, mostrando a gastança. É a Pátria uma casa de família maior. A Pátria é a família amplificada, ô Duque. Então, ô Luiz Inácio, seja a sua família! A Pátria é a família amplificada. Então, quando se administra uma casa, tem se de ter economia, tem se de ter austeridade.

Como errou hoje este Brasil! Flexa Ribeiro, hoje, estivemos na Comissão de Relações Exteriores. Atentai bem, Duque! Senti a falta de V. Ex^a lá.

Na Colômbia, há quase 50 milhões de habitantes; é o segundo país em população. Votamos também um embaixador para a Áustria, que tem também como regime a democracia parlamentarista, e para o Catar, que faz parte dos Emirados Árabes, que é um país pequenininho, que tem petróleo, cujo regime é a monarquia. A Colômbia tem doze Ministros.

Este País, Luiz Inácio, foi bem-governado. Relembrei aqui que Duarte da Costa, o segundo Governador-Geral, fez as Santas Casas – falamos disso outro dia –, com o Padre Anchieta, cuja importância o Senador Duque, ontem, sabiamente, relembrou. Então, relembro esses Governadores-Gerais; o Rei de Portugal, D. João VI; D. Pedro I, D. Pedro II, a rainha mulher, que foi grande governante. Pedro II foi muito bom, Luiz Inácio! Não diga mais isso, não! Pedro II foi muito bom governante. Ele teve de sair,

porque foi proclamada a República. E esta foi proclamada tardiamente, porque ele foi bom. Depois do grito "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", passaram-se cem anos para que nascesse esta República aqui. Foi quando D. João VI disse: "Filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa, coloque-a você em sua cabeça!". O aventureiro era Simón Bolívar, o democrata, que estava lutando pela liberdade e pela democracia em todos os países e que vinha fazer aqui. Mas Pedro II foi tão bom, Senador Mozarildo, que teve de sair! Morreu na França. Sabe o que disseram lá os franceses? Disseram que, se lá tivesse havido um rei como Pedro II, eles nunca teriam derrubado os reis. Pedro II foi um homem estudioso, um estadista, Luiz Inácio. Viajou pouco, só duas vezes, em 49 anos, Luiz Inácio! Aí ele escreveu: "Isabel, minha filha, lembre-se de que estrada é o maior presente que se pode dar a um povo". Essa é a visão dos grandes estadistas.

E o Colégio Pedro II? Pedro II ia assistir às aulas. Há aqui essa unidade, essa grandeza; falamos só uma língua. Andamos pelo mundo e vemos, por exemplo, que, na Espanha, falam quatro línguas. Isso tudo foi a competência de Pedro II.

Depois, cada um teve sua função, Luiz Inácio. Quem pode se esquecer de Getúlio? Numa época complicada, enfrentou três guerras – uma para entrar; os paulistas quiseram tirá-lo – e a Segunda Guerra Mundial. Tudo isto há num grande estadista: Juscelino tinha otimismo, promoveu o desenvolvimento; Sarney promoveu a redemocratização. Esse negócio de inflação, que era um monstro, Luiz Inácio, ou foi Itamar ou Fernando Henrique Cardoso que a combateu. Nada tem a ver com o seu Governo o combate à inflação. Façam o teste de DNA: ou foi o Itamar, ou foi o Fernando Henrique Cardoso que combateu a inflação.

Em toda a história, ô Duque, nunca este País teve mais de 16 Ministérios. De repente, são 38 Ministérios. Na Colômbia, para onde nomeamos o Embaixador, há 12 Ministérios; nos Estados Unidos, em que eles chamam de secretaria, são 14.

Ali foi para dar lugar aos companheiros. Tudo é despesa, é gasto. Quem paga é o pobre, o povo, como V. Ex^a disse. Quero dizer a V. Ex^a que a *Folha de S.Paulo* disse que estamos chegando aos 24 mil cargos de nomeações livres do Presidente da República. Atentai bem, Mozarildo, para o significado disso! Bush só nomeou 4,5 mil. Ô Duque, os Estados Unidos só nomearam 4,5 mil. Estudos disseram que os Estados Unidos têm 25% do PIB da riqueza do mundo, um

quarto do total, e ele só nomeou 4,5 mil. Luiz Inácio, calma! O Luiz Inácio é melhor que o Bush! Não vamos dizer que não, não é? Ele é da paz! Mas só 4,5 mil foram nomeados lá.

O Primeiro-Ministro sucessor de Tony Blair só nomeou, Senador Duque, 160 pessoas; Sarkozy, 350 pessoas. Esses são os países organizados. Na Alemanha, foram 600 pessoas nomeadas. Isso se dá, porque esses países organizados têm estrutura funcional.

Ô Luiz Inácio, Getúlio fez o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). O Professor Wagner Estelita escreveu para os funcionários do Brasil um livro sobre chefia e liderança, em que estudei princípios de administração, promoção. São pessoas dedicadas ao serviço público. Ao longo dos anos, aperfeiçoaram-se todas essas instituições. Aí, de repente, são 24 mil aloprados, são 24 mil pilantras, são 24 mil que ele disse que entraram pela janela! Não foi pela janela! Ô Duque, é preciso fazer esforço para pular uma janela; esses aloprados entraram pela porta larga, que está na Bíblia: a porta larga da vergonha, da indignidade, da corrupção, da malandragem!

Senador Mozarildo, V. Ex^a se lembra da Direção e Assessoramento Superior (DAS). Nos Estados, há DAS 1, 2, 3 e 4. No Governo Federal, há DAS 5 e 6. O DAS 6, que Luiz Inácio dá como se joga boletim, corresponde a R\$10.448,00. Assinou, ganhou.

Senador Mário Couto, só há um meio de compensar essa gastança: cobrar imposto do povo que trabalha, do povo que tem vergonha, do povo que está na porta estreita do trabalho.

E ele ainda aumenta os impostos. Já li aqui, Senador Mário Couto: neste País, pagam-se 76 impostos. Somos enquadrados como um País do Bric – Brasil, Rússia, Índia e China, países emergentes – graças ao trabalho de todos os brasileiros em 507 anos de existência, mas pagamos mais do que o dobro do imposto que eles pagam. E ainda há uma Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que foi criada provisoriamente.

Luiz Inácio, pelo amor de Deus! Olha que conheço esse Palácio do Planalto! Lá existem duas bibliotecas. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso me levou lá em cima, a uma biblioteca pequeninha, gostosa – dei um livro para ele. Senador Mário Couto, ali é seguro, e sabe por quê? Nunca vi tanto paletó! Tenho poucos, porque os dói – no Piauí, há esse negócio de festa de São João – para os matutos. Mas o Fernando Henrique está com o dele desde menino.

E há a biblioteca clássica do Alvorada. Que beleza! Luiz Inácio, sei que Vossa Excelência nunca puxou um

livro daquela biblioteca, na qual entrei com Fernando Henrique Cardoso. Mas vá lá e veja o dicionário, que, no nosso Piauí, se chama “pai dos burros”. Sei que Vossa Excelência não o é. Esse é apenas o apelido usado no Piauí, com todo o respeito. Vossa Excelência é inteligente demais, é sabido demais, só está administrando mal este País.

“Provisório” é o que não é permanente. Em uma crise da saúde, o melhor dos médicos vivos hoje neste País, Adib Jatene, com o qual trabalhei – ele foi Governador, Ministro –, convenceu esta Casa e o País a criarem a CPMF para melhorar a saúde. É uma contribuição provisória! É provisória! É o imposto do cheque que teria de ir para a saúde. Só um quadro vale por mais de dez mil palavras. O Marajó pode estar bem, mas o Piauí...

É dito no **Diário do Povo** por Juliana Nogueira, repórter da cidade – só vou ler a primeira linha: “Pelo menos 500 pacientes estão na fila de espera por uma cirurgia ortopédica no Hospital Getúlio Vargas”. Quinhentas pessoas na fila de espera no melhor hospital do Piauí, o Hospital Getúlio Vargas! Imagine você com uma luxação no ombro, com a perna quebrada! Imagine seu filho numa situação dessa! E isso ocorre na capital do Piauí. Não sei se, em Marajó, a situação está assim, mas acho que está pior.

Então, Luiz Inácio, Adib Jatene, com sua credibilidade, convenceu esta Casa a dar permissão para criar um imposto que iria para a saúde, mas não foi. **O Diário do Povo do Piauí** do hoje – não vou ler – mostra todas as mazelas. Só fiquei nas duas primeiras linhas. “Pelo menos 500 pacientes estão na fila de espera de uma cirurgia ortopédica”. Ficam ali com braço quebrado, com perna quebrada. A anestesia custa R\$9,00 – não há anestesista que vá lá –; a consulta, R\$2,50.

Portanto, temos de tirar esse imposto das costas do povo. Se a CPMF continuar, isso significará enterrar a austeridade, a moralidade, a vergonha; significará deixar o dinheiro para aumentar o que V. Ex^a disse em seu pronunciamento: essas nomeações graciosas para os cabos eleitorais do PT. Eles ainda tiram um percentual!

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Senador Mão Santa, vou conceder mais dois minutos para V. Ex^a encerrar seu brilhante pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E está aqui um trabalho muito bom que eu queria enterrar. Atentai bem! Em média, o brasileiro trabalha sete dias do ano somente para pagar a CPMF. Antes de Lula entrar, eram três dias; agora, aumentou o valor, pois cobram mais por cada cheque. Então, cada brasileiro trabalha sete dias para pagar a CPMF.

Sei que este Senado vive hoje um problema, mas isso é muito mais vergonhoso. Foi vergonhoso quando o Presidente Renan Calheiros não trouxe para cá – para não o derrubarmos – o veto do Presidente da República ao aumento que demos para os aposentados. Demos um aumento de 16,7%, mas o Presidente vetou e deu apenas um aumento de 3,40%. Enquanto isso, concede 140% de aumento para os aloprados que entraram pela porta larga: os chamados cargos de confiança. E mais ainda: eles têm um cartão de crédito provisório. Como é o nome daquilo, Senador Moarildo Cavalcanti? Cartão de crédito corporativo. Que vergonha, que indignidade! Os aloprados que estão no Planalto têm um cartão de crédito e não prestam contas para o Tribunal de Contas e para o Congresso. Isso é falta de austeridade!

Outro dia, jantei com o Ministro Temporão, que prometeu dar um dinheirinho para o Hospital Getúlio Vargas. Também pedi que o Ministro Geddel Vieira Lima mandasse um dinheiro para o Piauí, pois o povo está sofrendo com uma enorme seca. O Deputado Roncalli Paulo disse que nunca viu tanto drama!

Esbanjaram o dinheiro. Então, temos de enterrar essa CPMF. Para que V. Ex^as tenham noção, eu trouxe um trabalho, feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que mostra que um taxista, por exemplo, trabalha nove dias por ano para pagar a CPMF.

Penso que este Congresso Nacional vai melhorar no conceito do povo quando defender o povo. E uma das coisas que temos de fazer, Senador Duque, é enterrar essa CPMF, que nunca chegou para melhorar a saúde do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Senador Mão Santa, quero parabenizá-lo pelo sempre brilhante pronunciamento que faz neste Senado.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Moarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, ouvi há pouco o Senador Marconi Perillo falar sobre a importância do Estado de Goiás, sobre o desenvolvimento que o Estado de Goiás vem experimentando tanto no período em que S. Ex^a governou o Estado como agora, com o novo Governador.

Fiquei com inveja, digamos assim, porque nós, da Região Norte, não estamos tendo sequer a oportunidade de experimentar um desenvolvimento razoável. E por quê? Porque o Governo Federal não deixa. O pior é isto: é porque o Governo Federal não deixa.

No meu Estado, a situação é alarmante.

V. Ex^a é do Pará, um Estado grande. Nós, de Roraima, temos uma área territorial de 224.298km², mas é o décimo quarto Estado em tamanho. Portanto, não é o menor nem está abaixo da média, vamos dizer assim. Mas, Senador Mário Couto, 46% dessa área são reservas indígenas. Nada contra as reservas indígenas, mas metade das terras do Estado são reservas indígenas. São trinta e duas em Roraima. Quantos índios elas têm? Quarenta e seis mil índios. Mas que índios são esses? Aqueles da época em que Cabral chegou ao Brasil? Não, são índios cidadãos, que são funcionários públicos, vereadores, prefeitos, perfeitamente integrados à sociedade e que, inclusive, habitam os Municípios fronteiriços com a Venezuela e com a Guiana.

Pois bem, trinta e duas reservas indígenas demarcadas. Mudou a vida desses índios para melhor? Não, pelo contrário. Em mais de 90% dessas reservas, os índios estão em situação pior do que antes. Por quê? Demarcam as terras, que na verdade não são dos índios, mas da União – o índio não pode vender um palmo de terra, se estiver aperreado por uma questão financeira –, e eles ficam entregues à própria sorte, sem assistência médica, sem educação, sem transporte, sem projeto de futuro. Tirando os índios Ianomâmis, que ainda são realmente primitivos, os outros todos têm essa característica que falei a V. Ex^a.

E o restante seriam terras do Estado? Não!

Na verdade, 34% são terras arrecadadas pelo Incra, na época em que o Estado era um território ainda; 9% são reservas ecológicas; 1,22% é de áreas institucionais das Forças Armadas. Sabe quanto sobra para o Estado? Apenas 9,99% da sua área territorial. Quer dizer, nesses 9,99% é que o Estado poderia planejar seu desenvolvimento.

Não estou nem questionando reservas indígenas, pois já estão demarcadas – algumas estão sendo discutidas na Justiça, inclusive no Supremo Tribunal Federal –, mas o que estou questionando são as terras que estão com o Incra indevidamente.

O Governador atual entrou com uma ação no Supremo contra a União, na tentativa de chegar a um acordo com o Governo Federal, para que essas terras que estão com o Incra passem para o Estado, mas o processo até agora não foi julgado pelo Supremo, apenas foi concedida liminar. Conversamos com o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, que achou a reivindicação correta e que se propôs a intermediar um diálogo com o Governo Federal, para que houvesse esse acordo.

Apresentado esse quadro, Senador Mário Couto, o pior está por vir. Na última reserva demarcada, Raposa/Serra do Sol, famílias que estão lá há mais de 50 anos, muito mais, porque seus avós moraram e morreram lá, seus pais moraram e morreram lá, portanto estão na terceira ou na quarta geração, estão sendo expulsos por um decreto do Presidente Lula. E qual é a contrapartida legal?

É que a Funai indenize esses moradores e os reassente em outras áreas. Ela está fazendo isso? Muito devagar e porcamente. E há ainda uma parcela daqueles moradores que não querem sair, porque não aceitam o valor da indenização e não têm área equivalente, na qual possam sobreviver e trabalhar.

A Polícia Federal, segundo já denunciei aqui, atendendo a uma operação de guerra montada pela Funai – portanto, leia-se: Ministério da Justiça –, está preparada para expulsar esses brasileiros de lá. E o que eles estão fazendo? Estão subvertendo a ordem? Estão assaltando alguém? Não! Estão trabalhando honestamente.

Essa operação estava prevista para agosto. Obteve um documento, contendo todo o relato de como iria ser essa operação: 500 homens da Polícia Federal, dois helicópteros, num valor de mais de R\$3 milhões. A Polícia Federal negou que a operação ia ser feita. A Funai nem afirmou, nem negou. O que sei agora é que essa operação está prevista para se dar nas duas primeiras semanas do mês que vem.

Quero aqui, de novo, fazer uma denúncia ao Brasil e, ao mesmo tempo, apelar ao Presidente Lula. Sua Excelência já cometeu o equívoco de demarcar baseado numa falsidade, porque o laudo antropológico – foi provado pela Justiça Federal – é totalmente falso e criminoso. E pior ainda: a autorização para demarcar a reserva foi obtida no Supremo Tribunal Federal, mediante uma informação falsa do ex-Ministro da Justiça que fez de conta que revogou a portaria que estava sendo combatida no Supremo Tribunal Federal e, na verdade, editou uma portaria igual. Houve uma imoralidade atrás da outra para quê? Para demarcar a reserva indígena.

E os índios que estão lá querem isso? A maioria não quer, a maioria. Há quatro entidades lá, e só a que representa a minoria deles quer esse tipo de demarcação e esse tipo de expulsão dos brasileiros de lá. Senador Mário Couto, V. Ex^a sabe qual é essa única entidade? A que foi criada pelo Conselho Indigenista Missionário, um órgão da Igreja Católica, ligado à CNBB, que, em vez de pregar a paz, a harmonia e de seguir os ensinamentos de Jesus de que todos são iguais e têm os mesmos direitos, fazem o contrário.

Faço essa denúncia e afirmo que o que está sendo projetado para os primeiros dez dias de setembro é uma imoralidade e mais uma injustiça contra o povo do meu Estado, portanto, contra os brasileiros que lá estão pagando para viver, porque o Governo Federal não dá assistência ao meu Estado.

Fico revoltado porque estive com o Presidente Lula e o Governador, e o Presidente Lula disse claramente que iria resolver a questão das terras – não estou falando da operação de guerra da Funai e da Polícia Federal – em algumas semanas. Isso foi em março, Senador Mário Couto! Entendo que, quando se fala em semanas, não chega a ser um mês. Se o Presidente quisesse falar em meses, teria dito alguns meses. Estamos entrando em setembro, e o Presidente disse que em março iria resolver a questão e não o fez.

O Senador Gilvam Borges disse que Sua Excelência vai ao Amapá assinar uma medida provisória ou um decreto, não sei, transferindo as terras da União que estão no Amapá para o Estado do Amapá. Por que não faz o mesmo com o Estado de Roraima?

Um dos Senadores de Roraima é o Líder do Governo Lula. O outro Senador, Senador Augusto Botelho, é do PT, do Partido do Presidente Lula. Eu sou do PTB, um dos partidos também da Base do Presidente Lula, embora discorde da política que o Presidente vem executando no meu Estado.

Portanto, quero deixar registrado o protesto veemente contra essa possível operação que a Funai, utilizando a Polícia Federal, fará no meu Estado. Espero que, se fizerem – espero que não façam –, respeitem a integridade e os direitos humanos de todos que estão lá. Todos! Estou atento!

Já requeri à Mesa a criação de uma comissão temporária externa do Senado para acompanhar essa operação. Se a Mesa não decidir em tempo hábil, vou por conta própria. Estarei presente, como Senador da República, como representante do meu Estado, para denunciar – como fiz outra vez – arbitrariedade que venha a ser cometida durante essa operação.

Requeiro a V. Ex^a que os dados constantes deste material sobre o meu Estado e as reservas indígenas constem como parte integrante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

DADOS GERAIS

- ▶ **Roraima:** 224.298,98 km² (14º do país em área)
- ▶ **Áreas Indígenas:** 104.018,00 km² (46,37%); 10.401.800,0000 Ha
- ▶ **População Total:** 324.152 (27º do país em população)
- ▶ **População Indígena:** 46.106
 - . Yanomamis: 15.000 (Fonte: FUNAI)
 - . Ingaricó, Macuxi, Pataxó, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Wapixana: 31.106 (Fonte: FUNASA)
- ▶ **Áreas de Preservação - IBAMA:** 18.879,99 km² (8,42%); 1.887.999,0112 Ha
- ▶ **Área do Estado:** 22.411,80 km² (9,99%); 2.241.180,0000 Ha
- ▶ **Área do Município:** 76.242,18 km² (33,99%); 7.624.218,0888 Ha
- ▶ **Área do Exército:** 2.747,00 km² (1,22%); 274.700,0000 Ha
- ▶ **Densidade demográfica:** 1,45
- ▶ **Capital: Boa Vista Distância de Brasília:** 4.275 km
- ▶ **Número de municípios:** 15
- ▶ **Cidades mais populosas:** Boa Vista – Rorainópolis – Alto Alegre – Caracarai – Bonfim
- ▶ **Altitude:** 85 m
- ▶ **Clima:** Equatorial (N, S e O) e Tropical (L)
- ▶ **Temperatura:**
 - . Média mínima de 20º C e máxima de 38º C em regiões de níveis baixos em relação ao mar. Em regiões entre 800m a 1000m a média é inferior a 18º C. Em localidades e altitude acima de 1.100m a temperatura mínima noturna chega a 6º C a diurna inferior a 20º C em qualquer época do ano.
 - . O Estado possui duas estações bem definidas: Chuvosa (inverno) entre abril e setembro, Seca (verão) de outubro a março. A precipitação media anual é de 1.882 mm. A umidade relativa de ar é de 65 a 90%.
- ▶ **Fuso Horário:**
 - . 1 hora em relação a Brasília e UTC -4
- ▶ **Localização:**
 - . Roraima é o Estado mais setentrional do país, cortado pela linha do Equador e encravado entre dois países, Venezuela e Guiana tem uma localização estratégica: de frente para os mercados do Caribe e das Américas Central e do Norte. Com a BR 174, rompe seu histórico isolamento geográfico com o restante do país. A importação da energia da hidrelétrica de Guri/Venezuela o Estado está dotado de infra-estrutura para receber projetos industriais, agroindústrias e de ecoturismo.

LIMITES GEOGRÁFICOS	Km
Venezuela (N e NO)	958
República Cooperativista da Guiana (L)	1.922
Amazonas (S e O)	1.375

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
1 Ananas	Makuxi	Boa Vista
2 Anaro	Wapixana	Boa Vista
3 Aningal	Makuxi	Alto Alegre
4 Anta	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
5 Araca	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
6 Barata Livramento	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
7 Bom Jesus	Makuxi	Bonfim
8 Boqueirao	Makuxi e individuos Wapixana	Alto Alegre
9 Cajueiro	Makuxi	Boa Vista
10 Canauanim	Makuxi e Wapixana	Bonfim
11 Jabuti	Makuxi e Wapixana	Bonfim
12 Jacamim	Wapixana e individuos Aturaiu, Jaricuna e Makuxi	Bonfim e Caracarai
13 Malacacheta	Wapixana	Bonfim
14 Mangueira	Makuxi	Alto Alegre
15 Manoa/Pium	Makuxi e Wapixana	Bonfim
16 Moskow	Wapixana	Bonfim
17 Muriru	Wapixana	Bonfim e Canta
18 Ouro	Makuxi	Boa Vista
19 Pium	Wapixana	Alto Alegre
20 Ponta da Serra	Makuxi	Boa Vista
21 Raimundao	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
22 Raposa Serra do Sol	Wapixana, Ingariko,Taurepang e Makuxi	Normandia e Boa Vista
23 Santa Inez	Makuxi	Boa Vista
24 Sao Marcos	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
25 Serra da Moca	Wapixana	Alto Alegre
26 Sucuba	Makuxi	Alto Alegre
27 Tabalascada	Wapixana	Canta
28 Trombetas Mapuera	Wai-Wai e Karafawyna	São Joao da Baliza
29 Truaru	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
30 WaiWai	WaiWai, Mawayana, Xereu e outros	Caracarai, Caroebe, Sao Joao da Baliza e Sao Luiz do Anaua
31 Waimiri-Atroari	Waimiri e Atroari	Sao Luiz e Sao Joao da Baliza
32 Yanomami	Yanomani	Alto Alegre, Boa Vista, Caracarai, Mucajai
<hr/>		
Fchar a janela		

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, principalmente porque sou testemunha de todas as vezes que vai à tribuna em defesa do seu Estado, demonstrando sempre o grande amor que tem por Roraima. Por isso, receba a minha admiração.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia

o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Mário Couto, Sr^ss e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, principalmente os brasileiros e as brasileiras do nosso querido Pará. Tenho uma enorme satisfação de usar a tribuna tendo V. Ex^a na Presidência desta sessão do Senado Federal, o que honra muito o Estado do Pará. Falo do trabalho que os Senadores do nosso Estado fazem em prol do desenvolvimento do nosso País e em especial do nosso Pará. Parabéns a V. Ex^a!

Venho à tribuna, hoje, para falar de um assunto ao qual V. Ex^a já se referiu. Estou chegando de uma reunião, Senador Mário Couto, no Ministério do Meio Ambiente, a respeito de um projeto nosso aprovado em 2005 no Senado Federal e que se encontra na Câmara até hoje.

As audiências que tive na semana passada e, hoje, com o João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, encheram-me de entusiasmo e de esperança de que poderemos, em breve, ter uma nova legislação que permitirá algo de uma clareza total: aproveitar as áreas já antropizadas ou as áreas já alteradas em nível nacional, para que se possa fazer uso, Senador Mão Santa, economicamente dessas áreas.

Esse projeto é importante para o País todo, mas, seguramente, para o meu querido Estado do Pará. Senador Mário Couto, temos mais de 18 milhões de hectares já antropizados. Não precisamos investir nenhum palmo sobre a floresta nativa. Basta que tenhamos a inteligência, a coerência, a sensatez de usarmos economicamente, na sua plenitude, essas áreas já alteradas. E estamos, graças a Deus, chegando a um consenso com o Ministério do Meio Ambiente. Esperamos que, ainda neste ano, possamos trazer esse instrumento de grande valia, que vai levar o Estado do Pará a um novo patamar de desenvolvimento – tenho absolutamente certeza.

No caminho do Ministério para o plenário, ouvi, pela Rádio Senado, o pronunciamento de V. Ex^a, a quem parabenizo pelos assuntos aqui abordados, inclusive, o tema a que faço referência agora: o esforço que en-

vidamos ontem, para aprovarmos, no mesmo dia, em menos de 24 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de forma terminativa e no plenário do Senado Federal a PEC nº 75, que estava, há três ou quatro anos, parada na Câmara dos Deputados.

Foi um compromisso que o Presidente Lula tinha assumido com os Prefeitos dos mais de 5.600 Municípios brasileiros desde 2003, de aumentar um ponto percentual no bolo de compartilhamento do FPM. Eu próprio, depois que assumi o mandato de Senador em 2005, participei da Marcha dos Prefeitos a Brasília, coordenada pelo Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Sr. Paulo Ziulkoski. Em 2005, foi prometido esse aumento; em 2006, foi prometido esse aumento; em março de 2007, novamente, o Presidente Lula se comprometeu com todos os Prefeitos em liberar a aprovação na Câmara dos Deputados. Depois, os Ministros da Fazenda e do Planejamento deram uma declaração de que não seria possível a liberação do aumento em 2007. Somente seria possível liberar o aumento a partir de setembro, com pagamento em dezembro, o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que ontem aprovamos aqui, no Senado Federal.

Fizemos tantas sessões tantas quantas foram necessárias para aprovar, em primeiro e em segundo turnos, a PEC, de tal forma que ela possa ser imediatamente sancionada e posso trazer os efeitos – que não só aqueles esperados pelos Prefeitos – que representam pelo menos um alívio à situação de dificuldade por que passam as Prefeituras dos Municípios brasileiros, em especial, os 143 Prefeitos do nosso querido Estado do Pará.

É preciso que eles saibam do esforço que aqui envidamos, V. Ex^a e eu, junto ao Líder do Governo Romero Jucá, que, num primeiro instante, queria deixar transcorrer o interstício regimental de cinco sessões para votação da matéria. Ou seja, só iríamos votar esse projeto em meados ou no final do mês de setembro.

O esforço aqui feito propiciou a votação até às quase 22 horas, e conseguimos aprovar o projeto, um compromisso para com os Prefeitos dos Municípios brasileiros.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, a bem da verdade, é preciso fazer uma homenagem àqueles que fizeram a nossa Constituição. Em 05 de outubro de 1988, o nosso Ulysses Guimarães beijou a Constituição, a Constituição Cidadã. “Desobedecê-la é rasgar a bandeira brasileira”. Sei o que é isso. Nessa Constituição consta que o bolo, a receita, o produto do trabalho será rateado na proporção de 53% para a União, para o Luiz Inácio; 21,5% para os

Governadores do Estado; 22,5% para os Municípios, que eram em menor número; e 3% para os Fundos Constitucionais. Totalizando 100%. Até Luiz Inácio sabe essa matemática. Aí fecha. O que houve? O Governo que está aí foi garfando dos Prefeitos. Os Prefeitos, que ganhavam 21,5%, passaram a receber 14%; por isso essas dificuldades por que estão passando. Eu estou aqui porque fui Prefeito nessa época, quando era obedecida a Constituição: nós tínhamos 21,5%. Ontem relembrava isso: Heráclito era Prefeito da capital e o Arthur Virgílio era o Prefeito de Manaus, e os governantes anteriores obedeciam à Constituição. Esse Governo foi aumentando as taxas, tipo CPMF, Cide, e foram garfando dos Prefeitos. Então o que nós estamos é devolvendo um décimo do que o Governo do PT tirou dos Prefeitos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, incorporo o aparte de V. Ex^a que enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer que, em seguida, irei tocar exatamente nesse assunto do compartilhamento das contribuições, ou seja, da tão falada reforma tributária, Senador Mário Couto, Senador Paulo Duque. A reforma tributária que esta Nação brasileira espera há muito tempo.

Agora, o Líder Romero Jucá disse que em setembro será encaminhada uma proposta de reforma tributária pelo Executivo. Espero que não seja apenas para que a CPMF seja prorrogada, porque, no meu entendimento, não há necessidade de se prorrogar a CPMF. Aliás, a CPMF se extingue em 31 de dezembro de 2007 e, se for prorrogada, estaremos criando um novo imposto e aumentando a carga tributária.

Então, é necessário que a CPMF seja extinta, porque o excesso de arrecadação do Governo Federal é maior que o valor da CPMF. Até agora, a estimativa de excesso de arrecadação é de cerca de R\$60 bilhões. A CPMF representa R\$36 bilhões, ou seja, não haverá problema e, se houvesse, não seríamos contra o Brasil e votaríamos pela prorrogação. Houve excesso de arrecadação neste ano e no ano passado. Com o Brasil em crescimento e em desenvolvimento, a tendência é haver uma maior arrecadação, o que vai fazer com que possamos eliminar esse imposto que apenas aqueles que mais necessitam. Na verdade, quem paga mais CPMF, proporcionalmente, é exatamente o assalariado de baixa renda. Aquele que mais tem necessidade é o que mais é taxado pela CPMF.

Então, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem toda a razão.

Eu diria aos Prefeitos, como fiz ontem, que não podemos deixar que esse movimento tão bem-coordenado pela Confederação Nacional de Municípios se disperse. Os prefeitos devem permanecer unidos.

Vamos continuar a luta pelo compartilhamento das contribuições, pela reforma tributária e para aumentar a transferência para os Municípios e Estados.

Senador Mário Couto, ontem, lembrei ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que ele assumiu outro compromisso, relacionado com um assunto que estava em debate, quando se aprovou, de forma justa, o atendimento pecuniário aos hansenianos. Houve um pleito dos Senadores de Goiás para que isso fosse estendido também para os que foram atingidos pelo Césio, em Goiânia, e o Senador Romero Jucá prometeu estudar o assunto e encaminhar uma proposta.

Eu pedi um aparte ao Senado Romero Jucá e disse-lhe que estávamos aguardando, há dois ou três meses, o cumprimento do compromisso que ele assumiu com nossa Bancada, de que a questão do transporte escolar, que apenas os Municípios brasileiros, seria resolvida em 15 dias, para que se pudesse aprovar, naquela altura, o Fundeb.

Todos sabemos que as prefeituras gastam, com o transporte escolar, dez vezes mais do que recebem como transferência do Governo Federal. É necessário e urgente que esse assunto seja resolvido, assim, pedi ao nobre Senador Romero Jucá que acelerasse o cumprimento do seu compromisso.

Lamentavelmente, ele me disse que estava dependendo da posição, como sempre, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Ministério da Fazenda, mas isso não nos foi dito aqui, naquela altura.

Senador Mário Couto, todos os Prefeitos do nosso Estado do Pará e do Brasil estão aguardando a solução desse problema do transporte escolar.

Outra informação que trago, com muita alegria, para os Prefeitos, é que foi aprovado nesta semana, na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o projeto de minha autoria que prorroga o prazo de apresentação do Plano Diretor Urbano dos Municípios, que expirou em dezembro de 2006, para dezembro de 2007.

O Ministro Márcio Fortes foi contrário ao projeto. Nós o convidamos para uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e o Ministro, então, compreendeu, realmente, que estava apenando mais de mil Municípios brasileiros que não tiveram tempo de fazer o seu Plano Diretor Urbano. E isso aconteceu, Senador Mário Couto, porque os Prefeitos atuais só tiveram um ano e meio de prazo, pois o prazo anterior, de quatro anos, foi do mandato anterior. Além disso, o ano passado foi um ano eleitoral, então, era necessário que houvesse a prorrogação.

Quero agradecer o Deputado Renato Amary, Relator do projeto na Câmara, que me ligou, ontem, dizendo que tinha sido aprovado.

A emenda feita na Câmara aperfeiçoa o projeto, porque, terminando agosto e iniciando setembro, teríamos novamente o mesmo problema de prazo para que esses Municípios, que estão sendo apenados pelo Ministério Público, pudessem se adequar à nova legislação.

Repto a notícia para os Prefeitos: a Câmara dos Deputados prorrogou o prazo para 30/06/2008. Assim, o prazo do meu projeto, que era 31 de dezembro de 2007, foi prorrogado para 30/06/2008, de acordo com o projeto que, aprovado, voltará ao Senado.

Quero alertar os Prefeitos do Brasil, e, em especial, os do Pará, que ainda não completaram o seu Plano de Desenvolvimento Urbano, que precisam dar entrada no projeto, nas Câmaras municipais, até 28/02/2008.

Então, são dois prazos: um para dar entrada na Câmara Municipal, até 28/02/2008, e outro para aprová-lo, até 30/06/2008.

Com isso, poderemos dar condições a esses Municípios para que não sejam apenados, inclusive quanto à transferência voluntária de recursos, tanto federal quanto estadual.

Fico feliz por poder dar a notícia aos Prefeitos do Brasil, e, em especial, do Pará, de que eles poderão atender as condições exigidas para que o seu Plano de Desenvolvimento Urbano seja aprovado pela Câmara Federal.

Nesta oportunidade, também quero dizer que já existem, no Senado Federal, mais de 40 projetos de criação de Zonas de Processamento de Exportação.

O projeto de minha autoria, que cria a Zona de Processamento de Exportação em Marabá e em Santarém, foi aprovado na CDR em 12 de julho e está na Comissão de Assuntos Econômicos. Tenho pedido ao nobre Senador Aloizio Mercadante que determine o Relator e paute o projeto para votação.

Quero até parabenizar V. Ex^a, Senador Mário Couto, que foi autor de um projeto de criação de três zonas de processamento no Estado do Pará: em Tucuruí, Castanhal e Redenção.

A Zona de Processamento de Exportação de Barcarena já foi aprovada, mas me preocupa-me muito, Senador Mário Couto, que a Governadora Ana Júlia, até agora, não tenha tomado providências para a sua instalação, quando outros Estados já deram entrada no processo de criação e instalação dessas zonas de processamento junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Faço um apelo, da tribuna do Senado Federal, para que a Governadora Ana Júlia e os seus Secretários processem a documentação e lhe dêem entrada, no âmbito do Governo Federal, a fim de que possamos instalar a Zona de Processamento de Exportação de Barcarena, que é um instrumento da maior importância para a verticalização da nossa matéria-prima e dos nossos insumos. Ao invés de exportarmos minério bruto, alumina e lingotes de alumínio, vamos exportar produtos industrializados, com valor agregado, gerando emprego e renda para os paraenses. Mas, para isto, é preciso que o Governo do Estado tome as providências – providências que já deveriam ter sido tomadas, porque a lei já está em vigor – para a instalação da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena. E, quando aprovadas as demais, tanto a de Marabá, quanto a de Santarém, a de Tucuruí, a de Castanhal e a de Redenção, Projeto do Senador Mário Couto, que também elas possam levar a essas regiões o desenvolvimento que todos nós queremos para o Estado do Pará.

Por último, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero aqui dizer que terça-feira próxima instalaremos, inclusive com a participação de V. Ex^a, Sr. Presidente, além da presença dos três Senadores do Estado do Pará, das presenças das Senadoras Patrícia Saboya e Kátia Abreu, e dos Senadores Paulo Paim, Sibá Machado, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma e Cícero Lucena, a Comissão Temporária Externa que vai averiguar as condições de rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho na Empresa Paragrisa, no Estado do Pará.

Todos nós, assim como ninguém defende o trabalho escravo, somos contra essa prática.

Disse e repito: somos todos a favor do combate ao trabalho escravo do Ministério do Trabalho. Inclusive disse mais: que gostaria muito de ter subscrito aquela nota, que saiu no jornal, com várias entidades dando apoio ao grupo. Eu também o apoio. O que nós não podemos aceitar é que o grupo exorbite de suas funções e possa levar à insolvência uma empresa que está há 40 anos no Pará, e que emprega, com carteira assinada, mais de 1.600 funcionários. Então, vamos esclarecer isso. A Comissão Temporária Externa é exatamente para esclarecer o assunto e, portanto, será instalada na próxima terça-feira, às 18 horas.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Fleixa Ribeiro, V. Ex^a é um Senador incansável. Admira V. Ex^a, principalmente porque todos os assuntos que V. Ex^a traz na tarde de hoje, problemas do Estado do

Pará, V. Ex^a tenta, de qualquer forma, resolvê-los, demonstrando a nossa sociedade paraense o amor que V. Ex^a tem pelo nosso Estado. Por isso faço este aparte para lhe parabenizar. Infelizmente, Senador, essa questão partidária ainda penetra nas pessoas, no coração das pessoas e não as deixam se libertar, para que possam fazer mais pelos seus Estados. É o caso da nossa Governadora. Será, Senador Flexa Ribeiro, que a Governadora do Estado do Pará – nada contra ela, nada contra ela – já não teria que ter tido entendimento conosco, independentemente da cor partidária dos Senadores paraenses? Não quero nenhum benefício do Governo ou da Governadora Ana Júlia Carepa! Nenhum cargo quero! Absolutamente nada quero! O que quero é ver o Estado do Pará progredir! É isto que queremos, e estamos fazendo o nosso papel neste Senado Federal. Será que a Governadora não pode deixar essa questão partidária de lado e vir conversar com os Senadores paraenses para que possamos ajudá-la? Tenho a certeza de que V. Ex^a não está atrás de cargos no Governo Federal e nem no Governo estadual. V. Ex^a está atrás do progresso da sua terra, e tem demonstrado isto desta tribuna. É terrível isso! É terrível! É terrível! Mais uma vez parabenizo V. Ex^a pelo trabalho que desempenha neste Senado. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nobre Senador Mário Couto, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorpoço ao meu pronunciamento. Os elogios à minha pessoa, eu diria que é da forte relação de amizade que nos une.

Mas a verdade precisa ser dita. O povo do Pará precisa saber que estamos aqui defendendo os interesses do povo do Pará, os interesses do nosso Estado.

Quando discutímos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, Senador Mário Couto, fui procurado pelo Secretário da Fazenda do Governo do Estado do Pará para defender alguns pontos que atingiriam diretamente a receita do nosso Estado. Exatamente para isto fui procurado: para que esses pontos pudessem ser melhores estudados. Fui à reunião no gabinete da Liderança do Governo e, lá, tomei posição em defesa dos interesses do Estado do Pará, posição que não era só do Estado do Pará, mas, sim, de outros Estados menores, oportunidade em que tive a alegria de ser atendido pelos Líderes que lá estavam ao excluírem-se, daquela legislação, pontos que a Governadora havia solicitado ao seu Secretário de Fazenda para que intercedesse junto a nós a fim de não prejudicar o Estado do Pará.

Como V. Ex^a diz, não estamos aqui em oposição ao Estado. Muito pelo contrário. Aqui estamos defendendo, permanente e obstinadamente, os interesses do nosso Estado do Pará.

Por último, Sr. Presidente Mão Santa, quero, aqui, mandar um abraço aos nossos amigos do oeste do Pará, especialmente aos de Santarém. Estaremos lá, Senador Mário Couto, no próximo dia 1º, sábado, com o nosso Deputado Alexandre Von, na Convenção Municipal do PSDB de Santarém, Convenção esta que irá eleger o Deputado Alexandre Von presidente. Vamos iniciar a caminhada, levando para Santarém um grupo de Deputados e Senadores – o Senador Mário Couto e eu –, o ex-Governador Simão Jatene que, juntos, levaremos nosso abraço aos irmãos de Santarém.

Estando ali, aproveitaremos, povo de Santarém, para visitar o Hospital Regional de Santarém. Esse Hospital foi entregue pelo Governo passado, faltando apenas colocar dois equipamentos de alta complexidade, portanto, está pronto para funcionar, para atender à população da região oeste do Pará em casos de média e alta complexidade. Lamentavelmente, só agora, em julho, o Hospital foi aberto à população. No entanto, disseram-me que ali está-se fazendo apenas exames laboratoriais e de Raio-x.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem mais um minuto. Lembre-se de que Cristo fez em um minuto o Pai Nosso, a mais bela oração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nobre Senador Mão Santa, estou longe de chegar aos pés de Cristo, quanto mais tentar fazê-lo em um minuto. Que Ele nos proteja! Que Ele sempre nos dê discernimento para que possamos, dentro da necessidade e do pedido de V. Ex^a, diminuir e encerrar; como V. Ex^a pede, o que eu já farei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu quero lhe aproximar a Cristo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sou guiado, iluminado e abençoado por Deus, permanentemente, em todos os momentos de minha vida, que agradeço a Ele.

Como dizia, para terminar, após a visita, vamos também verificar a situação do Hospital Regional de Santarém e a situação da saúde no Estado do Pará, que, assim como no restante do Brasil, passa por um grande apagão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mário Couto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos comunicar que acabamos de apoiar e assinar a homenagem cristã à Festa do Círio, que foi aprovada aqui.

Convidamos, como último orador inscrito, o Senador do Rio de Janeiro Paulo Duque. Suplente de Sérgio Cabral, que foi ao Governo do Estado, enriquece este Parlamento da mesma maneira quando Franco Montoro, que se elegeu Governador de São Paulo, deixou como Senador Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a tem, como Fernando, brilho e competência para engrandecer esta Casa, e mais ainda, mais que Fernando Henrique, V. Ex^a tem uma experiência parlamentar extraordinária, já que foi Deputado Estadual por vários anos, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e viu o pulsar da República naquela nossa eterna capital.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, por essas referências.

Hoje, sem apressar o orador que ocupava a tribuna agora, ou antes, prestei a maior atenção aos discursos anteriores. Agora, falando para este grande e belíssimo plenário, vou falar um pouco a respeito do Pará e um pouco a respeito do Piauí, Estados pelos quais, embora conheça muito pouco, tenho uma tremenda simpatia. O Pará lá em cima; o Piauí logo ali.

Fiz um levantamento e vi que o Estado do Pará possui 105 municípios, e o Piauí, 118. Fiquei imaginando que, se o Governador de um ou de outro Estado tivesse de gastar um dia para ir a cada cidade, gastaria quase meio ano para visitar todas as cidades do Pará ou do Piauí. E, como as distâncias são grandes, é necessário utilizar transportes mais diversificados, como deve ser no interior. O Piauí tem 250.000 m², e o Pará 1.248.000 m². Não deve ser fácil!

Venho de uma cidade que foi capital do Estado da Guanabara e tenho um desejo enorme de servir àquele Estado, que, em 1954, sofreu o impacto de uma fusão. Veja V. Ex^a, Presidente Francisco de Assis: fundiram um Estado com 1.100 m², que é a Guanabara, com outro de 43.000 m². Imagine V. Ex^a que confusão incrível essa, mas era o mínimo que podíamos fazer.

Hoje, somos o terceiro Estado, em termos de população – São Paulo, Minas Gerais e o novo Estado do Rio de Janeiro –, quase o segundo. Temos um número de municípios muito pequeno: 70. Guanabara tinha apenas um município. E, mesmo assim, apresentamos o segundo Produto Interno Bruto em matéria de recursos, de riqueza.

Contudo, Sr. Presidente, aquela cidade, a antiga Guanabara, a feliz Guanabara, foi governada por três estadistas: Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. Essa foi a nossa sorte. Estávamos preparados para qualquer eventualidade, inclusive a fusão dos dois Estados.

Nossos problemas, seguramente, são muito diferentes dos problemas do Pará e do grande Estado do Piauí. Muito diferentes. As distâncias são muito próximas, a capital tem quase 800 favelas, Sr. Presidente. Isso não é brincadeira.

Em certa ocasião, fui ao Estado de Alagoas, e, ao desembarcar no aeroporto de Maceió, indaguei ao motorista: “Quantas favelas há aqui em Maceió?”. Maceió é uma capital mais ou menos do tamanho do Rio de Janeiro. O motorista respondeu: “Não, aqui, não há favela, não. Em Maceió, havia só uma, mas foi removida há pouco tempo”. Aí comecei a pensar nas nossas, na cidade do Rio de Janeiro. Não sei se Belém possui muitas favelas, como a minha cidade, o meu Estado. Não sei. Só estive lá uma vez.

Penso assegurar a V. Ex^as que o Rio, com tudo isso, é uma cidade feliz, abriga um povo alegre, acolhedor, cordial. Não vejo outro lugar no mundo capaz de fazer o carnaval, capaz de fazer aquele final de ano festivo, a que V. Ex^a, certamente, já assistiu. É um povo diferente, é um Estado diferente, tudo é diferente.

V. Ex^a lembrou bem quando Dom João VI, acossado pelas guerras européias, veio para o Rio de Janeiro e abriu os portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808. Se ele não tivesse vindo, se não tivéssemos mantido uma unidade de religião, se não tivéssemos tido um rio São Francisco, fator de integração nacional, aconteceria seguramente o que aconteceu com a América espanhola, que ficou dividida em não sei quantos estados, países, 13, 14, 18, não sei bem, fazendo fronteiras com o Brasil e agora um pouco saliente em suas incursões políticas. Nós, brasileiros, mantivemos nossa unidade territorial. Se pegássemos toda a Europa Ocidental, se juntássemos os países que a compõem (Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Suécia, Finlândia, Noruega), todos eles caberiam dentro do nosso País.

Logo, somos um país diferente, com uma raça diferenciada. Vamos ao Pará – e quero falar muito do Pará hoje – e encontramos um tipo de gente. Um tipo bonito. Vamos ao Piauí e encontramos outro tipo físico de pessoas. Vamos ao Ceará e, sem demérito nenhum, é possível encontrar, de modo geral, pessoas com a cabeça um pouco maior. Houve até um Governador chamado Parsifal Barroso – não sei se V. Ex^a o conheceu, Sr. Presidente; não sei se o Senador Flexa Ribeiro o conheceu –, que criou um instituto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço-lhe licença, para prorrogar a sessão por mais meia hora, para atender ao pronunciamento de V. Ex^a, algo que é regimental.

Parsifal Barroso começou sua política em Sobral.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sobral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Chico do Monte era sogro dele. Depois ele foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador e Ministro do Trabalho. Em seu livro, ele diz que três famas o político não deve ter: fama de rico, fama de conquistador e fama de valente.

Continue o seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Tudo isso

ele era. Conheci Parsifal Barroso nos velhos tempos, muito jovem ainda, e sei que ele chegou a criar um instituto especializado em estudar por que o cearense nascia com a cabeça um pouco grande. Sabia disso V. Ex^a? Esse instituto existe até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a leu José de Alencar?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Li.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Seu romance mais bonito é *Iracema*.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Iracema, “a virgem dos lábios de mel”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ele retrata isto: Iracema desaparecia no final da tarde e à noite. Ela ia além da serra, para namorar um homem do Piauí.

Nós somos descendentes dos tremembés, índios louros que habitavam o Delta.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Está vendo? Como o Brasil é bonito! E como a raça brasileira tem diversidade e também é bonita!

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Senador Marcelo Crivella, aquele que manda um aparte cheio de luminosidade, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado. Senador Paulo Duque, em nome do Estado do Rio de Janeiro, quero expressar e extravasar a satisfação que tenho de vê-lo ocupar a tribuna do Senado Federal. Esta Casa tem pessoas que vieram do mundo empresarial, que foram empresários de grande sucesso; outros foram Vereadores, Deputados, Governadores, Prefeitos. Talvez eu seja aquele que aqui chegou com menos méritos. Sou apenas um caminhante. Sou um templário que chega à porta de uma sinagoga. Se há um carioca e um fluminense que merecia estar ocupando esta tribuna, esse é V. Ex^a. V. Ex^a teve oito mandatos como Deputado Estadual, com a prática ilesa da democracia. Não há ninguém no Rio de Janeiro que levante a voz, para falar do líder político, do servidor do povo, do amigo de todos, cuja vida foi tecida no trabalho, na educação e na inflexível determinação de preservar os valores

perenes da Pátria. Falo isso aqui de peito cheio. Eu era Diretor de Obras da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, quando V. Ex^a esteve lá, visitando-me, orientando-me e ajudando-me, porque fui vítima de algumas armadilhas por parte de adversários. Aparteá-lo é apenas elogiá-lo. V. Ex^a foi consagrado para entrar nesta Casa. Muitos lutam pelo voto. V. Ex^a tem o voto de Deus. Foi Ele que lhe traçou os caminhos e o trouxe para cá, seu lugar. O povo, às vezes, soberanamente agindo, comete acertos e erros. O povo, reunido, uma vez gritou: crucifica, crucifica! E até hoje se arrepende do veredicto, no dia em que Afonso Arinos disse: o grande supremo mal se encontrou com o grande supremo bem. De tal maneira que a sua figura ilumina, pode ter certeza do que digo, os destinos deste País. V. Ex^a tem uma biografia digna e honrada, sendo para os mais jovens um exemplo. No Rio de Janeiro, um líder invulgar. E, quando o ouvimos falar, são coisas que nascem do coração; na alma, a vivência de quem viu tudo, de quem soube traçar seu caminho, distante das coisas erradas, das armadilhas, das paixões, dos ódios. Se, na vida pública, os agravos lhe foram arrogados, seu mandato de Senador é seguramente a redenção consagradora de tudo isso. Queria ter estado aqui ontem, para ouvir V. Ex^a falar de Juscelino, porque essa figura consular foi atacada. Não houve expedientes, dos mais torpes e aos mais vis, que não fossem usados por seus adversários. Mar de lama! Depois, V. Ex^a, no Governo de Lacerda, padrinho de casamento de minha mãe, foi o relator da CPI que apurou o crime no rio da Guarda. No Governo de Lacerda, talvez se Afonso Arinos nessa ocasião fosse Deputado de Oposição, teria feito discurso na contramão. Mas os homens vão e vêm, teorias, doutrinas permanecem, isso que disse a V. Ex^a, os homens de bem, a linha do caráter. Quis Deus dar-me essa grande lição de encontrar nesta Casa o meu amigo Deputado Paulo Duque, o brasileiro, o carioca honrado. Como disse aqui, o que me entusiasma é ver que o bem vence – muitas vezes, para pessoas cuja modéstia vinca a índole e a vocação, como é o caso de V. Ex^a, que, no seu Partido, tem todos os méritos, mas não se arvora em ser candidato de si próprio. Mas quis o destino, a força soberana do destino, movida pelo sopro de Deus, não dos homens, trazê-lo para o lugar de coroamento de sua vida pública e política. E o Estado do Rio de Janeiro o homenageia: seus pronunciamentos são lúcidos. E saibam todos que nos ouvem agora que o Senado tem, nesse representante do Rio, um homem capaz, honrado, dos maiores do seu tempo, para nosso orgulho e para minha alegria pessoal. Muito obrigado, Senador, por este aparte.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Veja, Sr. Presidente Francisco de Assis. Há pouco, falei “Senador Francisco de Assis”: a taquígrafo levou até um susto. Francisco de Assis, quem é? Notei que ela ficou meio surpresa:

“Será que tem um novo Senador aí?” De repente, o plenário, que estava vazio, se enche em toda a sua plenitude. Tem os problemas do Pará. Antes, ouvimos sobre os problemas do Piauí. E, agora, vem uma voz suave, tranqüila, sábia – um engenheiro, com mais de quatro milhões de votos –, e enche o plenário, neste momento, com uma lição. É que estão tentando crucificar alguém numa das salas deste Senado, numa CPI louquíssima. Mas vem ele, com uma palavra serena, iluminar e traz uma dessas – o que vou dizer? – lembranças, como se fosse um presente de Natal para o orador que está na tribuna e que o conhece da Gávea, do serviço público e que jamais apresentou qualquer coisa aqui menos respeitosa. Jamais. Apresentou-se com uma votação excepcional. Enquanto eu tive um voto, ele teve mais de quatro milhões.

Olha só! E ainda tem a gentileza de dizer que foi o voto de Deus. Olha só!

Então, eu fiz bem. Esperei, pacientemente e com atenção, as palavras, as razões e os problemas do Pará por meio do nosso querido Senador Flexa Ribeiro. Como sempre, ouço V. Ex^a, com toda atenção, e, às vezes, por sorte, ouço o meu prezado amigo lá da Gávea, da Zona Sul, o engenheiro e grande líder e colonizador.

Saiba V. Ex^a, atentai bem – desculpe aproveitar a lição de V. Ex^a, atentai bem – que ele foi, durante quase dez anos, colonizador ainda no Continente Africano, tão pobre, tão miserável, tão assaltado por doenças. Não hesitou em ir para lá – deixou um pouco o Brasil e foi atender aquela população com tantos descendentes nossos que estavam lá há muito tempo, que vinham para cá para trabalhar. Até que um dia, a mão bondosa da Princesa Isabel – aprendemos isso –, em 13 de maio de 1888, quando a América espanhola ainda estava se dividindo toda... Nós mantivemos a raça mesma, a mesma religiosidade, a unidade nacional, de 8,5 milhões km². Só mesmo a raça que se forjou. Se vamos ao Sul, é um tipo de pessoa, mas sempre guerreira, sempre patriota. Se vamos à Bahia, é um tipo mais descansado, mais tranqüilo, tão tranqüilo quanto as músicas do Dorival Caymmi, não é? Conforme disse, no Norte, no Nordeste, o pessoal que agüenta aquela aridez. No Pará, um tipo diferente, alegre, que gosta de piada, gosta de rir, gosta de alegrar, gosta de ser cordial. Vamos ao Amazonas, é um tipo diferente. Vejam, no Rio, é aquele carnaval que V. Ex^a conhece. O Rio, com as 800 favelas felizes, eu diria, porque se tem

de ser feliz para resistir àquilo, tem de ser feliz, tem de ser religioso, tem de acreditar em algo além das tempestades, das nuvens, das pedradas e das metralhas, como diz o verso do Cruz e Sousa, genial poeta negro, simbolista, dos maiores do mundo.

De maneira que quero saudar todo o Estado do Pará, todo o Estado do Piauí e o Rio de Janeiro, na pessoa deste carioca, carioca de olho azul, carioca de formação de Zona Sul e que teve a coragem de ir colonizar o restante dos países africanos, tendo ficado lá durante quase 10 anos. Foi uma tarde feliz. Sobretudo, felicito-me por ter podido ocupar a tribuna hoje, nesta calmaria, nesta aparente tranqüilidade. O Senado não é só o plenário, mas muitas repartições.

Despeço-me, Sr. Presidente, dizendo que Juscelino era quase santo. Tentaram tudo, em novembro de 1955, para não deixar que ele tomasse posse. No Hospital dos Servidores do Estado, onde V. Ex^a tanto trabalhou, estava internado o Presidente licenciado Café Filho, Vice-Presidente de Getúlio Vargas, que se havia suicidado. Estava ocupando a Presidência da República, no Palácio do Catete estava, Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, muito ligado à Oposição, antagetulista, muito ligado ao Exército, um pouco menos à Marinha e menos ainda à Aeronáutica. Não queriam deixar Juscelino tomar posse, essa que é a verdade – ele, com suas trinta metas e a sua meta síntese, que era a construção de Brasília. Não queriam.

Tudo já havia sido mais ou menos acertado. E a coincidência ou inabilidade faz com que ele deixe o Ministro Henrique Lott esperando durante mais de uma hora, uma hora e meia, para um despacho que tinha sido marcado por ele.

Parece que estou misturando as coisas, mas não estou.

Se o Governador do Pará estivesse aqui, Barata, do tempo de Getúlio... Mas está V. Ex^a que o substitui à altura, Senador Flexa Ribeiro. E tudo estava mais ou menos acertado, e Lott é demitido na hora. Ele diz: “Não posso ficar desautorizado.” O Coronel Jurandir de Bizarria Mamede cometeu um ato de indisciplina publicamente. “Não posso ficar desautorizado, apresento minha demissão.” Foi aceita na hora. E na sala ao lado já estava até um general prontinho para substituí-lo, mas era um General da reserva: Fiúza de Castro. Ele, então, entrou; cumprimentaram-se formal e educadamente: ele e seu substituto legal. “Pois não, quando é que quer tomar posse?” Aí o erro político fundamental. “Amanhã. Eu tomo posse amanhã às 3 horas”.

O Ministro da Guerra fez a continência de praxe, foi para casa, era vizinho do General Odílio Denys. Aliás, Sr. Presidente, Senador Francisco de Assis, o

filho do Odílio Denys é atualmente o Diretor-Geral da Santa Casa de Misericórdia, homem da maior respeitabilidade; Santa Casa que esteve nos jornais, ontem e anteontem, no Rio de Janeiro. Vou terminar essa história que é interessante, historicamente interessante.

Marcaram a posse para o dia seguinte. De noite, o Denys, que era vizinho do General Lott no Maracanã, já tinha começado a convocar todas as tropas e esquadrões, o Exército, o Brasil inteiro, e, no dia seguinte, pela madrugada, o grupo que estava no poder, tendo Carlos Luz à frente. Nada de pessoal contra. Nada de pessoal contra. Ele e o Ministério dele embarcaram no Cruzador Tamandaré, que já estava ancorado, aguardando os acontecimentos, comandado pelo Almirante Sylvio Heck; lá também se encontrava o Chefe da Esquadra Armada, o Almirante Pena Boto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ele serviu na minha cidade de Parnaíba como Capitão dos Portos. E fez curso de balística em Paris.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De qual-

quer maneira, a Marinha sempre competente.

Enfim, todo o grupo que queria dar o golpe embarcou no navio e foram para São Paulo, esperando a adesão de Jânio Quadros, que era Governador daquele Estado. Mas o Jânio queria saber disso? Queria, sim, terminar o seu governo e ser candidato à Presidente da República. Mas, na saída do Tamandaré – aí está o grande ato; e, por isso, sou fã incondicional desse navio –, que tinha um poderio de fogo enorme – 18 canhões de 130 milímetros, não sei quantas metralhadoras –, os fortes da Baía da Guanabara começaram a alvejar, tentar atingir o Tamandaré, que singrava impávido pela Baía. Bastava que o Tamandaré desvisasse um pouco um daqueles canhões poderosos – talvez uns 20 ou 30 graus – para destruir o Forte de Copacabana, que era o mais hostil. Mas a Marinha não desviou, não apontou nenhum dos canhões, depois de baleado por 12 vezes. Uma bala daquela poderia ter explodido tudo, mas não o fez. Ele continuou impávido, impávido, impávido, saindo pela Baía da Guanabara, saindo pela Barra afora e indo para São Paulo. O Brigadeiro Eduardo Gomes já se encontrava lá com os seus aviões. Mas o Tamandaré teve que voltar porque não havia condições de combate. Voltaram. Aí é que entra o valor da classe política. Ancoraram o navio Tamandaré. Um Deputado Federal chamado Ovídio de Abreu, de Minas Gerais, dirigiu-se ao Tamandaré com carta-branca para negociar o desembarque dos que estavam abrigados ali – sem pena de prisão na hora, sem nada. E o acordo para que o Presidente deposto, Deputado Carlos Luz,

que não tinha perdido o mandato, ainda era Deputado, viesse à Câmara dos Deputados, ao Palácio Tiradentes, e fizesse um discurso de despedida da classe política e do povo brasileiro. A classe política sóbria conseguiu fazer isso. Depois dos canhões, depois das fortalezas, depois das viagens, depois das fugas, depois das deposições, estava lá, no Palácio Laranjeira. Quer dizer, o povo brasileiro é isto: não importa que tenham dois, três ou quatro Senadores, porque cada cadeira dessas representa Estados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E nessa dificuldade assumiu o Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos, que, em 60 dias, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Exata-mente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tão séria era a posição que o Benedito Valadares foi ao Juscelino e pediu que desistisse. Saíu dizendo que Juscelino queria se fazer de Tiradentes com o pescoço alheio. Mas Juscelino enfrentou e fez esta beleza toda.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E se es-tamos aqui, hoje, é graças também ao Tamandaré, graças àquelas antigas gerações, que garantiram a posse de Juscelino. Por isso é que eu acho que cada momento atual tem muito a ver com o passado. Estou sempre falando no passado, que nos traz muitas lições no presente.

Lamento cansar, talvez, os Senadores com esta minha longa exposição – é a primeira longa exposição que faço nesta Casa –, mas é que não acredito que estejamos em crise nenhuma; não vejo nenhum tipo de crise no Senado hoje. E porque repudio essa idéia, penso que podemos traçar rumos impávidos, tal como fez o Tamandaré.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos este pronunciamento de grande valor na História do Brasil.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.411/07/SGM-P

Brasília, 15 de agosto de 2007

Assunto: Envio de PEC para promulgação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000, que “Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12

da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro", aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. – Deputado **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência convocará, oportunamente, sessão solene do Congresso Nacional, a fim de promulgar a Emenda Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007** (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica aos Nobres Congressistas que a homenagem à Rede Amazônica de Televisão pelos 35 anos de atuação na Região Amazônica, prevista para o Período do Expediente da sessão do dia 4 de setembro próximo, está transformada em sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se às dez horas do mesmo dia 4 de setembro, no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência recebeu o Ofício nº S/46, de 2007 (nº 1.032/2007, na origem), do Banco do Brasil, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 998, DE 2007

Em aditamento ao Requerimento nº 989, de 2007, requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial

no Plenário do Senado Federal, às 14 horas, do dia 11-9-2007, destinada a homenagear o Círio De Nazaré, denominado "Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira" pelo transcurso do seu 214º aniversário.

Justificação

Realizado em Belém do Pará há mais de dois séculos e considerado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, o Círio de Nazaré é uma das maiores e mais belas procissões católicas do Brasil e do mundo. Reúne, anualmente, cerca de dois milhões de romeiros numa caminhada de fé pelas ruas da capital do Estado, num espetáculo grandioso em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão do dia 4, terça-feira próxima.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 44, DE 2007

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal*)

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003*)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7

de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

Itens sobrestandos

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007
*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
 Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Ple-

nário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859,*

de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc:** Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora **ad hoc:** Senadora Maria do Carmo Alves.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº

1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº

2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Interamericana*

sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os Requerimentos de nºs 982, 984, 987 e 988, de 2007, lidos em sessão anterior.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As licenças solicitadas são aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foram lidos anteriormente os Requerimentos nºs 989 e 998, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro e de outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do próximo dia 11 de setembro seja destinado a homenagear o Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso do seu 214º aniversário.

Em votação os requerimentos.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Francisco de Assis, agradeço a V. Exª por ter colocado em votação o requerimento de nossa autoria e agradeço aos meus Pares pela sua aprovação.

No próximo dia 11 de setembro, se Deus quiser, durante a Hora do Expediente, vamos fazer uma homenagem ao Círio de Nazaré, considerado patrimônio imaterial da cultura brasileira, no ano em que se comemora o ducentésimo décimo quarto Círio, ou seja, há 214 anos acontece, ininterruptamente, essa demonstração de fé do povo paraense à Virgem de Nazaré.

Senador Paulo Duque, que nos abrilhantou com seu pronunciamento, enriquecendo-nos com seus conhecimentos e narrando fatos importantes da história recente do Brasil que nos permitem viver agora a plena democracia, a Bancada Federal do Pará – Senadores e Deputados – fará, no Salão Branco do Congresso Nacional, uma exposição sobre o Círio de Nazaré. Traremos a berlinda, a Santa peregrina, a corda, os mantos da Santa usados em vários Círios, os ex-votos de cera, enfim, elementos para demonstrar um mini-Círio, com três mil peças de Meriti, para mostrar ao povo de Brasília e aos visitantes de outros Estados que venham ao Congresso o que sempre acontece nos segundos domingos de outubro, na capital do Estado do Pará, a nossa querida Belém.

Vamos ter aqui também as iguarias, Senador Paulo Duque, do nosso Pará, para que nossos Senadores

e Deputados que ainda não as conhecem possam saboreá-las. Com certeza absoluta, em breve, todos irão ao Pará, porque serão atraídos pelo calor humano dos paraenses, pelas belezas naturais do nosso Estado e pela nossa gastronomia.

Agradeço ao Senador Mão Santa, que preside a sessão, pela aprovação do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nesta semana, na qualidade de Senador pelo Piauí, comparecemos a um jantar do PMDB, com os nossos Ministros Temporão, Geddel e Reinhold Stephanies.

O Ministro Temporão mostrou compreender, Senador Paulo Duque, as críticas que temos feito à área de saúde. Isso foi fundamental para S. Ex^a sensibilizar o Presidente da República sobre a necessidade de mais recursos. Daí a liberação de R\$2 bilhões. O Ministro Temporão garantiu recursos para o Hospital Getúlio Vargas, em duas parcelas, em torno de R\$2,5 milhões cada uma. Garantiu também recursos este ano para o Pronto-Socorro Municipal de Teresina, iniciado em 1989 na gestão de Heráclito Fortes e concluído pelo extraordinário Firmino Filho.

O Ministro Geddel, do PMDB, garantiu-nos recursos para a seca que atinge o Piauí, principalmente a região do semi-árido. Entregamos a S. Ex^a um discurso do extraordinário Deputado Roncalli Paulo, do Piauí, contando o drama por que passa o povo do Piauí com a seca. O Piauí tem 40% de sua área territorial, dos seus 250 mil km², no semi-árido.

Senador Paulo Duque, V. Ex^a nos lembrou Dom Pedro II. Também rememoro que, no passado, diante da seca, Dom Pedro II disse que venderia o último brilhante da coroa para minimizar o drama da seca no Nordeste. O próprio Presidente Médici, um revolucionário, no milagre brasileiro, disse: "O Governo vai bem; o povo vai mal, ainda sofre". O Ministro Geddel ficou de minimizar os sofrimentos do povo do Piauí.

O Ministro Reinhold Stephanies também garantiu viabilizar recursos para as campanhas de vacinação e valorização do nosso gado e liberar recursos para a fábrica de leite em pó. Então, essas são as ações.

Este Senado da República encerra esta sessão de hoje, 30 de agosto, quinta-feira, e convoca para amanhã, às nove horas, sessão plenária em que falarão Senadores da República, porta-vozes do povo e cujas principais funções são: primeira, elaborar leis boas e justas; segunda, fiscalizar e controlar os outros Poderes; e a terceira, assim definida por Teotônio Vilela, aquele que se imolou e, com câncer e quase moribundo, fez renascer a democracia: "aqui é o lugar de resistir falando e falar resistindo". Então, cumpriremos essa missão do Senado.

O Senado da República não vai faltar ao Brasil, como nunca o fez nos seus 183 anos, tão bem rememorados pelo nosso Senador Paulo Duque. Num momento de grandes dificuldades, este Senado possibilitou a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando seu Presidente, Nereu Ramos, assumiu a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Sr^a Senadora Fátima Cleide e os Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, Belo Horizonte prepara-se para ser palco do maior encontro da diversidade cultural no Brasil: a TEIA 2007 – *Tudo de Todos*, que será realizada entre os dias 7 e 11 de novembro. O lançamento oficial desta democrática iniciativa, Senhoras e Senhores Senadores, acontece neste 28 de agosto, no Foyer do Grande Teatro, Palácio das Artes, na capital mineira.

É uma pena, realmente uma pena, que outros compromissos tenham impedido minha presença neste lançamento. Agradeço convite do ministro Gilberto Gil para esta solenidade, que se configura, é muito bom registrar, na congregação dos diversos saberes e fazeres do povo brasileiro, espalhados por nosso vasto território.

Ali estiveram presentes cerca de 70 representantes de Pontos de Cultura do Brasil escolhidos em plenárias estaduais, para ajudar a definir a pauta da TEIA, passo importante para o processo de empoderamento, um dos princípios básicos da construção do Programa Cultura Viva, a que estão vinculados 679 Pontos de Cultura no Brasil.

O que vem a ser a TEIA?

A TEIA é o maior encontro da diversidade cultural no Brasil. É o grande encontro dos Pontos de Cultura, do Programa Cultura Viva, e traduz a vontade firme do Ministério da Cultura de consolidar uma estrutura pública de cultura alicerçada no protagonismo da sociedade civil e atuação da iniciativa privada, com o objetivo de permitir geração de renda e desenvolvimento da cidadania.

A TEIA é uma iniciativa democrática que permite a participação dos saberes e fazeres de cultura e educação populares com o fim de formatar uma verdadeira política pública para o setor. Um formato iniciado de forma organizada e sistemática, mediante o envolvimento dos Pontos de Cultura nas discussões para implementação das idéias, sua participação em seminários, mostras, exposições.

Neste lançamento, agora, foi apresentado o Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae na Cultura e Entretenimento. O documento norteará projetos e ações realizados em todo o país e pretende estimular negócios de micro e pequenas empresas que atuam no setor cultural.

Em novembro, a TEIA 2007 reunirá os 679 Pontos de Cultura, sendo esperados cerca de 50 mil visitantes. O tema central é a relação entre Cultura e Educação, com o lema Tudo de Todos. Esta edição representará os esforços do Ministério da Cultura para reproduzir, em todo o País, uma política cultural com participação popular.

O Ponto de Cultura articula todas as demais ações do Programa Cultura Viva. Iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o Ministério da Cultura (MinC), por meio de seleção por editais públicos, tornam-se Ponto de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades.

Não há um modelo único, nem uma só programação ou tipo de instalação física. A transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade é o aspecto comum. Para se tornar um Ponto de Cultura é preciso participar da seleção por meio de edital público.

O Ponto de Cultura, após firmar convênio com o MINC, recebe a quantia de R\$185 mil (cento e oitenta e cinco mil reais), divididos em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$20 mil (vinte mil reais), é utilizado para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para o Ponto de Cultura.

Agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes é papel do Ministério da Cultura. Além disso, ele também oferece equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades.

Este registro sobre os Pontos de Cultura, Senhoras e Senhores, tem o propósito de demonstrar o quanto o nosso bravo ministro Gilberto Gil e sua equipe tem se esforçado para estimular o fazer cultural dos diversos saberes, o quanto tem se esforçado para estimular a juventude a protagonizar idéias e projetos, contribuindo para sua auto-estima e para a construção de uma identidade cultural brasileira.

Meu grande abraço ao ministro Gilberto Gil, a sua equipe, e a todos que estão articulados e firmemente decididos a concretizar uma política cultural democrática, com participação de anônimos cidadãos, que através de sua arte e saber, variada e extensa, expressa alegrias e contradições de nossa fantástica sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar a matéria “Mundo Verde”, escrita pela repórter Karla Monteiro e veiculada na revista **O Globo**, em 26-8-2007, que trata de uma experiência inédita no Brasil: a missão zero de lixo.

A experiência é resultado de mais de dez anos de pesquisas do arquiteto Marcelo Bueno em países como Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos, já tendo inclusive representado o Brasil na Ecovila Network of América – ENA.

O arquiteto fundou o Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica – Ipema, que tem como pilares o uso de energia renovável, emissão zero de lixo e construções dentro da filosofia da permacultura (que só utiliza recursos disponíveis no local). “Tentamos também produzir comida. A proposta é criar um modelo de assentamento sustentável. Acredito muito no exemplo”, afirma Bueno.

O projeto já está em prática com sucesso em Ubatuba – SP, na casa do próprio arquiteto, chamada de “casa verde”, onde é feita também a captação de água pluvial e a reciclagem e reaproveitamento de toda a água consumida por Marcela e sua família (inclusive a água utilizada no vaso sanitário).

A experiência de emissão de lixo zero está sendo testada em larga escala por 14 moradores da Ecovila Corcovado, sede do Ipema, em uma área de 600 metros quadrados de Mata Atlântica.

Assim, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, requeiro que a referida matéria seja incluída nos Anais desta Casa, como parte do meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Visitamos Marcelo Bueno, sua família e os voluntários da Ecovila Corcovado, em Ubatuba. Juntos, eles protagonizam uma experiência inédita no Brasil: a emissão zero de lixo

Por Karla Monteiro
Fotos de Manizilda Cruppe

Mundo verde

Você acha possível viver sem produzir lixo algum? Pois existe um homem que vive assim. Ou melhor, existe uma família que vive assim. Marcelo Bueno tem 44 anos, é arquiteto e nasceu em Ribeirão Preto (SP). Sua mulher, Cristiana Silva Reis, de 32 anos, foi criada na Vila Madalena, bairro descolado de São Paulo, e cursou engenharia florestal. A filha do casal chama-se Jasmim e acabou de completar seis meses de vida. Juntos, eles habitam a casa mais verde do Brasil. A construção, projetada com materiais de demolição e recursos locais, esconde-se no meio de uma mata, cravada bem no alto do morro, com uma bela vista para a Praia da Fortaleza, em Ubatuba. Nesse recanto de paz absoluta, a ecofamília faz uma experiência inédita no Brasil: o projeto emissão zero de lixo.

Ali, tudo é reciclado ou reaproveitado, até mesmo água e fezes. Marcelo especializou-se na construção de filtros de tratamento. Então, toda a água consumida pela família — inclusive a chamada água cinza, do vaso sanitário — é reciclada e reutilizada. Um sistema de captação de chuva completa a demanda. As fezes vão para um depósito que o arquiteto apelidou — por razões óbvias — de “compostagem”. Os resíduos ficam estocados por um ano, tempo suficiente para a natureza transformá-los em adubo do bom. O lixo sólido passa por uma cuidadosa triagem. A parte orgânica vira mais adubo. E plásticos, vidros e papéis são armazenados em caixas e entregues a empresas de reciclagem. Para Marcelo e Cristiana, chamar qualquer coisa — orgânica ou inorgânica — de lixo é mero ponto de vista. Eles não produzem nem um

grama há sete anos.

— Uma mala com US\$ 1 milhão numa ilha deserta é lixo. Só vai servir para fogueira — brinca Marcelo. — Se eu produzo o lixo, sou responsável por ele. As pessoas não gostam dos resíduos. Dão descarga com água potável para se verem livres o mais rápido possível. Mas existem soluções tecnológicas para absolutamente tudo. Os americanos e europeus já ganham muito dinheiro com o que convenção-chamam de lixo.

À primeira vista, a vida na casa verde não parece tão complicada quanto se possa imaginar. Tudo funciona sem renúncia às coisas boas do dito progresso. Lá tem televisão, DVD, geladeira, internet, máquina de lavar roupa, água quente no chuveiro. Mas a energia e o aquecimento são solares. Na cozinha, há sabão para lavar a louça e, no banheiro, xam-

pus, hidratantes e afins. Só que a água contaminada por tudo isso não vai parar na natureza, mas em reservatórios de tratamento. Segundo Marcelo, um sistema de coleta de chuva, aliado a um sistema de reciclagem, não custa mais do que R\$ 1,2 mil. Ele conta que a empresa de saneamento Sabesp testou a reciclagem caseira em um assentamento de 500 sem-teto em Ubatuba e constatou que a qualidade da água era melhor do que a tratada pela própria companhia. Os tais filtros, feitos de areia, pedra, carvão, terra e plantas apropriadas, eliminam mais de 90% das impurezas. Nem mesmo a tal “compostagem” parece um problema. O reservatório fica distante da casa, e não emite nenhum sinal de vida. O restante do processo para cumprir a meta de emissão zero de lixo é resolvido com criatividade — e até diversão, acreditem. ▶

► Cristiana conta com a ajuda de Aparecida Costa Silva para cuidar das tarefas domésticas. Baiana radicada em Ubatuba há duas décadas, Cida já abraçou a causa e diz que hoje fatura cerca de R\$ 50 por mês com o próprio lixo. A dupla está produzindo até absorventes como aqueles usados pelas nossas avós, de toalhinhas. Elas criaram um modelo de pano que imita o descartável, com direito a abas que se prendem à calcinha com botões. Cristiana já havia testado o modelo europeu Moon Cup, um tubinho plástico semelhante a um OB, que tem que ser retirado e esvaziado a cada hora e meia. A casa verde sobrevive de testes.

— Recentemente enfrentamos um desafio. A Jasmim usou fraldas de pano até dois meses, mas começaram a aparecer assaduras e passei a comprar fraldas descartáveis. O que fazer com elas depois de usadas? Eu e a Cida passamos a separar o plástico do algodão. Aí lavamos o plástico para mandar para a reciclagem e depositamos o algodão na “compostagem” — conta Cristiana, que antes de se fixar em Ubatuba trabalhou por dois anos na floresta Amazônica com a Agenda 21. — Outro desafio é fazer compras. Se um biscoito vem cheio de embalagens, não compro. Procuro produtos de limpeza e de beleza ecológicamente corretos, pois o consumo consciente é uma etapa importante do processo. Eu já absorvi essa forma de viver. Hoje não consigo jogar nada fora.

A história da casa verde começou com experiências um tanto malucas de Marcelo. Entre 2000 e 2005, quando se casou com Cristiana, o arquiteto acumulou todo o seu lixo inorgânico. A idéia era calcular o volume e encontrar formas de reduzir o consumo. O resultado? Cem quilos. Ao mesmo tempo, ele cuidava da instalação de sistemas solares e de reciclagem de toda a sorte na sua casa. Marcelo acabou criando um instituto, o Ipema (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica), inicialmente virtual. Com a demanda, o Ipema ganhou sede, a Ecovila Corcovado, situada no bairro de mesmo nome, no sertão de Ubatuba, a dez quilômetros da casa de Marcelo. Atualmente, 14 pessoas vivem nos 600 metros quadrados de Mata Atlântica, testando em larga escala o projeto emissão zero de lixo (*leia mais nas próximas páginas*).

— Criei o Ipema porque queria passar o conhecimento de alguma forma. Usava a internet para me comunicar e também aprender. Só que aí muitas pessoas começaram a me procurar. Voluntários vinham se hospedar comigo para trabalhar no projeto. A minha vida virou uma bagunça — lembra. — Em 2001, conseguimos um parque abandonado da prefeitura para promover cursos, palestras etc. Um ano depois, compramos o terreno para iniciar a experiência da ecovila. Os pilares são uso de energia renovável, emissão zero de lixo e construções dentro da filosofia da

permacultura (*que só utiliza recursos disponíveis no local*). Tentamos também produzir comida. A proposta é criar um modelo de assentamento sustentável. Acredito muito no exemplo.

Tudo começou com uma viagem de bicicleta por Ásia e Oceania. Corria o ano de 1996. O arquiteto havia se instalado em Ubatuba, depois de uma curta carreira como produtor de cinema em São Paulo. E estava trabalhando com projetos de construção de casas com postes jogados fora pela Eletropaulo. A invenção fez sucesso, por ser extremamente barata e de boa qualidade. Marcelo rasrou as economias e partiu para a Nova Zelândia a fim de

ia a tecnologia
ões ecológicas
á, e também na
Indonésia e no
parando, de bi-
odos os locais
u pelo caminho
das estavam tes-
de materiais al-
essa época, ou-
neira vez a pa-
ultura. Era a por-
rava.

resssei especial-
sistemas de re-
volta ao Brasil,
cheguei a uma
hamada Masha
trabalhava com
ira na Bahia —

diz. — Passei dez dias com ela fazendo um intensivo. Depois fui para a Amazônia reproduzir o curso dela em uma escola federal que trabalha com populações ribeirinhas.

Marcelo não se deu por satisfeito. Em 1999, partiu para uma nova viagem — desta vez com apenas US\$ 100 no bolso. Aterrissou em um Centro de Treinamento em Ecovilas, no Tennessee, Estados Unidos. Trocando trabalho por comida e cama, ficou lá por três meses. Em seguida, pegou uma carona até o Novo México, onde estava acontecendo um encontro de especialistas em permacultura. O ingresso custava US\$ 500. Marcelo convenceu a organização a deixá-lo a entrar de graça.

— Quando returnei ao Brasil, voltei a dar cursos com a Marsha. E em seguida fui chamado para representar o país no ENA (Ecovila Network of America). Desta vez, viajei com menos dinheiro ainda: US\$ 10. Eles me buscaram no aeroporto e me devolveram. Tudo aconteceu em pouco mais de três anos. Eu saí de casa, dessa casa aqui, que eu construí antes de viajar, no final de 96. E voltei em 2000 — conta. — Hayia descoberto várias coisas, mas não sabia o que fazer com elas. Um dia eu desisti de mudar o mundo e resolvi mudar só a minha casa. Por cinco anos acumulei lixo, plantei árvores frutíferas na mata, fiz experiências diversas. Por exemplo: cortava o abastecimento de água de chuva e vivia temporadas só de água reciclada. Queria testar todos os limites.

Talvez por isso a casa verde funcione tão bem. É fruto de uma pesquisa, digamos, científica. Marcelo trabalhou com amostragens e cálculos precisos, além de criatividade. O primeiro aquecedor dele, por exemplo, foi feito com três pneus, uma mangueira preta e pára-brisas de carros. A engenhoca foi para o telhado e o sol fazia o trabalho. Quando o arquiteto se casou, Cristiana mudou um pouco as regras. Os dois já namoravam havia 13 anos, apesar das viagens de ambos. Foi ela quem resolveu dar um fim no acúmulo de lixo e mandar a montanha de plástico, papel e vidro acumulada em cinco anos para uma empresa de reciclagem. Agora, a mulher da casa vive um outro drama: quer podar as árvores que circundam a construção, enquanto Marcelo pretende experimentar camuflar o ninho na natureza, para evitar a ação de predadores.

— Viver assim tem seus dramas. Quando a Jasmim estava com três semanas, acordei com um barulho no quarto. Era uma cobra canistana de pelo menos 1m50cm e grossura de uma garrafa pet de 1,5 litro. Ela estava com a cabeça dentro do copo em que eu havia esvaziado o peto. Peguei a menina e saí gritando. Eu e o Marcelo vamos driblando os percalços, estudando soluções. Outro dia encontrei um destino para a montanha de lixo-dental usado: amarrei tomates e outras plantas do jardim — diz Cristiana, enquanto dá banho na filhota com água reciclada e aquecida pelo sol. No canto, um pote com centenas de hastes de cotonete. Qual será o destino?*

Uma vila ecológica

AEcovila Corcovado está instalada em um terreno com 600 metros quadrados de Mata Atlântica, no sertão de Ubatuba. Aterrissamos por lá no sábado, dia 19. Os vizinhos indicaram o caminho: "No final da rua, bem no alto do morro, à direita, depois da jaqueira." As luzes estão quase todas apagadas e somente Suyá Presta, de 29 anos, encontra-se em casa. Ele estudou agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e há um ano trabalha no projeto de agroflorestas do Ipema. Tomamos uma água, experimentamos o banheiro seco, em que é preciso jogar pó de serragem no vaso após o uso, chupamos laranja orgânica e seguimos para o nosso hotel. A turma havia saído para um evento de capoeira na cidade vizinha e só voltaria no dia seguinte.

Na manhã de domingo, regressamos para passar o dia na ecovila com os discípulos de Marcelo Bueno. A trupe cabeluda, visual paz e amor, estava quase toda reunida. Alguns são estagiários remunerados e outros, voluntários flutuantes. Rodrigo de Almeida Ikeda, de 26 anos, estudou filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina e cui-

da do projeto de bioconstruções. Seu trabalho é quase o de um mestre-de-obra, coordenando experiências: telhas feitas de tubos de pasta de dente e caixas tetrapak picadas e prensadas e tijolos de terra compactada, entre outras técnicas. A ecovila já conta com cozinha comunitária, dormitório, escritório e sala de aula. Duas outras casas estão em construção.

— Estava muito insatisfeito em Florianópolis. Já havia tentado várias formas de viver. Cheguei a passar um mês e meio dentro do apartamento com alimentação vegana (*sem qualquer derivado animal*). Nessa época, pesquisei lixo, comida, relações sociais nas cidades — conta Rodrigo, nascido em Registro, interior de São Paulo. — Em cinco meses aqui, aprendi toda a proposta da permacultura, que não deixa de lado o convívio social.

Outro personagem marcante do grupo é Rodrigo Luciano Maciel Corbellini, de 29 anos. *Dreadlocks* até a cintura, cultivados há dez anos, ele nasceu em Caxias do Sul, estudou biologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou dois anos na Amazônia trabalhando com índios do Vale do Rio Negro e hoje é um

dos coordenadores, junto com a mulher de Marcelo, Cristiana, do Projeto de Educação Agroflorestal para o Manejo Sustentável nas enormes se perdendo — comenta Luciano. — Trabalhamos desde o aspecto jurídico, flexibilizando as leis ambientais para que essas pessoas possam explorar as florestas, até o manejo consciente dos recursos. Por exemplo: não podemos cortar o palmito jussara, mas podemos produzir uma polpa mais rica do que o açaí do fruto da jussara.

Entre projetos ambientais, filtros de reciclagem, hortas orgânicas e cursos capitaneados por Marcelo e convidados, o grupo, composto por 14 jovens com idades entre 20 e 30 anos, toca violão, toma banhos de cachoeira, prepara pratos experimentais e inventa modas: pizza sem enlatados, purê de urtiga, linha de produção de papel orgânico, cestos de cipó. Na ecovila, a experiência é extrema: não há geladeira ou qualquer outro conforto urbano. Mas a meta é a mesma do mestre, que vive na praia da Fortaleza, do outro lado da estrada: a emissão zero de lixo.♦

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são muito intensas e numerosas as demandas endereçadas a todas as esferas de governo em um país que apresenta tantas carências quanto o nosso. As administrações estaduais, tanto quanto a federal e as municipais, são constantemente cobradas no sentido de oferecer serviços públicos de melhor qualidade, de promover políticas sociais que assegurem mais bem-estar à população e de realizar a manutenção, a recuperação e a ampliação da infra-estrutura, a fim de viabilizar o crescimento da economia.

Frente a tantas demandas, uma das preocupações centrais de qualquer governo consequente e responsável é garantir os meios para atendê-las o melhor possível, mediante a arrecadação justa e suficiente de tributos e a boa qualidade e controle dos gastos, assegurando, ainda, a transparência que a sociedade exige.

É dessa perspectiva que deve ser visto o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafé), implantado pelo Governo Federal em 1997, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Objetivando fortalecer e tornar mais eficiente a administração fiscal dos Estados e do Distrito Federal, promovendo a modernização da gestão dos recursos públicos para torná-la mais racional, ágil e transparente, o Pnafé representou esforço sem paralelo de modernização das máquinas fazendárias, o que permitiu aos Estados, de um lado, arrecadar mais e melhor e, de outro, melhorar a qualidade e o controle dos gastos.

É ocioso lembrar que o desenvolvimento da capacidade fiscal do Estado traz benefícios significativos tanto para a Administração Pública como para os contribuintes. A par de viabilizar o aumento da arrecadação, a administração fiscal eficiente propicia ganhos de produtividade e redução dos custos do setor público. O atendimento mais ágil na área fiscal é um benefício acessório – mas nada desprezível – para o contribuinte.

Desde o início da execução do Pnafé, a arrecadação dos Estados brasileiros apresentou incrementos expressivos. Com isso, muitos governos estaduais voltaram a pagar em dia salários e dívidas, e reativaram investimentos em estradas, energia elétrica, saneamento, portos, escolas e hospitais.

O Programa foi implementado em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, com investimentos que superaram um bilhão de dólares. Desse montante, cerca de US\$440 milhões foram financiados pelo BID – que também transferiu conhecimento gerado por experiências realizadas em outros países –, e o restante foi executado com recursos próprios dos governos locais.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e srs. Senadores, a idéia básica em que se alicerçou o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros é muito simples e intuitiva. De fato, podemos dizer que o Banco Interamericano de Desenvolvimento partiu de uma lógica acaciana.

Como os orçamentos estaduais mostravam-se insuficientes para as necessidades de governo, redundando numa seqüência interminável de empréstimos internacionais, impagáveis no horizonte de médio prazo, o BID chegou à conclusão de que a solução era propiciar as condições para que os Estados pudessem chegar à eficiência na arrecadação de tributos e na execução de despesas. Assim, modernizadas as Secretarias de Fazenda, estaria garantida a sustentabilidade financeira para retomada do equilíbrio econômico e, a partir daí, do processo de crescimento.

A execução de vultosos investimentos em tecnologia da informação foi fundamental na execução do Pnafé. Isso porque, se essa tecnologia é indissociável de qualquer visão modernizadora, sua implantação era ainda mais indispensável no caso das Secretarias Estaduais de Fazenda, que, ao longo dos anos, haviam acumulado, com justiça, a pecha de uma das maiores “caixas pretas” e a burocracia mais ineficaz do Governo.

Antes dos investimentos maciços em tecnologia, foram elaborados os princípios básicos de uma boa gestão pública, principalmente na área fiscal. O primeiro princípio definido foi que os cidadãos precisam participar mais e melhor dos assuntos governamentais. Em outras palavras, é preciso haver transparência nos serviços e processos de trabalho das Secretarias Estaduais de Fazenda. Em segundo e fundamental lugar, o governo precisa fazer sua parte na redução do chamado “Custo Brasil”, que tem impedido uma competição mais igualitária dos produtos brasileiros no mercado externo e a redução dos preços internos.

A conjugação desses dois princípios foi determinante para que o ingrediente tecnologia da informação representasse um alicerce central na execução do Pnafé. Afinal, não existe meio mais democrático e transparente que a Internet para permitir ao cidadão a participação nas ações governamentais; e é impossível reduzir o chamado “Custo Brasil” sem abrir informações e serviços aos cidadãos e empresas, sem intermediários, acabando com a cultura da burocracia onerosa e ineficaz, mediante a criação de sistemas de informação voltados para a web.

Foi, portanto, com base no uso intensivo da tecnologia da informação que o Pnafé cumpriu sua missão de acabar com a “caixa preta” e desburocratizar as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Mas as ações modernizadoras realizadas pelas Secretarias Estaduais de Fazenda por meio do Pnafé não se resumiram à substituição de velhos processos de trabalho por novos, que necessariamente incluem muito uso de tecnologia da informação. Na verdade, essas ações foram um conjunto harmônico que abrangeu, além dos investimentos em tecnologia, agregação de conhecimento via consultorias, capacitação de funcionários e reformulação das condições de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, um dos relevantes avanços assegurados pelo Pnafé foi o desenvolvimento, por diversos Estados, de sistemas eletrônicos de compras. Com esses novos sistemas, os complexos processos de compra antes utilizados foram abandonados e toda negociação passou a ser feita pela Internet, com transparência e ganhos expressivos para os Estados que os adotaram.

Um bom exemplo é o do Estado de São Paulo, que reduziu em 55% os custos nos processos de compras diretas com dispensa de licitação. O gasto, que era de R\$1.237,00 em cada processo de compra, pelo Sistema Eletrônico de Compras caiu para R\$561,00. No caso da modalidade convite, o custo, que era de R\$5.437,00 antes do processo de compra eletrônica, foi reduzido em 73%, passando para R\$1.488,00. Em 2004, esse Estado economizou cerca de R\$191 milhões. Houve uma queda de R\$61,00 no custo de cada processo e de R\$130,00 no valor médio de compra.

Para as empresas fornecedoras do Estado de São Paulo, a implantação do sistema eletrônico de compras representou uma redução de 44% nos seus custos. Outros resultados demonstram o sucesso da implantação do processo eletrônico de compra: economicamente, obteve-se uma redução de 25% entre o valor fixado como referência para as aquisições e o efetivamente negociado. Além disso, devem ser mencionados o aumento da transparência, a maior rapidez na conclusão dos processos e o acréscimo do número de fornecedores participantes, resultando em incremento da competitividade.

Mas a medida mais objetiva dos benefícios trazidos pelo Pnafé à Administração Pública e à população destinatária dos serviços por ela prestados é o crescimento da arrecadação tributária dos Estados. Os valores de arrecadação do Icms e dos outros impostos estaduais mostram que houve uma elevação significativa de receita em relação ao aumento do PIB brasileiro. Entre 1999 e 2004, o ganho líquido das receitas do ICMS dos Estados, quando comparado com o PIB, foi da ordem de R\$15 bilhões, ao passo que o do Ipva, no mesmo período, superou os R\$290 milhões.

E é possível asseverar, sem sombra de dúvida, que essa elevação não foi provocada pelo acréscimo nominal da carga tributária. Ao contrário, a guerra fiscal e a Lei Kandir contribuíram para solapar a base tributável

do Icms. Portanto, os ganhos de receita em relação ao PIB devem ser creditados ao Pnafé. Considerando que o custo total do Programa para os Estados foi de cerca de R\$2 bilhões e R\$200 milhões, é forçoso concluir que o Pnafé representou um investimento de altíssimo retorno. Mais ainda tendo em conta que os incrementos de receita não são episódicos, mas resultantes de uma mudança de patamar de arrecadação.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, como se pode ver, foram extraordinários os avanços assegurados pelo Pnafé. No entanto, as sementes lançadas pelo Programa ainda estão dando novos frutos e, em alguns casos, apenas germinando. Muitos progressos estão a caminho.

Entre eles, podemos antever: a concretização do velho sonho da integração dos cadastros fiscais; a criação de uma única e suficiente declaração de dados que atenda o fisco das três esferas de governo; o fim da nota fiscal em papel, com o advento da troca eletrônica de dados entre contribuintes e Fiscos; a informação automática de compras e vendas de grandes itens patrimoniais.

Enfim, o Pnafé deitou raízes e criou as condições para o advento de uma infinidade de inovações, todas elas na mesma direção de aumentar a transparência, diminuir a burocracia, reduzir o “Custo Brasil”, simplificar a vida do contribuinte e a sua relação com o Fisco. Em síntese, o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros criou as bases para o surgimento de uma nova relação entre o cidadão e o Estado, baseada na participação consciente dos indivíduos no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal.

O Fisco vai deixando de ser visto como aquele vilão insaciável que sangra o contribuinte indefeso, para ser encarado como a organização que capta os recursos necessários para o financiamento das atividades do Estado. O contribuinte, por seu turno, deixa de ser percebido pelo Fisco como o sonegador que está sempre à espreita de uma oportunidade para fugir às suas obrigações tributárias, e assume o papel de principal fiscal do cumprimento dessas obrigações e da correta gestão dos recursos públicos.

É, de fato, uma nova relação, que pode ser mais bem definida por uma única palavra: cidadania.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão plenária para amanhã, sexta-feira, às nove horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 9 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
*SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS***

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 385, DE 2007**, QUE “ACRESCENTA PARÁGRAFO
ÚNICO AO ART. 1º DA LEI NO 11.368, DE 9 DE NOVEMBRO DE
2006, PARA ESTENDER AO TRABALHADOR RURAL ENQUADRADO
COMO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL O PRAZO PREVISTO NO ART.
143 DA LEI NO 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991”:

CONGRESSISTAS	EMENDA(N)ES
Deputados ADÃO PRETTO e outros.....	005.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	001.
Deputado DR UBIALI.....	003.
Deputados FERNANDO CORUJA e ARNALDO JARDIM.....	002; 007.
Deputado LUIZ CARLOS HAULY.....	004.
Deputado MARCELO CRIVELLA.....	006.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 07

MPV - 385**00001****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <u>29/08/2007</u>	proposição Medida Provisória nº 385/2007	nº do prontuário <u>337</u>
autor DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		
1. Supressiva	2. XXXX Substitutiva	3. Modificativa
Página 01/01	Artigo	Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAÇÃO
		4. Aditiva
		5. Substitutivo global
		Inciso
		alínea

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o texto do artigo 1.º, da Lei n.º 11.368, de 9 de novembro de 2006, constante da Medida Provisória em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. – Para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 1.º da Lei n.º 11.368, de 9 de novembro de 2006, para requisição do benefício de que trata o art. 143 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, fica prorrogado até 25 de julho de 2.010.”

JUSTIFICAÇÃO

A aposentadoria do trabalhador rural, sem recolhimento de suas contribuições, dava-se no âmbito Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, que tinha como objetivo promover ações assistenciais e previdenciárias aos trabalhadores do campo. A ele destinavam-se as contribuições dos produtores e das empresas ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL (art. 15, da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971), criado pela mesma lei com objetivo de servir de fonte de custeio. Essas contribuições, que não eram pagas pelos trabalhadores, foram suprimidas pela Lei 7.787, de 30 de junho de 1989. Importante mencionar que o trabalhador autônomo foi excluído da incidência do art. 143 da Lei 8.213, de 1991, desde a Lei 9.876, de 1999, que revogou o inciso IV do art. 11 e criou a figura do contribuinte individual. Quanto ao segurado especial, não haverá mudança, pois vale a atual regra contida no inciso I do art. 39 da Lei 8.213, de 1991, a qual permite a concessão de aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão ou pensão no valor de uma salário mínimo, desde que comprovado o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo número de meses correspondentes à carência do benefício requerido.

A extinção definitiva do benefício atingirá, pois, o trabalhador rural empregado e, pelas severas repercussões sociais que acarretam, tem sido objeto de preocupação dessa, conforme atesta a tramitação de inúmeros Projetos de Lei que buscam prorrogar o prazo de que tratamos aqui, é que apresentamos a presente emenda, que reflete uma preocupação de todos os meus ilustres pares, os quais esperamos contar com apoio.



ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Federal - São Paulo

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 385**

data
29/08/2007

Proposição
MP 385/2007

00002

Autores
FERNANDO CORUJA - PPS/SC E ARNALDO JARDIM - PPS/SP

nº do prontuário
478 | 339

1.() Supressiva 2.(X) substitutiva 3.() modificativa 4.()aditiva 5.()Substitutivo global

TEXTO / JUSTIFICATIVA**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art 1º Para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fica prorrogado por mais 4 anos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual, que presta serviço de natureza rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Com a edição da Medida Provisória nº 385/2007, o Governo Federal reconhece a incongruência advinda das mudanças introduzidas pela Lei nº 9.876/1999 e novamente admite a aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais eventuais na forma do disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/1991. Trata-se de atitude justa, mas que corre o risco de produzir poucos efeitos em razão do prazo exíguo para o requerimento da aposentadoria (25 de julho de 2008). Em face da natureza humilde destes trabalhadores e de sua dificuldade em acessar informações, corre-se o risco de que milhares de indivíduos cheguem à velhice sem condições mínimas de sobrevivência, razão pela qual apresentamos a presente emenda.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2007.

Dep. FERNANDO CORUJA

PPS/SC

Dep. ARNALDO JARDIM

PPS/SP

MPV - 385**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29.08.2007	proposição Medida Provisória nº 385/2007				
autor DEPUTADO - DR. UBALI		nº do prontuário			
1	<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO					

EMENDA ADITIVA

O art. 1º da Medida Provisória 385, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 2º, renumerando o atual parágrafo único, como parágrafo 1º.

“Art. 1º

§ 2º - Para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fica prorrogado até o exercício de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, diz que o trabalhador rural poderá requerer sua aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência da referida Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

A Lei 8213 entrou em vigor no ano de 1991, somando os 15 anos, que foi o tempo limite estipulado para o trabalhador requerer sua aposentadoria, este prazo terminaria em 2006. A Lei nº 11.369 de 2006, prorrogada por mais dois anos esta carência. Ora, se o trabalhador rural não conseguiu fazer sua contagem de tempo e requerer sua aposentadoria até 2006, gostaríamos de dilatar o prazo que é até 2008 para o ano de 2010, pois, só assim, o trabalhador terá mais flexibilidade para comprovar sua contagem de tempo e requerer sua aposentadoria.

PARLAMENTAR

MPV - 385**00004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2 DATA 29/08/2007	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 385, de 22 de agosto de 2007	5 N. PRONTUÁRIO 454
4 AUTORES Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		

6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 385/07:

Art. 1º Os trabalhadores que continuarem a trabalhar na mesma empresa, após a concessão de aposentadoria poderão sacar o saldo existente na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, bem como todos os depósitos mensais que forem realizados na sua conta vinculada, ainda que o vínculo tenha sido firmado com novo contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal assegurou que os aposentados recontratados pela mesma empresa possam sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS.

Entretanto, a interpretação que vem sendo dada a este dispositivo, pela Caixa Econômica Federal, estabelece que apenas terão direito ao saque do FGTS aqueles aposentados que permaneceram na mesma empresa sob o mesmo contrato de trabalho em vigor na momento da aposentadoria.

A presente Emenda visa a corrigir esta distorção permitindo aos aposentados que permanecerem na mesma empresa, ainda que com novo contrato de trabalho possam também sacar o FGTS e os depósitos mensais que forem realizados, por uma questão de isonomia.

Pelo alcance e importância da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação


ASSINATURA
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 385**00005****MEDIDA PROVISÓRIA N° 385, DE 2007.**

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

TEXTO DA EMENDA**ACRECENTE-SE O SEGUINTE ARTIGO À MP 385, DE 2007:**

“Art. Nas aquisições de produtos agropecuários realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, os preços pagos aos agricultores familiares, associações e cooperativas de agricultores familiares, serão livres dos custos referentes à incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e da contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social -INSS, cujo recolhimento será efetuado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab à conta do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA”

JUSTIFICATIVA

O decreto nº 79, 19/22/66 fixa as Normas para Fixação dos Preços Mínimos e a execução da aquisição de alimentos, e anualmente, o presidente da república divulga decretos estabelecendo os preços mínimos dos produtos da PGPM.

O decreto nº 5.869, de 3/08/06, em relação ao safra 2006/2007, e decreto nº 6.149 de 10/07/07, em relação à safra de inverno, fixam os preços a serem pagos pela CONAB.

Repetindo uma política que vem sendo reeditada ao longo dos anos desde 1966, estes decretos trazem como regra que “Os preços mínimos serão assegurados aos produtores e às cooperativas, livres dos custos referentes à incidência de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e da contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, cujo recolhimento será efetuado pela Companhia Nacional de Alimentos -CONAB à conta da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, observadas as normas operacionais divulgadas pela Conab.”

Desde 2003, a CONAB aplicava a mesma regra isentando os agricultores familiares do ICMS e INSS, que são beneficiados pelo PAA, e fazia o recolhimento via recursos do PAA. No entanto, agora em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social passou a vetar o uso dos recursos do PAA, sob a sua gestão, para o referido pagamento, o que implicará em uma redução de preços pagos aos agricultores familiares, podendo levar ao fim do Programa.

A permanecer tal situação, ter-se-á uma política de isenção e subsídios para a agricultura patronal, e uma política punitiva em um programa que justamente procura incentivar e apoiar a produção pelos agricultores familiares.

Nesse sentido, propomos a inclusão da presente emenda nesta Medida Provisória, de modo a resolver a situação criada em prejuízo para os agricultores familiares.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2007.

Deputado

ADAO PRETTO PT/RS

ANSELMO DE JESUS PT/RO

BETO FARO PT/PA

ASSIS MIGUEL DO COUTO PT/PR

JORNALISTAS
DOMINGOS DURÃES

MPV - 385**00006****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

proposição

Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007

autor

Senador MARCELO CRIVELLAnº do prontuário
162131

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à medida provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007:

Art. ... O parágrafo único do art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pela Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 106.
Parágrafo único.

VI – outros meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados nesta Lei, que sejam hábeis para provar o alegado exercício da atividade rural, ficando, em especial, no caso da prova testemunhal, condicionado à realização de diligência comprovatória pelo órgão competente. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo textualizar na Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973), no que diz respeito produção de provas, para possibilitar a utilização de quaisquer meios admitidos em direito para comprovar o exercício da atividade rural.

Convém salientar, que prever a possibilidade de manejo de quaisquer meios de prova não significa impor a sua aceitação, a qual deverá ser robusta e suficiente para promover o convencimento da autoridade administrativa responsável pelo deferimento do benefício.

Tal ilação é perfeitamente compatível com a norma que se pretende alterar, haja vista que ela expressamente remete-se ao Código de Processo Civil como legislação subsidiária (art. 130, da Lei nº. 8.213/91, com a redação que lhe deu a Lei nº. 9.528/1997).

A alteração proposta visa corrigir enorme injustiça praticada, principalmente, contra as mulheres trabalhadoras rurais. Não são raros os casos em que a trabalhadora rural encontra dificuldades para comprovar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua condição de segurada especial, definida no inciso VII, do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

O conceito legal de segurado especial abrange o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

Ocorre que esta comprovação do trabalho, em economia familiar, depende de prova essencialmente documental, conforme relação constante dos incisos I a V do parágrafo único do art. 1ºº, da Lei 8.213/91, a saber:

- contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- declaração do sindicato de trabalhadores rurais, desde que homologada pelo INSS;
- comprovante de cadastro do INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- bloco de notas do produtor rural.

Assim, a possibilidade do cônjuge, mulher ou companheira, comprovar a sua condição de segurada especial fica restringida pelo simples fato da maioria destes documentos serem emitidos em nome do marido ou do companheiro.

O Superior Tribunal de Justiça, em inúmeros casos, tem reconhecido o tempo de serviço, mas condicionado a indício de prova documental. A mesma



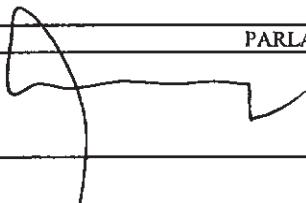
situação ocorre com os filhos do trabalhador rural, que exercem atividade econômica em regime familiar e têm dificuldade para comprovar o tempo de serviço rural. Essa jurisprudência, no entanto, já foi diametralmente oposta, quando assentava que “as atividades desenvolvidas em regime de economia familiar podem ser comprovadas através de documentos em nome do pai de família, que conta com a colaboração efetiva da esposa e filhos no trabalho rural.

Poder-se-ia acrescentar, não corrigindo o conceito, mas aditando-o, que o trabalho rural “em família” é indispensável à subsistência do próprio grupo, na medida em que é exercido em regime de mútua dependência e colaboração, sem a participação de empregados, o que elimina, de certa forma, a figura do “chefe” da família ou do “pai” da família, pois na roça, numa agricultura de sobrevivência, todos trabalham juntos, cada um fazendo a sua parte.

É por isso que propomos seja acrescentado ao parágrafo único do art. 106 da Lei 8.213/91, um novo inciso, fixando como alternativa de comprovação do exercício da atividade rural, a prova testemunhal, quando verificada a impossibilidade de apresentação de outros documentos previstos em lei.

Em face destes argumentos, apresentamos esta emenda como medida de inteira Justiça aos nossos irmãos trabalhadores rurais.

PARLAMENTAR



MPV - 385**00007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data
29/08/2007****Proposição
MP 385/2007****Autores
FERNANDO CORUJA – PPS/SC E ARNALDO JARDIM – PPS/SP****nº do prontuário
478 /339****1.() Supressiva 2.() substitutiva 3.() modificativa 4.(x)aditiva 5.()Substitutivo global****TEXTO / JUSTIFICATIVA****EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória em epígrafe, o seguinte artigo:

Art. O *caput* do Art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41-A. O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE , mais pelo menos cinqüenta por cento do aumento real concedido ao salário mínimo.

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de critérios diferenciados para o reajuste de aposentados e pensionistas vem gradativamente reduzindo o poder aquisitivo de todos aqueles que recebem benefícios superiores ao salário mínimo. Trata-se de evidente prática segregatória que atenta contra a isonomia que deveria nortear a condução de qualquer política salarial em nosso país. Esta emenda visa justamente repor as perdas acumuladas pelos aposentados e pensionistas ao longo dos últimos anos e assegurar um critério de reajuste mais justo.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2007.

Dep. FERNANDO CORUJA
PPS/SC

Dep. ARNALDO JARDIM
PPS/SP

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4558 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 15.955/90-7.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 37/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ABRAHÃO BARBOSA TELES**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos seguintes termos: onde se lê, para incluir os artigos 1º, 2º e 3º da Resolução (SF) nº 74/1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148/1994, leia-se para incluir os artigos 1º, 2º e 3º da Resolução (SF) nº 74/1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148/1994, a partir de 1º de julho de 1994.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4559 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 14.314/85-1.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 218/1985, que aposentou o ex-servidor **JOSÉ GREGÓRIO DA FONSECA**, Analista Legislativo, Nível S 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4560 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 7.541/07-4.

RESOLVE alterar o ADG nº 3426/2007, que aposentou voluntariamente com proventos integrais o servidor **JOSÉ RIBEIRO FILHO**, Técnico Legislativo, Padrão M-30, nos seguintes termos: onde se lê, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20, DE 1998, na forma assegurada pelo art. 3º deste último dispositivo legal, leia-se com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4561, de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 1.588/2007 – TCU – Segunda Câmara e nos Processos nº 019635/97-4 e nº 012496/07-3,

RESOLVE manter aposentada, voluntariamente, com proventos proporcionais, a partir 10/07/2007, a servidora ISABEL CRISTINA MENDES PERNA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4562, de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 1.588/2007 – TCU – Segunda Câmara e nos Processos nº 003626/98-9 e nº 012496/07-3,

RESOLVE manter aposentado, voluntariamente, com proventos proporcionais, a partir 10/07/2007, o servidor JOÃO PAIXÃO DE LIMA, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº4563 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 1.588/2007 – TCU – Segunda Câmara e nos Processos nº 019333/97-8 e nº 012496/07-3,

RESOLVE manter aposentado, voluntariamente, com proventos proporcionais, a partir 10/07/2007, o servidor ITALO BRASILION SILVEIRA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PARECER N° 29, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.”

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado João Magalhães

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 78, de 2007-CN (nº 387/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 12, de 2007-CN que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de

R\$261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.”

A Exposição de Motivos nº 114/2007/MP, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a solicitação de crédito suplementar visa garantir o pagamento de despesas com o salário-maternidade da área rural, uma vez que, devido à inexistência de parâmetros físicos e financeiros exatos referentes a tal público-alvo, a dotação prevista na Lei Orçamentária vigente não será suficiente para fazer frente aos gastos no corrente exercício.

Explicita, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO – 2007), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que a respectiva despesa foi considerada no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Segundo Bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme segue:

Item	Dotação Atual	Avaliação do 2º bimestre	Margem para crédito	Movimentação líquida do crédito
Benefícios da Previdência	182.393,8	183.376,0	982,2	261,9

Foi apresentada ao projeto de lei uma emenda, de nº1, de autoria do Deputado Silvio Lopes, que visa suplementar em R\$ 20 milhões as dotações da funcional-programática 11.334.1133.8275.0056 – Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Auto Gestão, no Município de Arraial do Cabo – RJ. A fonte proposta é o cancelamento de parte do valor que está sendo acrescido para o pagamento de despesas com o salário-maternidade da área rural.

É o relatório

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007– LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

No tocante da admissão de emendas a crédito adicional, o art. 109, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, determina que:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

A Emenda nº 1, apresenta uma suplementação de recursos para dotação na unidade orçamentária 36101 – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No entanto, o projeto de lei contempla recursos apenas na unidade orçamentária 33904 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Portanto, a citada emenda deve ser inadmitida, por ferir a Resolução nº 1/2006.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **João Magalhães**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 22 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado João Magalhães, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 12/2007-CN**. Ao Projeto foi apresentada 1 (uma) emenda, a qual foi declarada inadmitida.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Macha-

do; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Manoel Junior, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **João Magalhães**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 12/2007-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$261.932.386,00 (duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **João Magalhães**, Relator.

Quadro 1 - PLN 15/07 - Suplementação e Origens dos Recursos de Contrapartida

ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		Em R\$ 1,00
		CANCELAMENTO	EXCESSO ARRECADAÇÃO	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	12.469.634	10.971.188	-	
- Administração Direta	1.250.000	0	-	
- Defensoria Pública da União	2.300.000	3.550.000	-	
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUINAPOL	8.919.634	7.421.188	-	
MINISTÉRIO DA DEFESA	120.000	0	-	
- Fundação Osório	120.000	0	-	
EXCESSO ARRECADAÇÃO	-	-	1.618.446	
- Alienação de Bens Apreendidos	-	-	1.498.446	
- Recursos Próprios não Financeiros	-	-	120.000	
TOTAL GERAL	12.589.634	10.971.188	1.618.446	

A Exposição de Motivos nº119/2007-MP, de 11 de junho de 2007, que acompanha o projeto de lei, indica as seguintes destinações da suplementação, de acordo com as informações prestadas pelos Órgãos interessados:

Ministério da Justiça

O crédito viabilizará a inclusão da Defensoria Pública da União – DPU no Projeto Plataforma Nacional

PARECER N° 30, DE 2007

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO, sobre o Projeto de Lei nº 15/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$12.589.634,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **José Maranhão**

I – Relatório

1.1 Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 83, de 2007-CN (nº 407/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15, de 2007-CN (PLN nº 15/07), que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$12.589.634,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As Unidades Orçamentárias beneficiadas com a suplementação e os correspondentes valores da suplementação, dos cancelamentos e os excessos de arrecadação indicados pelo Poder Executivo constam do seguinte Quadro 1:

de Informações sobre Justiça e Segurança Pública, gerenciado pela Administração Direta do Ministério, o qual tem por objetivo melhorar o tráfego e a confiabilidade de transmissão das informações entre os órgãos participantes.

No âmbito da Defensoria Pública da União, o crédito destina-se à manutenção e desenvolvimento regular do Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.

Por seu lado, as suplementações de dotações no âmbito do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL destinam-se à concessão de auxílio financeiro aos alunos dos cursos de formação de policiais federais; ao reaparelhamento; à modernização; ao incremento das operações policiais; e ao crescimento das atividades de inteligência e contra-inteligência.

Ministério da Defesa

No âmbito do Ministério da Defesa, a suplementação incluída na PLN em exame tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento regular de atividades pedagógicas e educacionais a cargo da Fundação Osório.

Informa a EM nº 119/2007-MP que o projeto de lei em comento decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á com recursos oriundos de excesso de arrecadação e de anulação parcial de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente, conforme indicado no Quadro 1, estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Relativamente aos remanejamentos propostos, informa que eles não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções das possibilidades de dispêndio feitas pelo Ministério da Justiça, até o final do presente exercício.

A propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO/2007) –, esclarece a EM nº 119/2007-MP que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício.

Por último, informa a EM nº 119/2007-MP, que o excesso de arrecadação de receitas utilizado no presente crédito encontra-se demonstrado em quadro anexo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLN 15/07.

1.2 Análise

Preliminarmente, ressalte-se que as Tabelas 1 e 2, em anexo, apresentam os dados relativos à execução orçamentária recente das programações envolvidas no presente PL. Pelos dados demonstrados nas referidas tabelas, evidencia-se a existência de disponibilidades de dotações para atender aos cancelamentos propostos.

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, que explícita serem os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações (art. 41, I). Mostra-se também adequado ao disposto no art. 43, § 1º, II e III, dessa mesma lei, que considera como recursos idôneos para

a abertura de créditos adicionais os provenientes de excesso de arrecadação de receitas, bem como os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Da mesma forma, não se verifica qualquer desvio da proposição em exame em relação aos parâmetros e critérios estabelecidos no art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439/2006), exceto quanto à demonstração do excesso de arrecadação de receitas (§ 11 do art. 63), somente feita para a Fundação Osório, restando não demonstrada a parcela correspondente à receita proveniente da Alienação de Bens Apreendidos. Entende-se, não obstante, que tal omissão não compromete o exame e a aprovação do PLN.

Conforme consta da Tabela 2, um dos cancelamentos propostos no PLN nº 15/07 incide sobre programação objeto de suplementação por meio de emenda aprovada pelo Congresso Nacional (03.422.0699.2725.0001 – Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional, no âmbito da UO 30109 – Defensoria Pública da União). No entanto, verifica-se que parcela preponderante do crédito (R\$2.300.000,00) visa tão-somente alterar o GND da programação envolvida (de GND 4 para GND 3), mantendo inalterada a programação e a Unidade Orçamentária envolvida. A parcela restante do cancelamento (R\$1.250.000,00) foi remanejada para suplementar dotação no âmbito da Administração Direta do Ministério da Justiça (Projeto de Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública, voltada à melhoria do tráfego e da confiabilidade de transmissão das informações entre os órgãos participantes do projeto), com vistas à viabilizar a inclusão da Defensoria Pública da União naquele projeto, conforme consta da Exposição de Motivos nº 119/2007-MP, de 11 de junho de 2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha o projeto de lei.

Por último, importa considerar que o crédito atende solicitações dos próprios órgãos envolvidos, feitas com base em critérios de priorização e tendo em conta as possibilidades de dispêndios até o final do corrente exercício. Por isso, forçoso é concluir-se pelo caráter meritório do PLN nº 15/07, vez que ele visa adequar o orçamento das Unidades Orçamentárias envolvidas, possibilitando condições para o regular desenvolvimento de suas atividades ao longo do corrente exercício.

II – Voto

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **José Maranhão**, Relator.

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
Subsecretaria de Apoio Técnico

Tabela 1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE TRABALHO OBJETO DE SUPLEMENTAÇÃO NO PLN 015/2007

ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2007 - FISCAL E SEGURIDADE

UO (Cod/Desc)	Funcional	Subtítulo	GND	Dotação Inicial (A)	Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Pago (E)	% LIQ/ AUTORIZADO (F)	% LIQ/ AUTORIZADO (G/F)	% EMPENHADO/ LIQUIDADO (H)	% SALDO (B-C)	E/m R\$ 1,00
30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	06.183.0698.3974.0001	IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - NACIONAL	3	3.388.129	3.388.129	2.175.688	1.094.097	1.094.097	32,29%	32,29%	64,22%	1.212.441	
30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	06.183.0698.3974.0001	IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - NACIONAL	4	1.611.871	1.611.871	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	1.611.871	
		TOTAL		5.000.000	5.000.000	2.175.688	1.094.097	1.094.097	21,88%	21,88%	43,51%	2.824.312	
30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL	06.128.0662.2712.0001	FORMAÇÃO DE QUADROS DA POLÍCIA FEDERA - NACIONAL	3	14.152.000	14.152.000	11.848.688	10.085.730	9.708.546	71,27%	83,72%	83,72%	2.303.312	
		TOTAL		37.677.068	37.677.068	30.438.692	29.696.688	29.377.184	78,82%	80,79%	80,79%	7.238.376	
30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL	06.181.0662.2726.0001	PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO - NACIONAL	3	11.730.000	11.730.000	11.571.000	11.571.000	98,64%	100,00%	100,00%	0		
30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL	06.181.0662.2726.0001	PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO - NACIONAL	4	49.407.068	49.407.068	42.168.692	41.267.688	40.948.184	83,53%	85,35%	85,35%	7.238.376	
		TOTAL		7.500.000	7.500.000	3.990.735	3.929.325	3.929.325	52,39%	53,21%	53,21%	3.509.265	
52222 - FUNDACAO OSÓRIO	05.361.1376.2795.0001	ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDACAO OSÓRIO - NACIONAL	3	1.010.796	1.010.796	818.169	405.873	405.873	40,15%	40,15%	80,94%	192.627	
52222 - FUNDACAO OSÓRIO	05.361.1376.2795.0001	ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDACAO OSÓRIO - NACIONAL	4	40.000	40.000	11.528	11.098	11.098	27,75%	27,75%	28,82%	28.471	
		TOTAL		1.050.796	1.050.796	829.698	416.971	416.971	39,68%	39,68%	78,96%	221.098	
30109 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	03.422.0699.2725.0001	PRESTACAO DE ASSISTENCIA JURIDICA AO CIDADAO - NACIONAL	3	12.540.500	12.540.500	10.074.044	6.600.134	6.600.134	52,63%	52,63%	80,33%	2.466.456	
30109 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	03.422.0699.2725.0001	PRESTACAO DE ASSISTENCIA JURIDICA AO CIDADAO - NACIONAL	4	27.587.500	27.587.500	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	27.587.500	
		TOTAL		40.128.000	40.128.000	10.074.044	6.600.134	6.600.134	16,45%	16,45%	25,10%	30.053.956	

Fonte: SIAF/PRODASEN
Dados atualizados em 23/07/07

Pág.: 1 de 1

Data da Pesquisa: 26/07/2007
Arquivo: 200700338 - Tabela 1.xls

ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2007 - FISCAL E SEGURIDADE

Tabela 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE TRABALHO OBJETO DE CANCELAMENTO NO PLN 015/2007

<i>Em R\$ 1,00</i>											
UO (Cod/Desc)	Funcional	Subátilo	GND	Doação Inicial (A)	Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Pago (E)	% LIQ/ AUTORIZADO	% EMPENHADO/AUTORIZADO	% SALDO (B-C)
30109 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	03.422.0695.2725.0001	PRESTACAO DE ASSISTENCIA JURIDICA AO CIDADAO - NACIONAL	3	12.540.500	12.540.500	10.074.044	6.600.134	6.600.134	52,63%	80,33%	2.466.456
30109 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	03.422.0695.2725.0001	PRESTACAO DE ASSISTENCIA JURIDICA AO CIDADAO - NACIONAL	4	27.587.500	27.587.500	0	0	0	0,00%	0,00%	27.587.500
		TOTAL		40.128.000	40.128.000	10.074.044	6.600.134	6.600.134	16,45%	25,10%	30.053.896
30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL.	06.181.1351.2586.0001	SISTEMA DE EMISSAO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRAFEGO INTERNACIONAL - NACIONAL	3	99.623.480	99.623.480	25.125.753	26.103.308	17.922.108	25,20%	25,22%	74.497.727

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 22 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o relatório do Senador José Maranhão, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 15/2007-CW**. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Manoel Junior, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Deputado **Roberto Rocha**, Primeiro Vice-Presidente – Senador **José Maranhão**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 15/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$12.589.634,00 (doze milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Deputado **Roberto Rocha**, Primeiro Vice-Presidente – Senador **José Maranhão**, Relator.

PARECER Nº 31, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2007-CN, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.058.358,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Roberto Rocha**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 84, de 2007-CN (nº 408/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 16, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$11.058.358,00 (onze milhões, cinqüenta e oito mil, trezentos e cinqüenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Segundo a exposição de Motivos nº 120/2007-MP, entre as finalidades do crédito destacam-se: a realização de concurso público, com vistas à contratação de servidores efetivos para substituir a atual mão-de-obra requisitada, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; a realização da “Pesquisa sobre Valores Éticos” pelo Gabinete da Presidência; a aquisição de equipamentos, pelo Arquivo Nacional, relacionados à infra-estrutura de tecnologia da informação, microfilmagem e digitalização, necessários à viabilização da implantação do Centro de Referência sobre a Repressão Política no Brasil (1964-1989); e, no âmbito do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o desenvolvimento de ações voltadas à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O crédito em análise será viabilizado com recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo informações da Presidência da República, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece ainda que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamentos entre despesas primárias para priorização da execução da programação suplementada, bem como a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias. O quadro anexo à Exposição de Motivos traz o demonstrativo do excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007.

E, finalmente, cumpre informar que a proposta de crédito adicional em favor da Justiça Eleitoral foi apro-

vada pelo Parecer nº 1/2007, de 25 de abril de 2007, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da LDO-2007, c/c o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 31, de 10 de abril de 2007, do CNJ.

A matéria foi objeto de duas emendas.

II – Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 7-2-2007) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.439 de 29-12-2006 (LDO/2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Com relação às emendas apresentadas, propomos a inadmissão das mesmas, nos termos do art. 109, I, da Resolução nº 1, de 2006-CN, por pretenderem contemplar programações em unidades orçamentárias não beneficiárias do crédito.

Dante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 22 de agosto de 2007. – Deputado **Roberto Rocha**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 22 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o relatório do Deputado Roberto Rocha, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº**

16/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, as quais foram declaradas inadmitidas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Manoel Junior, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Roberto Rocha**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 16/2007-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$11.058.358,00 (onze milhões, cinqüenta e oito mil, trezentos e cinqüenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 22 de agosto 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Roberto Rocha**, Relator.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia	Rio Grande do Sul	Amazonas
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)	BLOCO-PT – Paulo Paim*	PSDB – Arthur Virgílio*
DEM – César Borges*	BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*	PDT – Jefferson Péres*
PDT – João Durval **	PMDB – Pedro Simon**	BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)
Rio de Janeiro	Ceará	Paraná
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*	BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*	BLOCO-PT – Flávio Arns*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)	PSDB – Tasso Jereissati*	PDT – Osmar Dias *
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	PSDB – Alvaro Dias **
Maranhão	Paraíba	Acre
DEM – Edison Lobão*	DEM – Efraim Morais*	PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
PMDB – Roseana Sarney *	PMDB – José Maranhão*	BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **	PSDB – Cícero Lucena **	BLOCO-PT – Tião Viana**
Pará	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
PSOL – José Nery* ^(S)	PMDB – Gerson Camata*	BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)	BLOCO-PR – Magno Malta*	PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Mário Couto**	BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	PSDB – Marisa Serrano**
Pernambuco	Piauí	Distrito Federal
DEM – Marco Maciel*	DEM – Heráclito Fortes*	PDT – Cristovam Buarque *
PSDB – Sérgio Guerra*	PMDB – Mão Santa *	DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PMDB – Jarbas Vasconcelos**	BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	PTB – Gim Argello** ^(S)
São Paulo	Rio Grande do Norte	Tocantins
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*	PMDB – Garibaldi Alves Filho *	BLOCO-PR – João Ribeiro *
DEM – Romeu Tuma*	DEM – José Agripino*	PMDB – Leomar Quintanilha*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	DEM – Rosalba Ciarlini**	DEM – Kátia Abreu**
Minas Gerais	Santa Catarina	Amapá
PSDB – Eduardo Azeredo*	BLOCO-PT – Ideli Salvatti*	PMDB – Gilvam Borges*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)	PMDB – Neuto De Conto * ^(S)	PSDB – Papaléo Paes*
DEM – Eliseu Resende**	DEM – Raimundo Colombo **	PMDB – José Sarney **
Goiás	Alagoas	Rondônia
DEM – Demóstenes Torres *	PMDB – Renan Calheiros*	BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PSDB – Lúcia Vânia*	PSDB – João Tenório* ^(S)	PMDB – Valdir Raupp*
PSDB – Marconi Perillo**	(vago) ¹	BLOCO-PR – Expedito Júnior**
Mato Grosso	Sergipe	Roraima
DEM – Jonas Pinheiro *	PMDB – Almeida Lima*	BLOCO-PT – Augusto Botelho*
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*	BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*	PMDB – Romero Jucá*
DEM – Jayme Campos **	DEM – Maria do Carmo Alves **	BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**
-----	Mandatos	

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago)³	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT**Vice-Presidente:** Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**Vice-Presidente:** Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM (vago) ¹	1. Eliseu Resende – DEM 2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
2. Patrícia Saboya – PSB .	
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	4ª Eleição Geral: 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	5ª Eleição Geral: 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001	6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM-PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarde Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

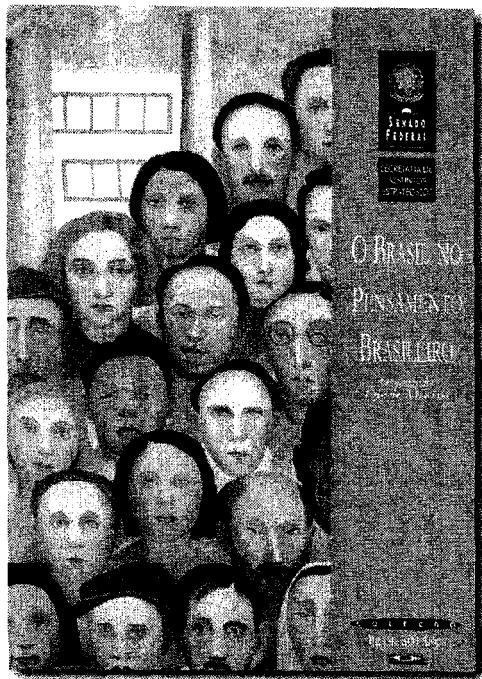


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS